

ATLAS

GEOGRÁFICO ESCOLAR DO ESTADO DO AMAPÁ

Orleno Marques da Silva Junior
Eliane Aparecida Cabral da Silva
Daguinete Maria Chaves Brito
Carla Fernanda Andrade Costa Amaral
Tayane Maria Ferreira Melém
Paulo Sérgio Ferreira da Silva
Wilkson dos Santos Silva

Carliendell Dias Magalhães
(Ilustrações)

ORLENO MARQUES DA SILVA JUNIOR ✨ ELIANE APARECIDA CABRAL DA SILVA
DAGUINETE MARIA CHAVES BRITO ✨ CARLA FERNANDA ANDRADE COSTA AMARAL
TAYANE MARIA FERREIRA MELÉM ✨ PAULO SÉRGIO FERREIRA DA SILVA ✨ WILKSON DOS SANTOS SILVA

ATLAS GEOGRÁFICO ESCOLAR DO ESTADO *do Amapá*

Carliendell Dias Magalhães (Ilustrações)

Temática Editora & Cursos
Porto Velho – Rondônia, 2025

Copyright © by Orleno Marques da Silva Junior, Eliane Aparecida Cabral da Silva, Daguiete Maria Chaves Brito, Carla Fernanda Andrade Costa Amaral, Tayane Maria Ferreira Melém, Paulo Sérgio Ferreira da Silva, Wilkson dos Santos Silva e Carliendell Dias Magalhães (Ilustrações).



Temática Editora & Cursos
CNPJ 43.725.908/0001-75

Rua José de Alencar, 2868, Centro - CEP 76.801-064, Porto Velho-RO

☎ 69 9 8408 9410 | ☎ 69 9 9249 5018

✉ info@tematicaeditora.com.br | 🌐 www.tematicaeditora.com.br

Chefe Editorial

Eva da Silva Alves – Doutora em Educação – TEC – RO/Norte

Preparação e revisão editorial

Abel Sidney | Renato Fernandes Caetano | Wesllen da Silva Xavier

Capa e revisão de design editorial

Rogério Mota

Revisão ortográfica e gramatical

Maria Rodrigues de Oliveira | José Maiko Farias Amim

Revisão pedagógica e técnica

Prof. Dr. Edvaldo Guedes Junior (Geoprocessamento) | Profa. Dra. Raiane Florentino (Ensino de Geografia)

Conselho Editorial

Renato Fernandes Caetano – Presidente – Doutor em Antropologia Social – TEC – RO/Norte

José Flávio da Paz – Doutor em Estudos Literários – UNIR – RO/Norte

Raimundo Nonato Pereira da Silva – Doutor em Ciência Política – UFAM – AM/Norte

João Paulo Silva Martins – Mestre em Filosofia – UFAC – AC/Norte

Valéria Silva Ferreira – Doutora em Educação – UNIVALI – SC/Sul

Ivenise Teresinha Gonzaga Santinon – Doutora em Ciências da Religião – PUC Campinas – SP/Sudeste

Juliano Xavier da Silva Costa – Doutor em Educação – La Salle – MT/Centro-Oeste

Aila Luzia Pinheiro de Andrade – Doutora em Teologia – UNICAP – PE/Nordeste

Juan Carlos Crespo Avaroma – Doutor Honoris Causa em Patrimônio Histórico,

Artístico e Cultural – Universidad Autónoma Del Beni – Bolívia

Maria Del Pilar Gamarra Téllez – Doutora Honoris Causa em História da Amazônia

– Universidad Mayor de San Andres – Bolívia

Conselho Científico de Área: Geografia

Edvaldo Guedes Junior – Doutor em Geografia – SEDUC/SP – SP/Sudeste

Raiane Florentino – Doutora em Geografia – UNIR – RO/Norte

Ricardo Gilson da Costa Silva – Doutor em Geografia Humana – UNIR – RO/Norte



Editora da Universidade Federal do Amapá

www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br

Endereço: Rodovia Josmar Chaves Pinto, Km 2, s/n, Universidade,
Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.905-419

Editora afiliada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Reitor: Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira

Vice-Reitora: Profa. Dra. Ana Cristina de Paula Maues Soares

Pró-Reitor de Administração: Me. Seloniel Barroso dos Reis

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Ma. Emanuelle Silva Barbosa

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof. Dr. Christiano Ricardo dos Santos

Pró-Reitor de Planejamento: Profa. Dra. Simone de Almeida Delphim Leal

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Carlos Eduardo Costa de Campos

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Msc. Steve Wanderson Calheiros

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá

Prof. Dr. Fábio Wosniak

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá

Prof. Dr. Fábio Wosniak

Conselho Editorial

Fabio Wosniak, Aldrin Vianna de Santana, Alisson Vieira Costa, Alaán Ubaiara Brito, David Junior de Souza Silva, Daniel Batista Lima Borges, Eliane Leal Vasquez, Frederico de Carvalho Ferreira, Ivan Carlo Andrade de Oliveira, Inara Mariela da Silva Cavalcante, Marcus André de Souza Cardoso da Silva, Marcos Paulo Torres Pereira, Rosivaldo Gomes, Romualdo Rodrigues Palhano e Victor André Pinheiro Cantuario

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A881 Atlas Geográfico Escolar do Estado do Amapá [recurso eletrônico]/ Orleno Marques da Silva Junior ... [et al.]; ilustrado por Carliendell Dias Magalhães. – 2. ed. – Porto Velho, RO: Temática Editora e Cursos e Co-editora: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2025.
156 p. ; PDF ; 1.145 MB.

ISBN: 978-65-5273-079-4 (Ebook)

1. Atlas. 2. Atlas escolar. 3. Estado do Amapá. 4. Geografia. 5. Mapas temáticos. I. Silva Junior, Orleno Marques da. II. Silva, Eliane Aparecida Cabral da. III. Brito, Daguiete Maria Chaves. IV. Amaral, Carla Fernanda Andrade Costa. V. Melém, Tayane Maria Ferreira. VI. Silva, Paulo Sérgio Ferreira da. VII. Silva, Wilkson dos Santos. VIII. Magalhães, Carliendell Dias. IX. Título.

2025-1000

CDD 912
CDU 912

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Atlas 912
2. Atlas 912

INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Revisores

Joel Lima da Silva - IBGE

Cartografia e Conteúdo em Geral

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Ensino de Geografia

Profa. MSc. Marta Vieira da Silva
Secretaria de Estado de Educação do Amapá (SEED)

Geologia e Ocorrências Minerais

MSc. Cleane do Socorro Pinheiro
Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá (SEMA)

Unidades de Conservação e Áreas Especiais

MSc. Euryandro Ribeiro Costa
Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá (SEMA)

Meio Físico

Profa. Dra. Celina Marques do Espírito Santo
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Meio Socioeconômico

Dr. Aristóteles Viana Fernandes
Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA)

Recursos Hídricos e Bacias Hidrográficas

Dr. Marcus André Fuckner
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

Revisão Textual

Prof. MSc. Gustavo Suertegaray Saldívar
Laís Otero

Ilustrações

Carliendell Dias Magalhães

Verso

Entrada da Fortaleza de São José de Macapá, Carliendell Magalhães, 2021

Margem

Obelisco Monumento Marco Zero - Macapá, Carliendell Magalhães, 2022

Mapas Políticos e Divisões Regionais do Estado do Amapá

Trapiche da Praticagem, Praia da Fazendinha - Macapá, Carliendell Magalhães, 2021

Mapas de Regiões Naturais do Estado do Amapá

Cachoeira de Santo Antônio, rio Jari - Laranjal do Jari, Carliendell Magalhães, 2022

Mapas Socioeconômicos do Estado do Amapá

Praça da Bandeira - Macapá, Carliendell Magalhães, 2021

Mapas de Unidades de Conservação e Áreas Especiais do Estado do Amapá

Balneário do Curiaú - Macapá, Carliendell Magalhães, 2021

Cartografia e Ensino de Geografia

Ensino, Carliendell Magalhães, 2021

Mapas para Exercícios

Escola ribeirinha, Carliendell Magalhães, 2022

Bandeiras

Ponto de ônibus, Praça da Bandeira - Macapá, Carliendell Magalhães, 2021

Capa

Maxwell Moreira Baia

Tayane Maria Ferreira Melém

Fotografias

Danusa Silveira Machado

Maxwell Moreira Baia

Orleno Marques da Silva Junior

Editoração

Ione Sena

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA AVALIADORES NA RODADA TESTE

Alexandre da Silva Gama

Ana Priscila Lod

Andreza dos Santos Gonçalves

Antônio Carlos Mota Ribeiro

Antônio Marlon da Rocha Flexa

Arleson Noite Ribeiro

Auristefany da Silva e Silva

Carla Adriana do Rosário Teles

Carliendell Dias Magalhães

Carlos Alberto Barbosa do Couto

Dorisvanildo de Almeida Camarão

Eliana Cristina Souza Ataíde de Brito

Elizabeth Nascimento de Araújo

Felipe dos Santos Coelho

Joana Freitas de Souza

José Antônio Barbosa da Cruz

Josiel da Costa da Silva

Lindomar Cabral Rodrigues

Manoel Sebastiao Rodrigues de Almeida Junior

Marcione das Chagas Leite

Marco Antônio Moura dos Santos

Marco Antônio Ribeiro

Maria Francinetti Macedo Sanches

Maria Piedade da Silva do Amaral

Natália Proença Feitosa Lira

Oziete Miranda Flexa

Priscyla Araújo Esquerdo

Renata Pena da Costa

Ruan Brandão Quintela

Thaysa Paula Souza da Silva

Vera Lúcia de Lima Gonçalves

Vitor Moraes Lobato

SUMÁRIO

1 Mapas Políticos e Divisões Regionais do Estado do Amapá

1.1 Divisão Político-Administrativa	8
1.2 Regiões Geográficas Imediatas	10
1.3 Regiões Geográficas Intermediárias	12
1.4 Evolução dos Municípios	14
1.5 Macapá	18
1.6 Mazagão	21
1.7 Amapá	24
1.8 Oiapoque	27
1.9 Calçoene	30
1.10 Tartarugalzinho	33
1.11 Ferreira Gomes	36
1.12 Santana	39
1.13 Laranjal do Jari	42
1.14 Cutias	45
1.15 Porto Grande	48
1.16 Itaubal	51
1.17 Pedra Branca do Amapari	54
1.18 Serra do Navio	57
1.19 Pracuúba	60
1.20 Vitória do Jari	63

2 Mapas de Regiões Naturais do Estado do Amapá

2.1 Clima	66
2.2 Pluviometria	68
2.3 Geologia	71
2.4 Geomorfologia	75
2.5 Altimetria	78
2.6 Rede Hidrográfica	80
2.7 Bacias Hidrográficas	82
2.8 Solos	85
2.9 Uso e Cobertura da Terra	89
2.10 Zona Costeira	93

3 Mapas Socioeconômicos do Estado do Amapá

3.1 População	98
3.2 Densidade Demográfica	100
3.3 População Urbana e Rural	102
3.4 Composição Étnico-Racial	104
3.5 Índice de Desenvolvimento Humano	106
3.6 Produto Interno Bruto	108
3.7 Redes de Transporte e Infraestrutura	111
3.8 Faixa de Fronteira	114
3.9 Ocorrências Minerais	116
3.10 Atrações Turísticas	119

4 Mapas de Unidades de Conservação e Áreas Especiais do Estado do Amapá

4.1 Unidades de Conservação	123
4.2 Áreas Especiais	126

5 Cartografia no Ensino de Geografia

5.1 Metodologia de Elaboração do Atlas	129
--	-----

6 Mapas para Exercícios

131

7 Bandeiras

7.1 Bandeira do Estado do Amapá	133
7.2 Bandeiras dos Municípios	134

8 Tabelas e Quadros

8.1 Tabela 1: Dados Populacionais dos Municípios	138
8.2 Tabela 2: Unidades de Conservação no Estado do Amapá	139
8.3 Quadro 1: Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Amapá	140
8.4 Quadro 2: Escala do Tempo Geológico	141

9 Fotografias Representativas dos Municípios do Estado do Amapá ...

143

Referências

146

Glossário

150



Apresentação

Por definição, o Atlas é um conjunto de mapas ou cartas que tem como principal objetivo o melhor entendimento do território, ou seja, é uma coletânea de informações que contribui para a construção do conhecimento. Com a finalidade de subsidiar o processo de ensino e aprendizagem, foi elaborado o *Atlas Geográfico Escolar do estado do Amapá*, resultado de uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e o Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO), vinculado ao Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA).

Este *Atlas* tem como principal meta auxiliar docentes e discentes na leitura de mapas regionais e apresenta várias temáticas, como: político-administrativa e sua evolução, regional, municipal, climática, pluviométrica, geológica, geomorfológica, altimétrica, hidrográfica, solo, cobertura vegetal, populacional, incluindo população urbana e rural, densidade demográfica, étnico-racial, índice de desenvolvimento humano, produto interno bruto, transportes e infraestruturas, faixa de fronteira, ocorrências minerais, atrações turísticas e áreas protegidas.

Entretanto, o diferencial deste *Atlas* é o seu conteúdo informativo. Ele não se limita apenas a mapas ou cartas, mas também oferece informações abrangentes sobre os aspectos territoriais, sociais, culturais e naturais do estado do Amapá, além de apresentar uma série de fotos, figuras e imagens que refletem a realidade atual do território e da territorialidade amapaense, inclusive mostra, por meio de fotografias aéreas, as 16 sedes dos municípios que compõem o território amapaense.

Em resumo, o *Atlas Geográfico Escolar do estado do Amapá* foi elaborado como uma alternativa viável para despertar a curiosidade e incentivar pesquisas sobre os aspectos socioterritoriais do Amapá por professores e alunos, independentemente de idade ou ano escolar.

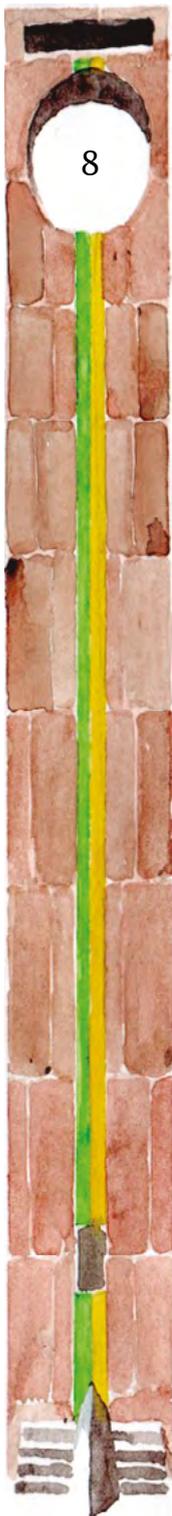
JUNHO 20 | 2021 TRAPICHE DA PRATICAGEM
PRAIA DA FAZENDINHA
MACAPÁ, AP

1 Mapas Políticos e Divisões Regionais do Estado do Amapá



Acesse todos os
mapas deste Atlas

Figura 1: Trapiche da praticagem
Fonte: Magalhães (2021)



1.1 Divisão Político-Administrativa

O estado do Amapá está localizado na região Norte do Brasil e integra a área da Amazônia Legal, conforme definido no art. 2º da Lei Federal Complementar n. 124, de 03/01/2007 (Brasil, 2007). Situado no hemisfério ocidental, é cortado pela linha do Equador, possuindo assim seu território nos hemisférios Norte e Sul. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conta com uma área total de 142.470,762 km² (IBGE, 2023a).

O Amapá faz divisa com o estado do Pará e fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa. Seu território está situado em dois grandes domínios geográficos: o amazônico e o oceânico. Essa condição lhe atribui características muito particulares quanto à formação e à estruturação de seus ambientes naturais. Além disso, de acordo com o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), o território é reconhecido por sua imensa biodiversidade, riqueza mineral, abundância de recursos hídricos e vasta extensão de áreas protegidas (IEPA, 2016).

É formado por dezesseis municípios, que segundo a ordem de criação, são: Macapá, Mazagão, Amapá, Oiapoque, Calçoene, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes, Santana, Laranjal do Jari, Pracuúba, Itaubal, Porto Grande, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Cutias e Vitória do Jari, conforme se pode verificar no **Mapa 1: Divisão Político-Administrativa do Estado do Amapá**.

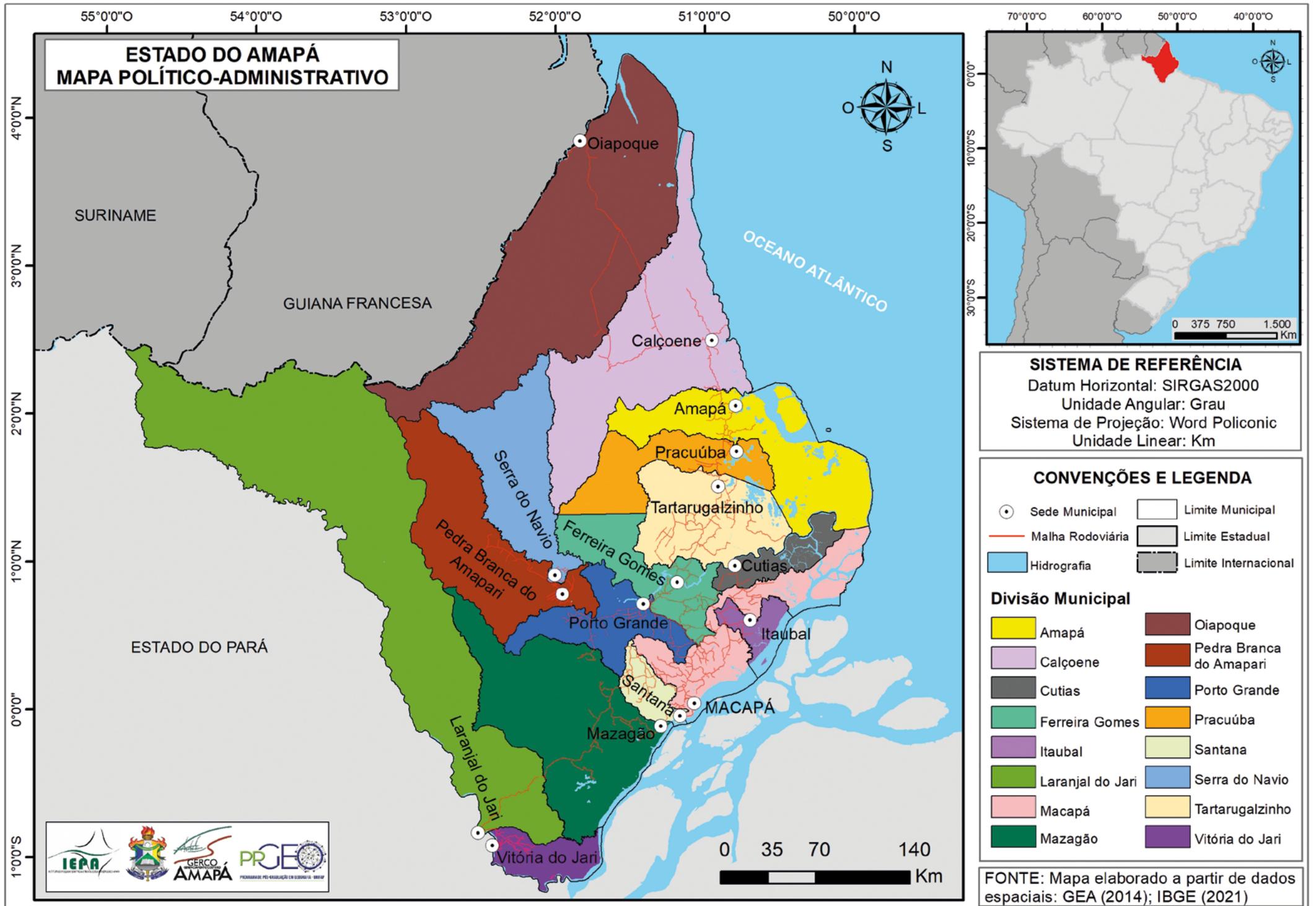
O maior município em extensão territorial é Laranjal do Jari (30.782,998 km²), seguido por Oiapoque (23.034,392 km²) e Calçoene (14.117,297 km²) (IBGE, 2021).

Já os menores municípios em extensão são Cutias (2.179,114 km²), Itaubal (1.622,867 km²) e Santana (1.541,224 km²). Em termos populacionais, de acordo com o último Censo Demográfico de 2022, a população do estado é de 733.759 pessoas (IBGE, 2023b).

Na capital do estado, Macapá, fundada em 1758, encontram-se monumentos como a Fortaleza São José de Macapá, o Mercado Municipal (Figura 2) e o Marco Zero do Equador, símbolos históricos que se configuram, atualmente, como importantes pontos turísticos do estado. Os dois primeiros monumentos marcam onde se iniciou o processo de expansão urbana da capital, e o terceiro foi construído para marcar a Linha do Equador sobre a cidade.



Figura 2: Mercado Central na cidade de Macapá
Fonte: Magalhães (2021)



Mapa 1: DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ

1.2 Regiões Geográficas Imediatas

O intuito da divisão regional do Brasil, a partir de 2017, em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias foi contribuir com a compreensão sobre o território brasileiro, atribuindo-lhe uma divisão em partes menores, mas coerentes entre si, e que respeitem os limites estaduais. Nesse sentido, as cidades são consideradas pontos de partida para organizar o território e a maneira como se relacionam, o fluxo de serviços, informações, consumo e outros recursos são fatores que pautam a divisão (IBGE, 2017).

A nomenclatura “regiões imediatas e intermediárias” substitui a nomenclatura usada até então, da divisão em microrregiões e mesorregiões (IBGE, 2017), mas mantém uma lógica parecida quanto à definição das áreas.

As regiões geográficas imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência sendo estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades cotidianas da população, como: compras de bens de consumo, busca de trabalho, procura de serviços de saúde e educação, entre outros.

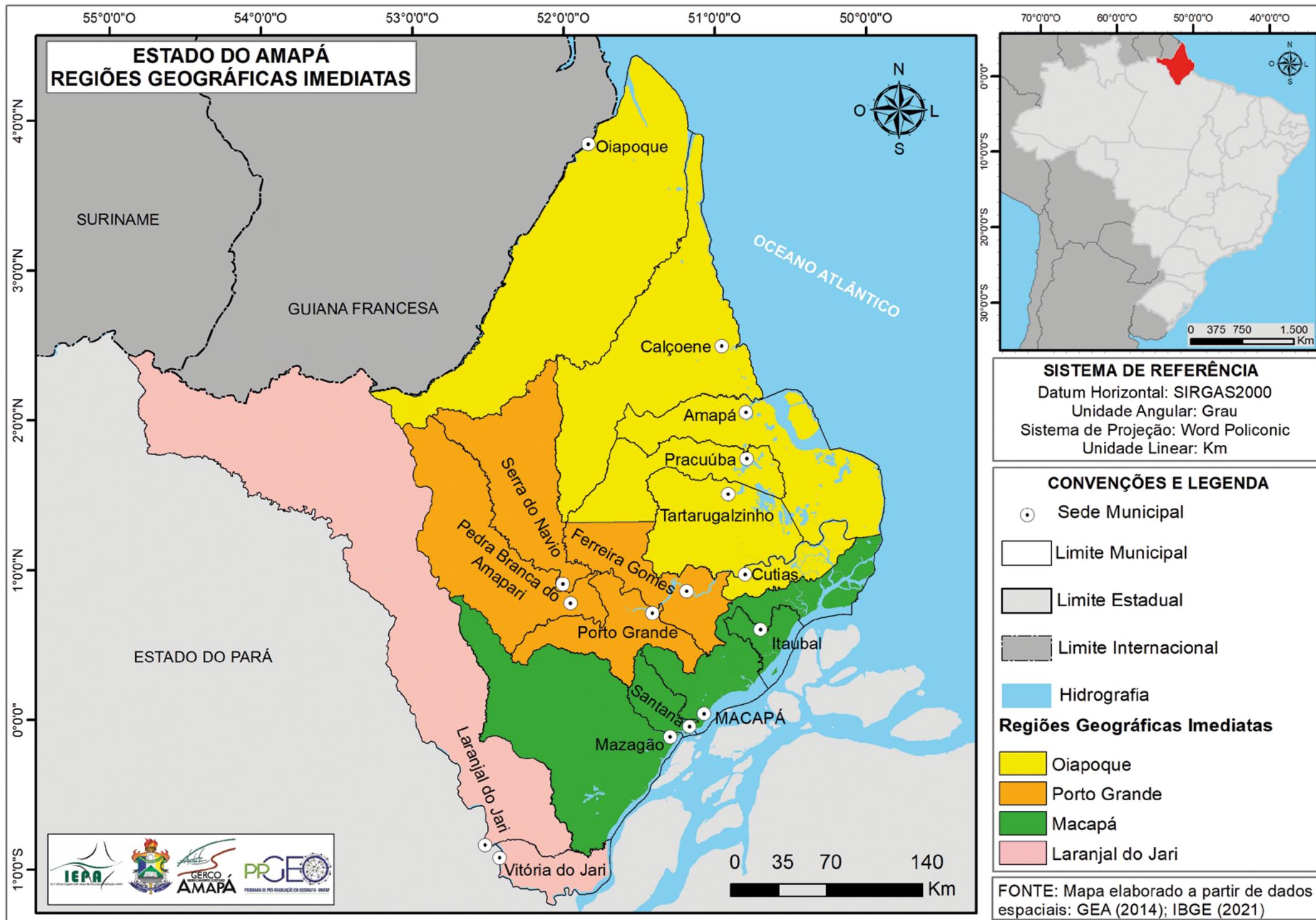
O Amapá está subdividido em quatro regiões imediatas: **Oiapoque** (Oiapoque, Calçoene, Amapá, Tartarugalzinho, Pracuúba e Cutias), **Porto Grande** (Porto Grande, Ferreira Gomes, Serra do Navio e Pedra Branca), **Macapá** (Macapá, Santana,

Mazagão e Itaubal) e **Laranjal do Jari** (Laranjal do Jari e Vitória do Jari), conforme representado no **Mapa 2: Regiões Geográficas Imediatas do Estado do Amapá**.

A Figura 3 mostra o Teatro das Bacabeiras, importante casa cultural localizada na região imediata de Macapá, a mais populosa do estado.



Figura 3: Teatro das Bacabeiras – Região Imediata de Macapá
Fonte: Magalhães (2021)



Mapa 2: REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS DO ESTADO DO AMAPÁ

1.3 Regiões Geográficas Intermediárias

Acompanhando a mesma lógica de definição das regiões imediatas, o território amapaense foi dividido em regiões intermediárias (IBGE, 2017).

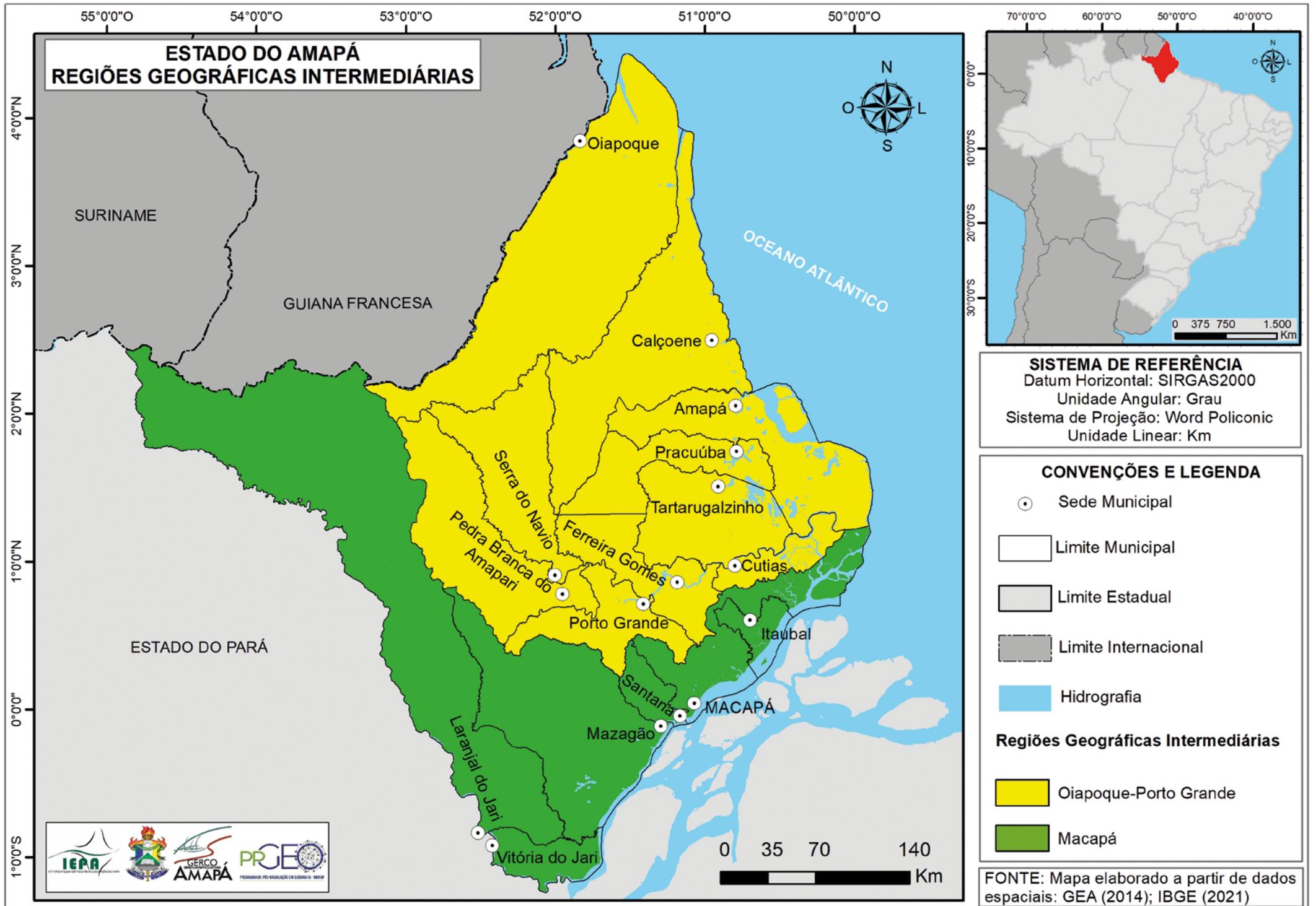
As regiões geográficas intermediárias organizam as regiões geográficas imediatas no território, a partir de uma região que oferece serviços mais complexos, como assistência médica especializada ou universidades. Nesse contexto, essas regiões constituem uma escala intermediária entre as unidades da federação e as regiões geográficas imediatas.

O uso dessas dimensões possibilita que o território delimitado como região geográfica intermediária tenha identidade regional, que foi construída ao longo do tempo pela sociedade local.

No **Mapa 3: Regiões Geográficas Intermediárias do Estado do Amapá**, observa-se que há no Amapá duas regiões intermediárias, sendo elas: Oiapoque-Porto Grande, formada pelos municípios de Oiapoque (que faz fronteira com a Guiana Francesa, conforme indica o Marco de Fronteira Brasil-França – Oiapoque, representado na Figura 4), Calçoene, Amapá, Pracuúba, Tartarugalzinho, Cutias, Ferreira Gomes, Pedra Branca, Serra do Navio e Porto Grande; e Macapá, constituída por Itaubal, Macapá, Santana, Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari.



Figura 4: Marco de Fronteira Brasil-França – Oiapoque
Região Geográfica Intermediária Oiapoque – Porto Grande
Fonte: Magalhães (2022)



Mapa 3: REGIÕES GEOGRÁFICAS INTERMEDIÁRIAS DO ESTADO DO AMAPÁ

1.4 Evolução dos Municípios

Município é uma divisão administrativa de origem romana que, levada para a Península Ibérica, foi reproduzida no Brasil, substituindo, a partir da República, o termo “vila”, usado pela primeira vez na legislação brasileira com a publicação da Carta Régia, de 29 de outubro de 1700 (Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo [IGC], 1995). O termo município ficou oficializado a partir da Lei Federal de 1º de outubro de 1828, chamada de Regimento das Câmaras Municipais (Lei Orgânica do Município).

No estado do Amapá, o processo de criação oficial de municípios se estendeu de 1856 a 1994, período em que foram criados seus 16 municípios. Macapá, instituído em 1856, e Mazagão, em 1890, são os mais antigos do estado. A Figura 5 mostra o Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, sede da antiga Intendência Municipal, uma espécie de prefeitura.

A primeira divisão municipal, quando o Amapá ainda fazia parte do território do estado do Pará, trazia apenas Macapá e a área do Contestado Franco-Brasileiro, como mostra o **Mapa 4: Evolução Político-Administrativa do Estado do Amapá**. O Contestado foi uma área de conflitos territoriais entre o Brasil e a França.

Em 1890, foi criado o município de Mazagão; em 1901, a área do contestado foi incorporada ao Brasil e transformada no município de Amapá. Em 1943, o Amapá é elevado a Território Federal, e em 1945, é criado o município do Oiapoque.

O município de Calçoene foi instituído em 1956. Tartarugalzinho, Ferreira Gomes, Santana e Laranjal do Jari foram estabelecidos em 1987. O Território do Amapá foi transformado em estado por meio do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Brasil, 1988), parte integrante da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), promulgada em 5 de outubro de 1988.

Em 1992, já como estado do Amapá, foram criados os municípios de Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Itauba, Cutias e Porto Grande. Em 1994, finalizando a atual configuração territorial do Amapá, foi instituído o município de Vitória do Jari.

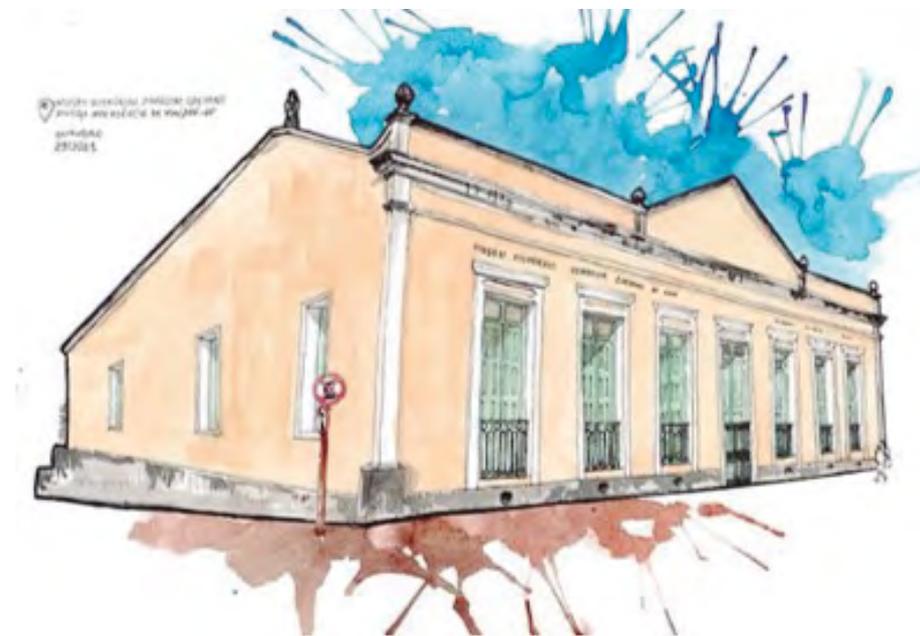
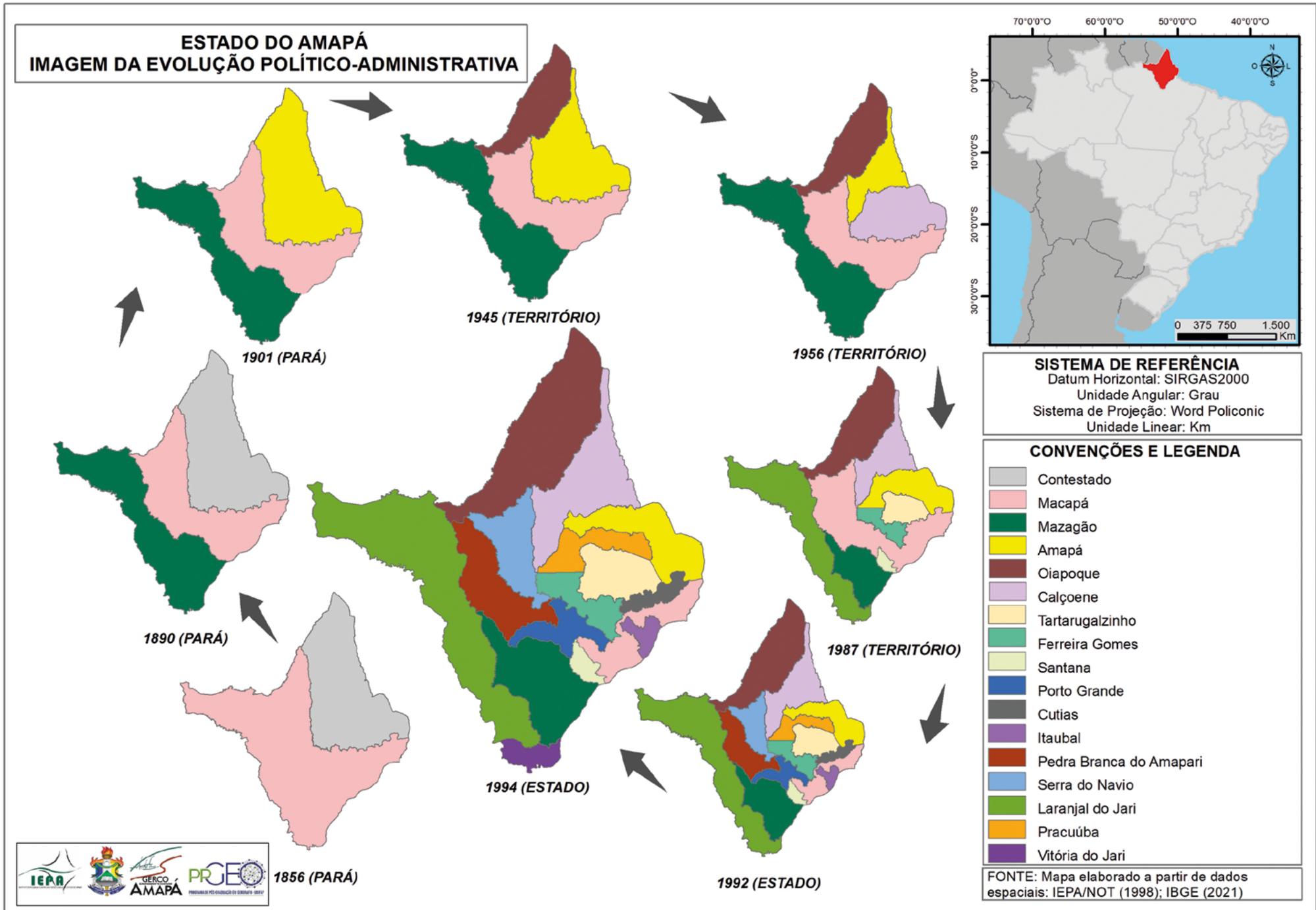


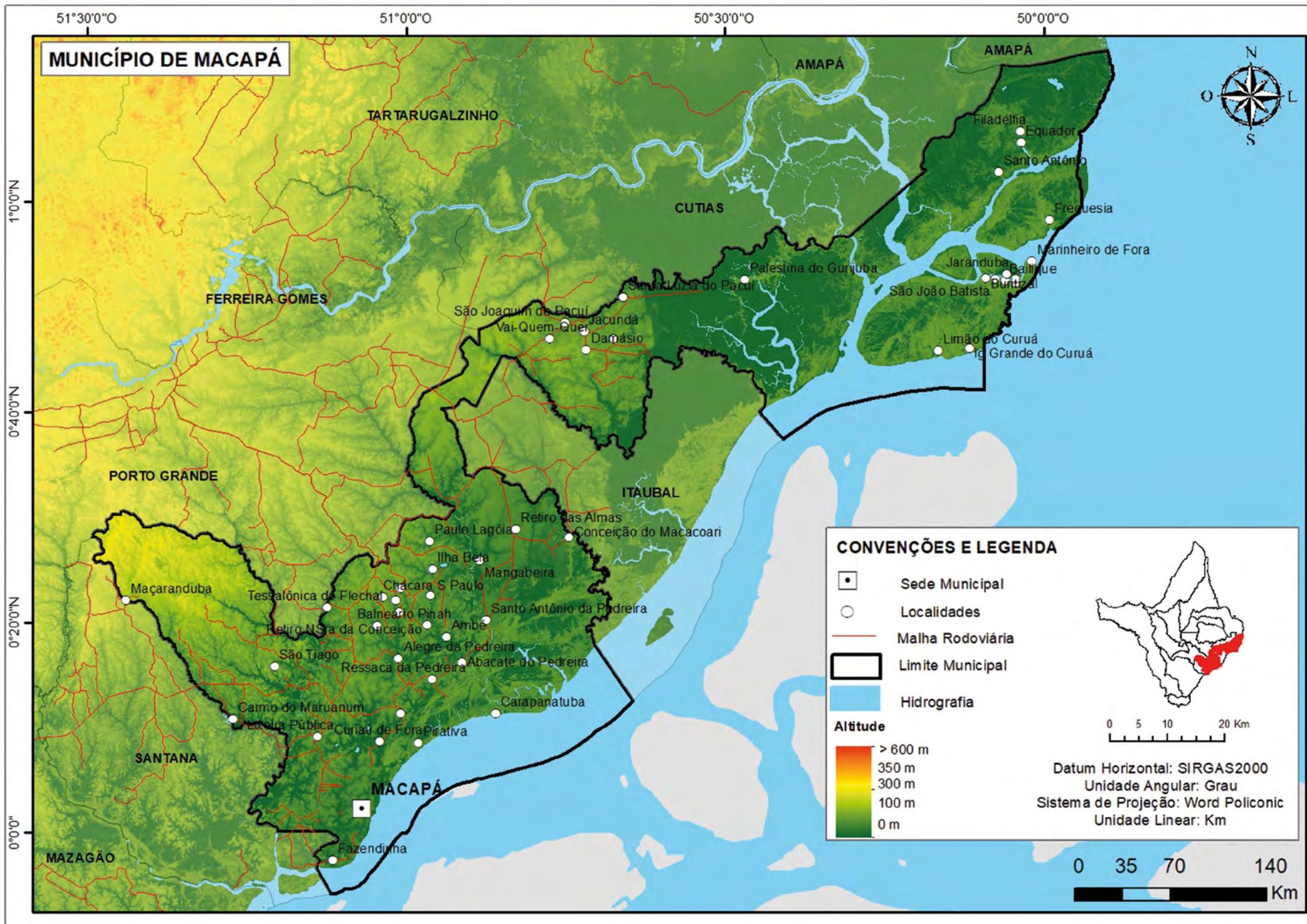
Figura 5: Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, primeira sede da Prefeitura de Macapá
Fonte: Magalhães (2021)



Mapa 4: EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ



Figura 6: Residência oficial do governador
Fonte: Magalhães (2021)



Mapa 5: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, ESTADO DO AMAPÁ

1.5 Macapá

A origem do município de Macapá está ligada à necessidade de vigília na foz do rio Amazonas contra incursões de invasores estrangeiros no então território português. A cidade de Macapá se originou a partir de um destacamento militar criado em 1738. O nome Macapá vem do tupi e significa terra ou lugar de bacabas (IBGE, 2024a). No dia 31 de maio de 1944, tornou-se a capital do então território federal do Amapá, criado em 1943 (Governo do Estado do Amapá [GEA], 2023a), o qual ganharia status de estado da federação com a promulgação da Constituição de 1988.

Macapá (**Mapa 5: Localização do Município de Macapá, Estado do Amapá**) tem 6.563,849 km² de território. De acordo com as informações do Censo Demográfico de 2022, Macapá tem população de 442.933 habitantes (2023b), possuindo densidade demográfica de 67,48 hab./km². O município conta com três distritos: Macapá, Bailique e São Joaquim do Pacuí (IBGE, 2024a). Macapá é a única capital brasileira localizada às margens do rio Amazonas (Figura 7).

As atividades econômicas, segundo a Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan), estão ligadas ao setor terciário, como serviços públicos e privados, com menor participação dos setores primário e secundário e com importante participação do funcionalismo público (Amapá, 2021).

O município de Macapá possui diversidade de ambientes, como florestas de terra firme, várzeas, manguezais, savana e áreas rebaixadas, localmente denominadas de ressacas, e importantes ambientes estuarinos, que estão presentes também no arquipélago do Bailique.

A cidade é considerada uma capital regional, com influência em todo o estado e na região das ilhas do Pará. Macapá conta com grandes belezas naturais, como rios e igarapés, e com grande potencial para o turismo ecológico, possuindo pontos turísticos como: igrejas, Fortaleza de São José de Macapá, Bioparque da Amazônia, Monumento Marco Zero do Equador, Orla do rio Amazonas e o Mercado Municipal (IBGE, 2023).

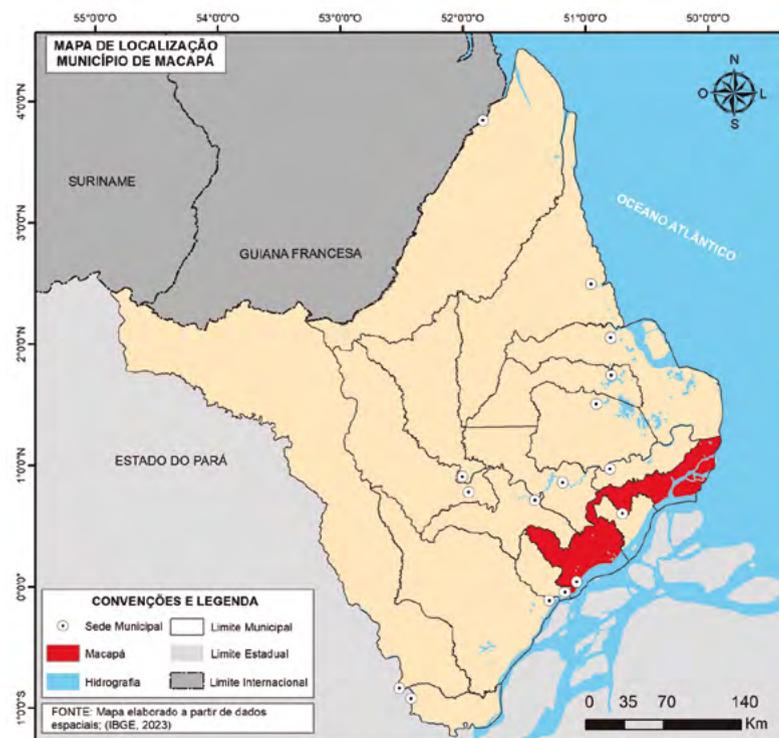
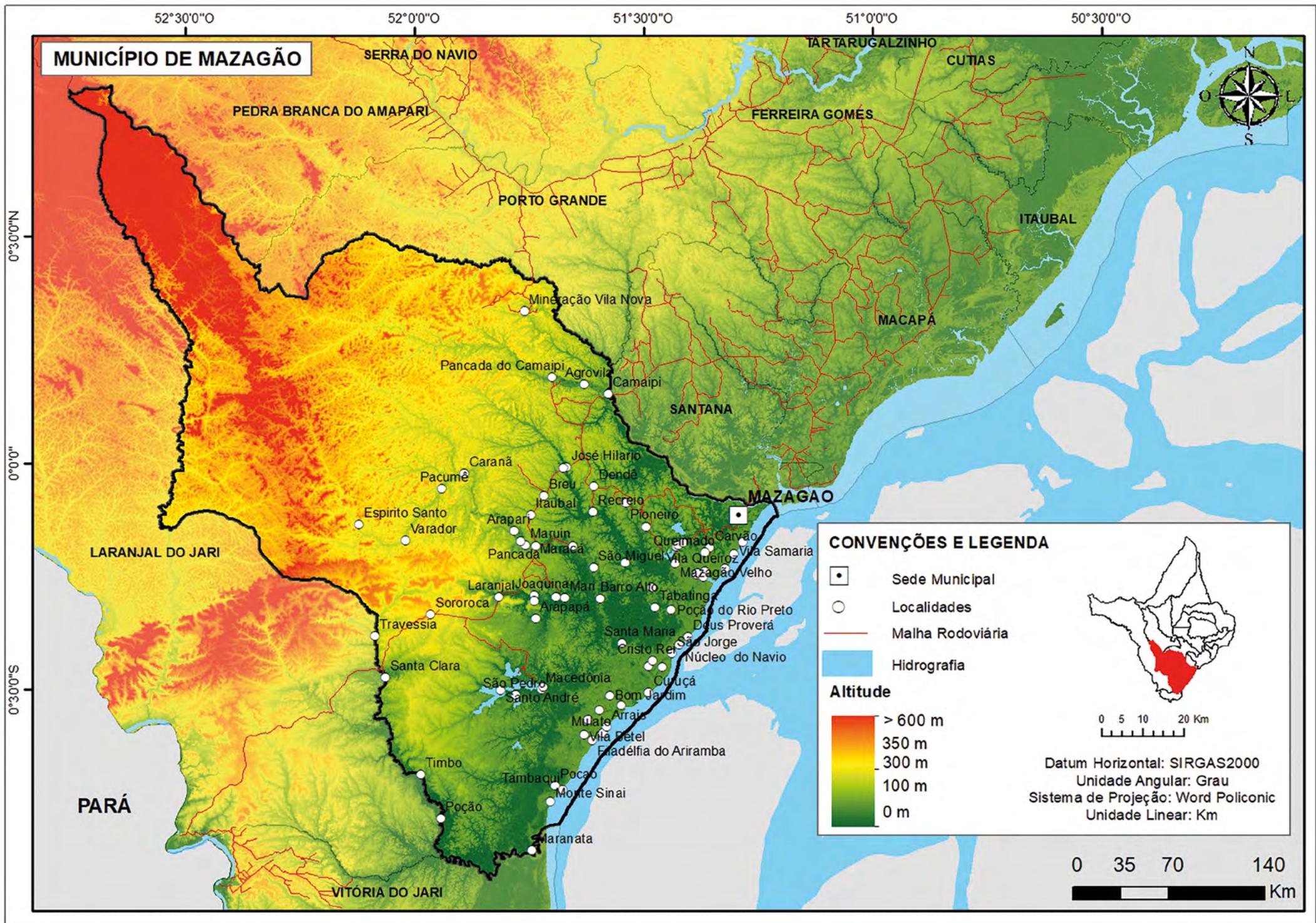




Figura 7: Vista da cidade de Macapá com destaque para a Fortaleza de São José, orla do rio Amazonas
Fonte: Silva Junior (2024)





Mapa 6: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO, ESTADO DO AMAPÁ

1.6 Mazagão

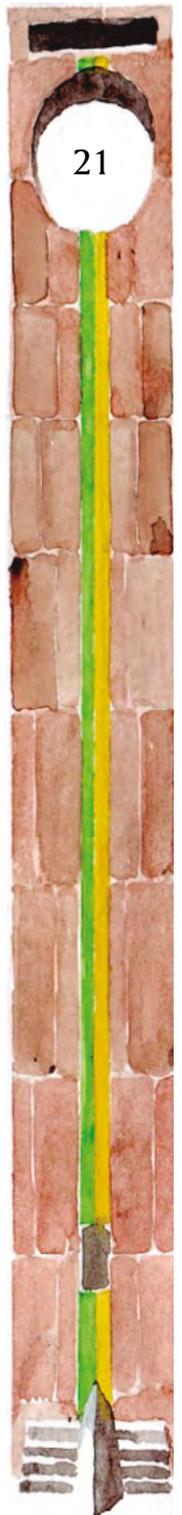
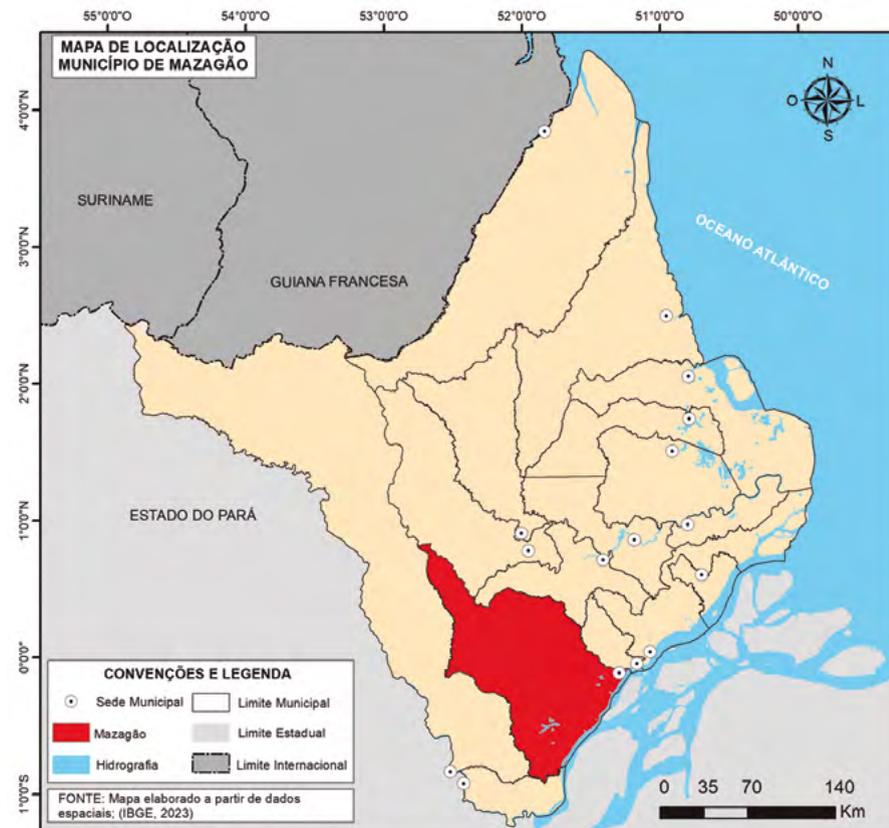
A origem de Mazagão remete ao ano de 1769, quando indígenas ocuparam as margens do rio Mutuacá com a incumbência de preparar a área para a chegada de colonos mazaganistas de Mauritània (África). Em 1770 é criado um distrito do município de Macapá denominado de Mazagão, e em 1771 chegam ao território 163 famílias migrantes (IBGE, 2024a). Atualmente, Mazagão é constituído de três distritos: Mazagão, Carvão e Mazagão Velho (IBGE, 2024a).

Mazagão (Mapa 6: Localização do Município de Mazagão, Estado do Amapá) apresenta 13.294,778 km² de território e, de acordo com as informações do Censo Demográfico de 2022, possui 21.924 habitantes, com densidade demográfica de 1,65 hab./km² (IBGE, 2023b). O município está localizado às margens do rio Beija-Flor (Figura 8), em um trecho próximo ao deságue no rio Amazonas.

Economicamente, de acordo com o GEA, Mazagão já foi conhecida pela agricultura e pelo destaque no setor oleiro-cerâmico, ambos em declínio na região. Atualmente, o setor público é a base da economia local. Há criação de bovinos, bubalinos, suínos, caprinos e equinos, além das atividades de avicultura e pesca. Destaca-se, ainda, o extrativismo da castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa*), do açaí (*Euterpe oleracea*) e da seringueira (*Hevea brasiliensis*), além da pesca de subsistência e extração de madeira para a fabricação de carvão e de móveis para comercialização fora do estado (GEA, 2023b).

Mazagão se destaca por manifestações religiosas e culturais. A Festa de São Tiago, que ocorre no mês de julho, é a mais famosa do município, misturando rituais religiosos, cavallhada e teatro a céu aberto; na Vila do Maracá, acontece o Festival da Castanha. Destaca-se, também, a produção de cerâmica (GEA, 2023b).

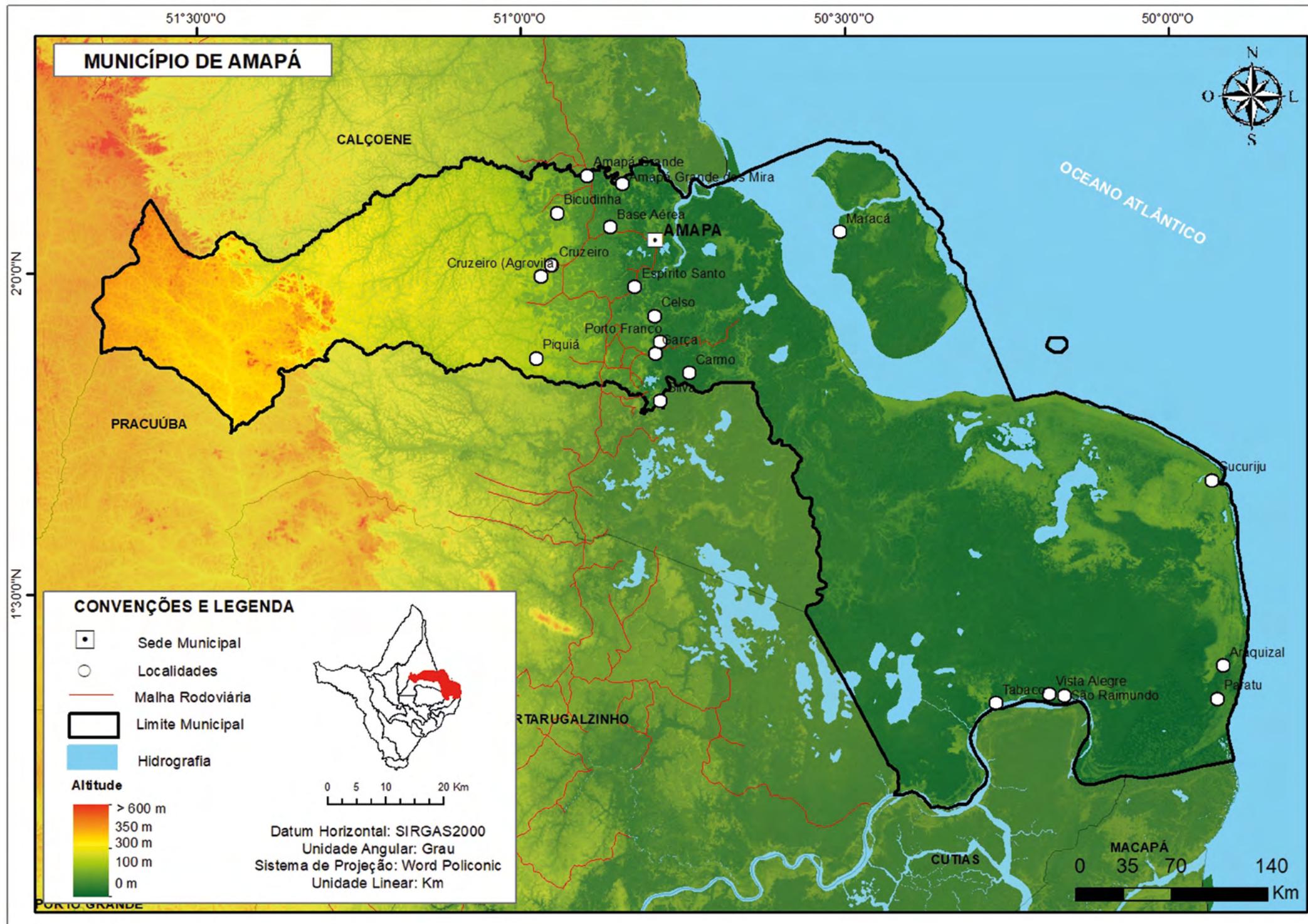
O município possui diversas cachoeiras e belas paisagens naturais, com destaque para a cachoeira do rio Maracá e para a paisagem bucólica do Lago do Ajuruxi (GEA, 2023b).



22



Figura 8: Vista da cidade de Mazagão
Fonte: Silva Junior (2024)



Mapa 7: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ, ESTADO DO AMAPÁ

1.7 Amapá

O nome do município de Amapá, assim como o do estado, originou-se de uma espécie de árvore da Amazônia brasileira, chamada amapazeiro, que possui um tronco volumoso, com aproximadamente um metro de diâmetro na base, e casca espessa, pela qual escorre um abundante leite branco – o leite de amapá. O município de Amapá foi a primeira capital do Território Federal do Amapá, criado pela Lei n. 798, de 22 de outubro de 1901. De 1901 a 1903, era denominado de Montenegro. De 1903 a 1938, voltou a receber a denominação de Amapá. Em 1938, foi denominado Veiga Cabral. A partir de 1939, voltou a ganhar a nomenclatura inicial de Amapá (Amapá [município], 2024).

Amapá (Mapa 7: **Localização do Município de Amapá, Estado do Amapá**) possui 8.454,847 km² de extensão territorial e, de acordo com as informações do Censo Demográfico de 2022, sua população é de 7.943 habitantes, possuindo densidade demográfica de 0,94 hab./km² (IBGE, 2023b). A sede municipal (Figura 9) se localiza às margens do rio Amapá Pequeno e interliga-se à BR-156 através da AP-116. Além da sede municipal, existem 12 núcleos populacionais importantes: Base Aérea, Cruzeiro, Piquiá, Calafate, Amapá Grande, Vulcão do Norte, Raimundo, Vista Alegre, Santo Antônio, Araguçuaua, Sucuriju e Paratu (IBGE, 2024a).

O território do município se destaca pela riqueza ecológica e ambiental composta por florestas de terra firme, savana e planície de inundação. Nesse contexto, os campos inundáveis merecem destaque por sua riqueza ecológica, que inclui

sistemas de lagos permanentes de alta vulnerabilidade à erosão natural (IEPA, 2008). O município de Amapá conta, ainda, com a presença de importantes unidades de conservação, como: Reserva Biológica (Rebio) do Lago Piratuba, Floresta Estadual (Flota) do Amapá e Estação Ecológica (ESEC) Maracá-Jipiíoca.

As bases econômicas do município são a pesca e a pecuária extensiva, com ênfase na produção de bubalinos. As principais atrações turísticas e culturais ficam por conta do Museu à Céu Aberto da Segunda Guerra Mundial da Base Aérea do Amapá, localizado a 15 km da sede municipal, além do Festival de Cinema Nacional, do Dia do Cabralzinho, do Festival da Gurijuba, do Festival do Leite e da Feira de Agronegócios (Agropesc), que ocorre geralmente no mês de outubro (GEA, 2024a).

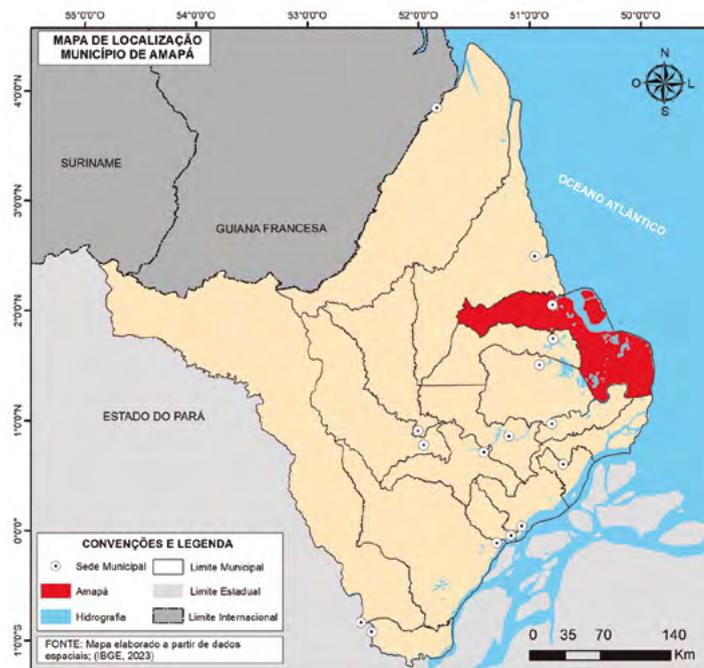




Figura 9: Vista da cidade de Amapá
Fonte: Silva Junior (2024)



1.8 Oiapoque

A palavra Oiapoque tem origem tupi-guarani e significa casa dos Waiãpi; refere-se tanto ao rio quanto à cidade. No período colonial, o território do município pertencia à Capitania do Cabo Norte. No século XVI, os portugueses lutaram com outros europeus (holandeses, franceses e ingleses) pelo território localizado entre o rio Oiapoque (ou rio Vicente Pinzón) e o rio Amazonas.

Em 1907, o governo federal criou o Primeiro Destacamento Militar do município, que servia de abrigo a presos políticos. Anos depois, o destacamento foi transferido para Santo Antônio, atual distrito de Clevelândia do Norte, com a denominação de Colônia Militar. Atualmente, o município tem importante relação transfronteiriça com a Guiana Francesa (departamento francês) por meio do rio Oiapoque (Oiapoque, 2024).

Oiapoque (**Mapa 8: Localização do Município de Oiapoque, Estado do Amapá**) foi criado em 23 de maio de 1945, por meio da Lei Estadual (Pará) n. 7.578. Possui 23.034,392 km² de território e, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, sua população é de 27.482 habitantes, com densidade demográfica de 1,19 hab./km² (IBGE, 2023b).

O território de Oiapoque tem três distritos: a sede (Figura 10), Clevelândia do Norte (destacamento militar do Exército) e Vila Velha, além das comunidades da região do Cassiporé, Vila Brasil e Vila Taperebá. Entretanto, sobressaem-se as comunidades indígenas: Tawari, Urubu, Amomni, Mangue, Kumenê, Kwikwit, Pwaytyeket, Kamwuywá, Yanawá, Kuahi, Tuluhi, Kahapá, Palha, Kumahu, Piquiá, Curupi, Kariá, Ahumã, Estrela, Ykawakun,

Ywawká, Samaúma, Tukay, Anawerá, Yanawá, Molongó, Lençol, Galibi, Kwai Kwai, Anani, Ariramba, Uahá, Açaizal, Encruzo, Jõdef, Kubahi, Espírito Santo, Taminã, Santa Izabel, Txipidô, Pakapuá, Paxiubal, Bastxiô, Manga, Mõbe, Zacarias, Igarapé da Onça, Benuá, Japiim, Kumarumã, Paramuaká, Flamã, Manaú, Aruatu, Karibuene, Magi, Kaxiuahi, Tukuwuino, Biskot, Pakuhu, Paraiko, Flecha, Tipoca, Maxika, Kunanã, e Mahipá.

Além da diversidade cultural, o município apresenta grande diversidade florística e faunística, em ambientes de florestas de terra firme, savana e planície de inundação (Oiapoque, 2024). Seus principais atrativos turísticos são: rio Oiapoque, cachoeiras, Ilha do Sol, Balneários e a Ponte Binacional. Entre as principais festividades, destacam-se: festejos religiosos (Nossa Senhora das Graças e Nossa Senhora de Nazaré) e festividades das populações indígenas (GEA, 2024b).

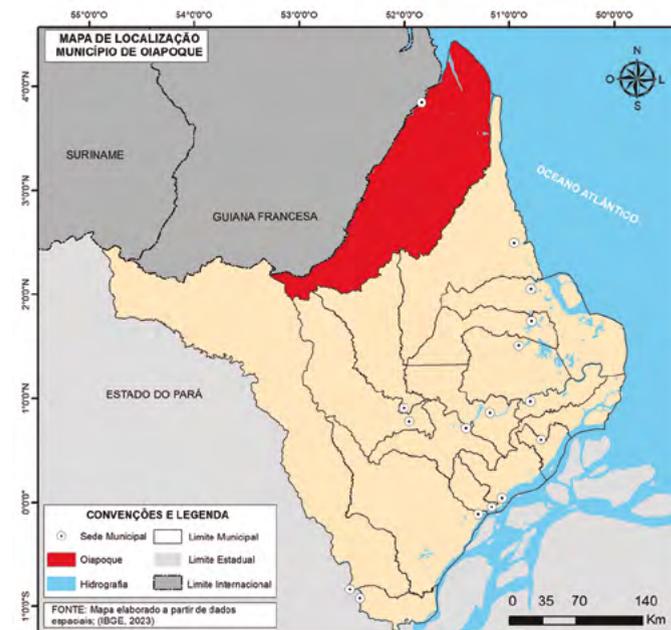
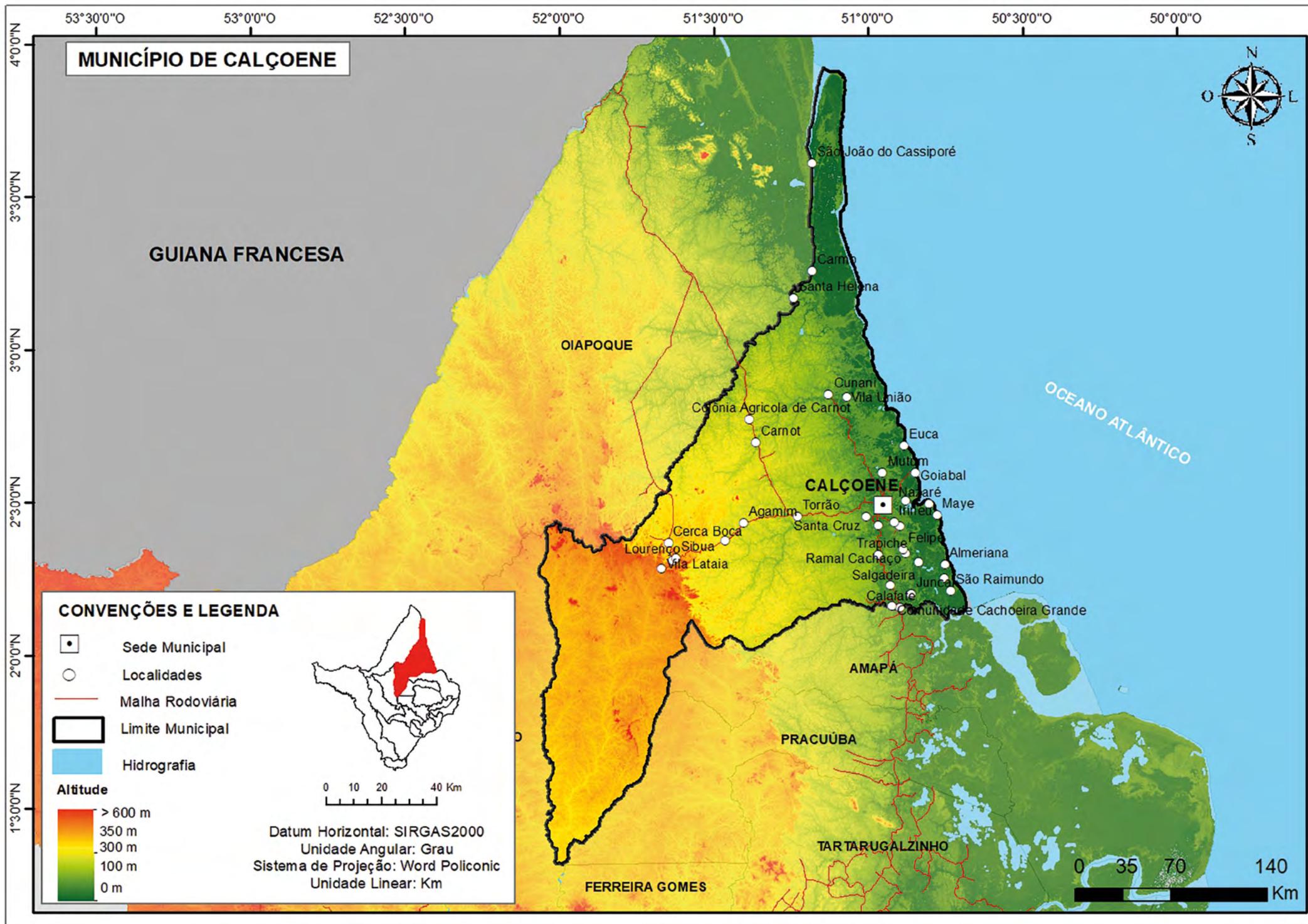




Figura 10: Vista da cidade de Oiapoque
Fonte: Silva Junior (2024)



Mapa 9: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CALÇOENE, ESTADO DO AMAPÁ

1.9 Calçoene

A origem do município de Calçoene ocorreu com o movimento de garimpeiros e faiscaadores de ouro e o trânsito de abastecimento das minas. Situado na margem esquerda do rio Calçoene, junto à queda d'água da primeira cachoeira, ponto importante para o transporte de mercadorias destinadas às minas de Lourenço, a localidade se desenvolveu rapidamente (IBGE, 2024a).

Em 1920, com o esgotamento dos veios superficiais de ouro e a crise das exportações da borracha, os calçoenenses se ancoraram economicamente na pesca do pirarucu, no grude da gurijuba e na pecuária bovina (Filocreão, 2015).

O município foi criado pela Lei Federal n. 3.055, de 22 de dezembro de 1956, e está localizado na região centro-nordeste do estado, distante cerca de 356 km de Macapá, com acesso pela BR-156 e por via marítima.

O município de Calçoene (**Mapa 9: Localização do Município de Calçoene, Estado do Amapá**) possui 14.117,297 km² de território e, de acordo com os dados do último Censo Demográfico de 2022, a população calçoenense é de 10.612 habitantes, com densidade demográfica de 0,75 hab./km² (IBGE, 2023b).

Além da sede do município (Figura 11), Calçoene é constituído pelos distritos de Cunani e Lourenço (Calçoene, 2024) e seu território abrange diversos ecossistemas naturais, incluindo florestas de terra firme, savanas e planícies de

inundação. Possui clima equatorial, caracterizado pelos maiores índices pluviométricos do estado. A sede municipal registra precipitação média anual de 4.165 mm, tornando-a uma das localidades mais chuvosas do Brasil.

As atividades produtivas do município se embasam na pesca, agricultura, pecuária extensiva, silvicultura, extrativismo, garimpagem, comércio e prestação de serviços. Suas principais atrações turísticas são: Praia do Goiabal (localizada a 14 km de distância da cidade) e Parque Arqueológico do Solstício (no qual existe um círculo de pedras que se supõe ter sido construído como um observatório indígena, apelidado de “Stonehenge do Amapá”, referindo-se ao Stonehenge da Inglaterra) (GEA, 2024c).

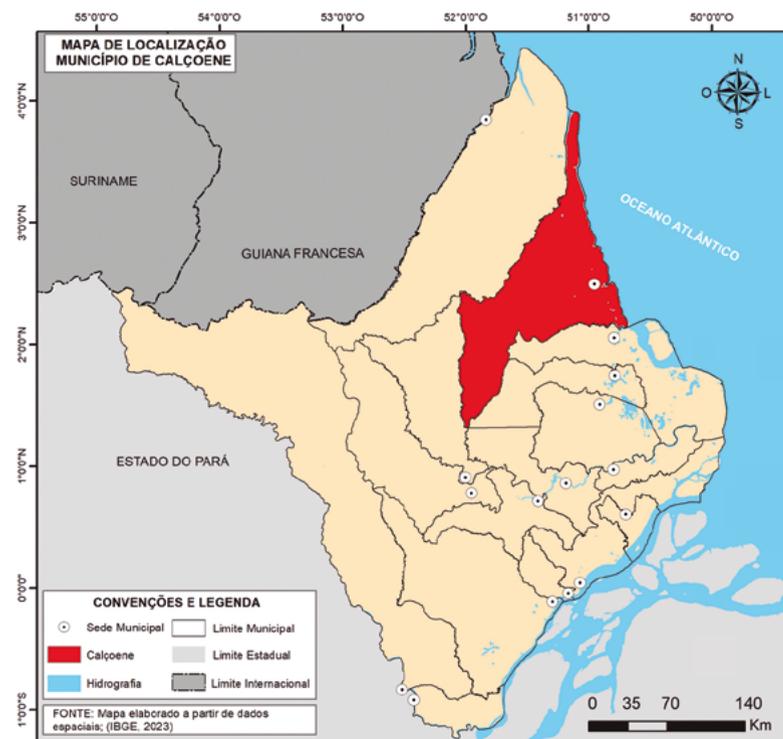
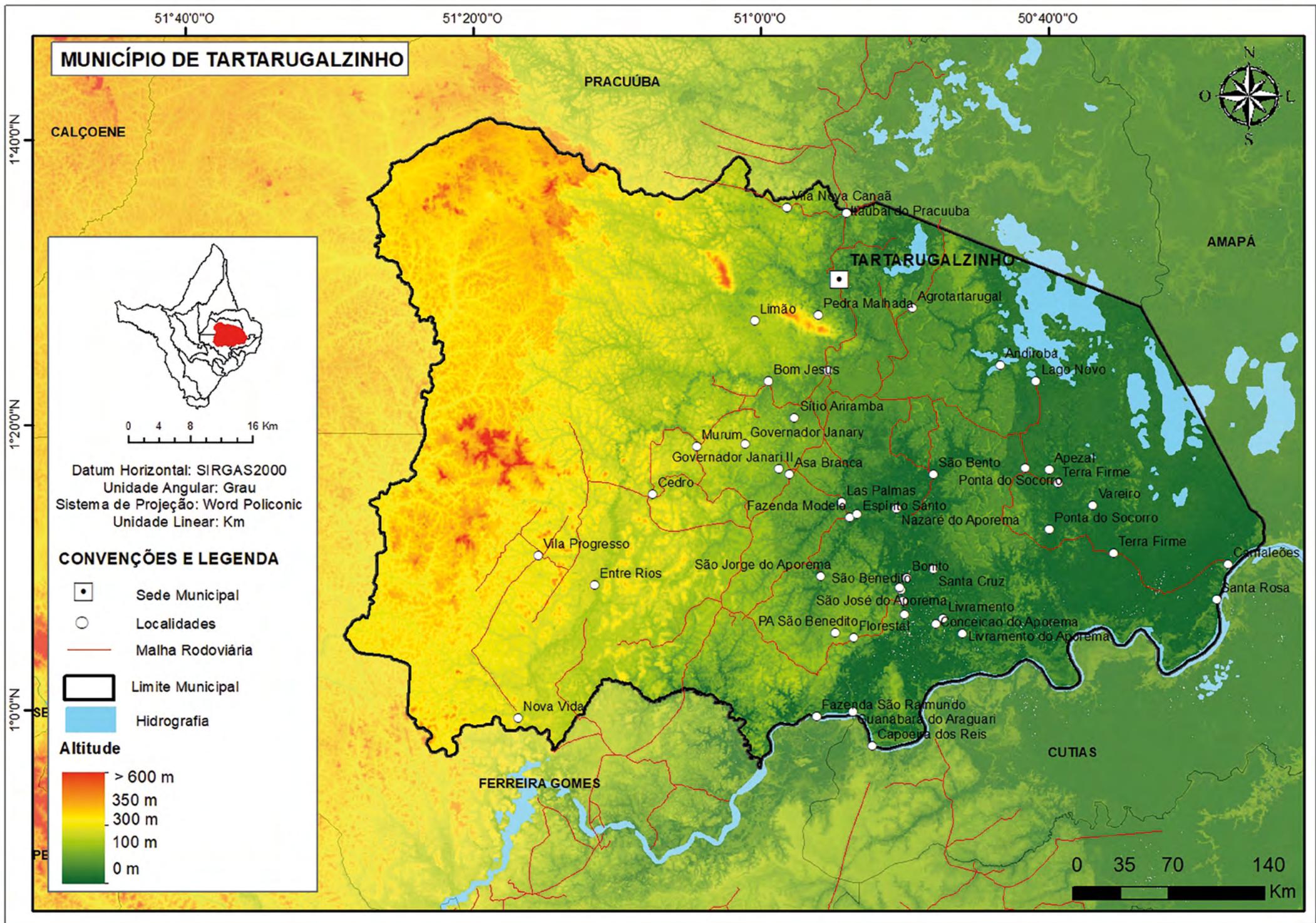




Figura 11: Vista da cidade de Calçoene
Fonte: Silva Junior (2024)





Mapa 10: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TARTARUGALZINHO, ESTADO DO AMAPÁ

1.10 Tartarugalzinho

Tartarugalzinho foi elevado à categoria de município em 17 de dezembro de 1987, conforme a Lei Federal n. 7.639. O primeiro povoado a se originar no atual município foi Tartarugal Grande, que se localiza às margens do rio de mesmo nome. No entanto, o fato deste rio apresentar inúmeras quedas d'água, dificultando o transporte, fez com que alguns moradores se mudassem para outro lugar, que denominaram de Tartarugalzinho (por se tratar de um afluente do rio Tartarugal Grande), onde as dificuldades de transporte fluvial foram sanadas (Tartarugalzinho, 2024).

Tartarugalzinho (**Mapa 10: Localização do Município de Tartarugalzinho, Estado do Amapá**) possui 6.684,705 km² de território e, de acordo com dados do último Censo Demográfico de 2022, tem uma população de 12.945 habitantes, com uma densidade demográfica de 1,94 hab./km² (IBGE, 2023b). A sede do município (Figura 12) está localizada às margens da BR-156.

O desenvolvimento e o incremento populacional do município estão diretamente relacionados a dois fatores essenciais: o primeiro foi a instalação da Amapá Florestal Celulose S.A. (AMCEL), empresa voltada ao plantio extensivo de pinus e eucalipto nas áreas de savana do Amapá e, segundo, a descoberta de ouro nas proximidades da sede municipal. Esse fato desencadeou alterações significativas no curso de seu desenvolvimento, resultando em impactos substanciais nos aspectos populacionais, ambientais e nas condições econômicas e sociais do município (Filocreão, 2015).

A economia do município se baseia no setor primário, com cultivo de melancia, abacaxi, hortaliças e vegetais, além de silvicultura e da mineração. Destaca-se na pecuária extensiva de

gado bovino e bubalino, nos campos inundáveis, nas culturas de subsistência (como a mandioca e a laranja) e na pesca artesanal na região do Lago Novo (Tartarugalzinho, 2024).

Tartarugalzinho busca ampliar sua base produtiva voltando-se para o ecoturismo. Pode-se citar, por exemplo, a Caverna do Morcego, que está localizada em área de floresta com 1,80 metro de altura e uma estreita entrada de 1,20 metro.

O município tem áreas propícias para passeios ecológicos e pesca esportiva, além de abrigar uma reserva natural de reprodução de quelônios. Os principais eventos culturais são as festividades de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (padroeira da cidade) e São Raimundo e o Festival da Banana (GEA, 2024d).

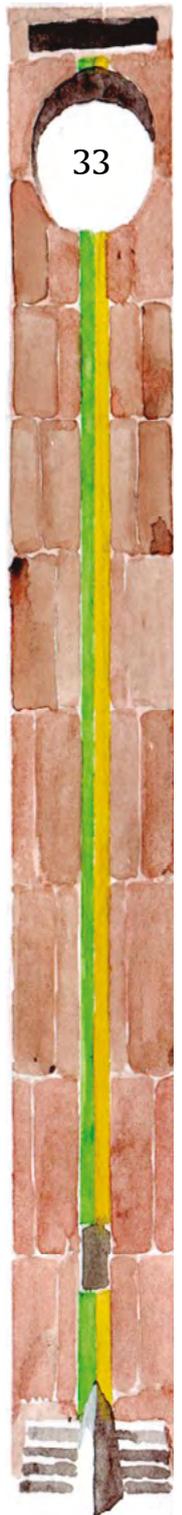
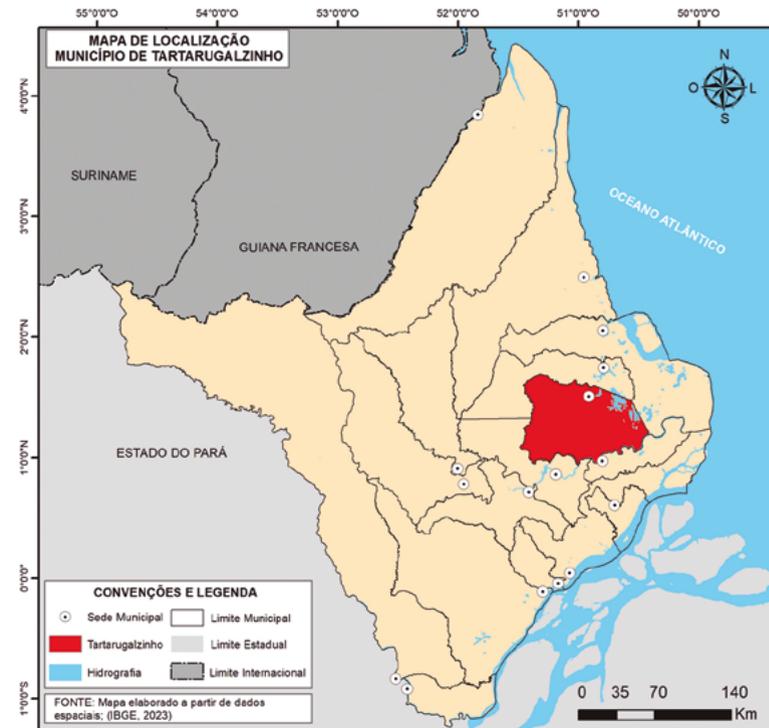
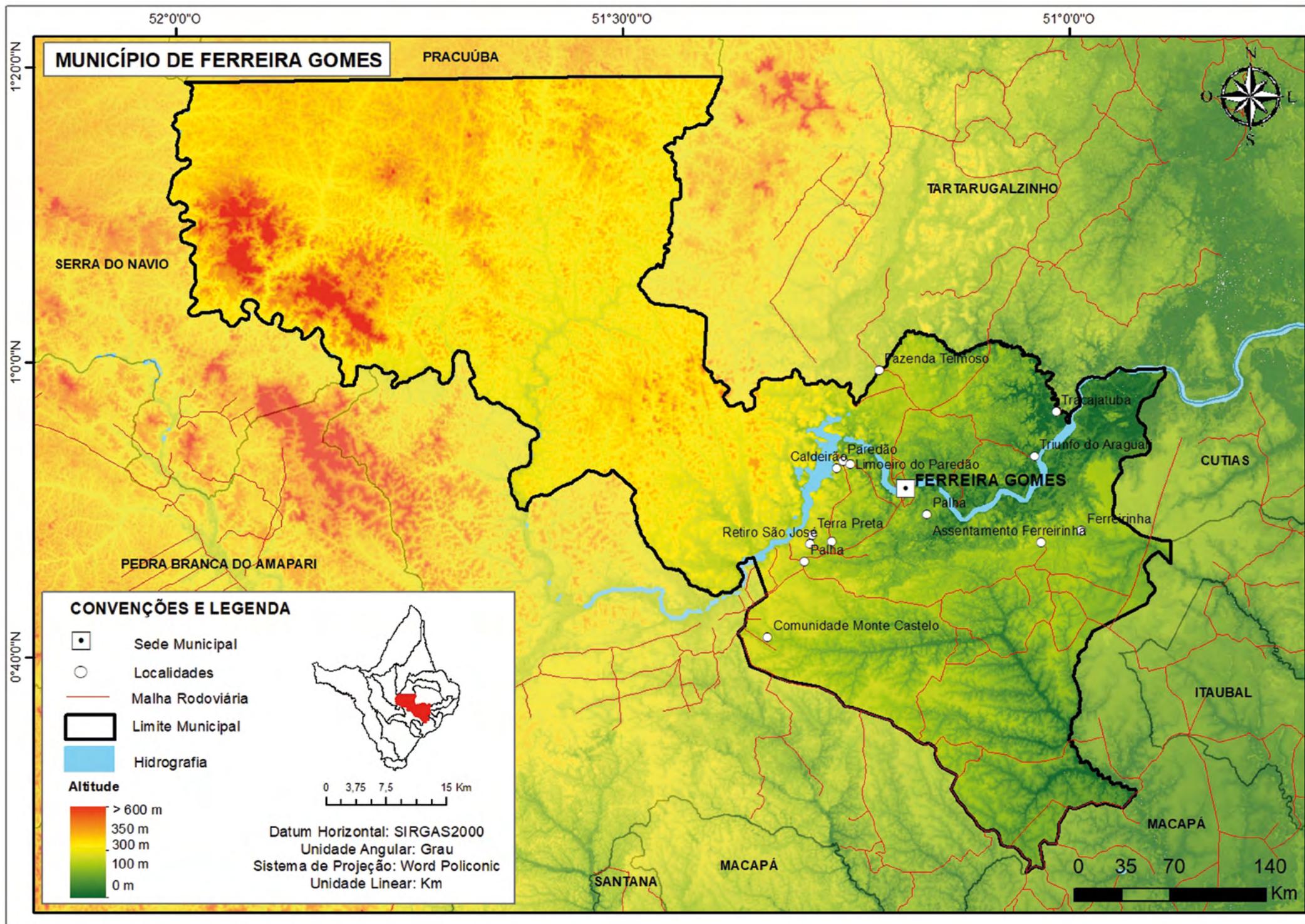




Figura 12: Vista da cidade de Tartarugalzinho
Fonte: Silva Junior (2024)



Mapa 11: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES, ESTADO DO AMAPÁ

1.11 Ferreira Gomes

A origem do município de Ferreira Gomes está ligada à Colônia Militar Pedro II (1840), implantada pelo major João Ferreira Gomes, que deu nome ao atual município (IBGE, 2024a). Entre os fatores históricos de seu desenvolvimento até sua emancipação político-administrativa, destaca-se a condição estratégica que desempenhou como entreposto rodoviário no antigo traçado da BR-156 (GEA, 2023c).

Em 1936, o território onde hoje se localiza Ferreira Gomes fazia parte do município de Macapá, pertencendo ao distrito de Amapari. O distrito foi criado com a denominação de Amapari (antigo Araguari) pelo Decreto-Lei Estadual n. 3.131, de 31 de outubro de 1938, com território desmembrado do município de Amapá e anexado ao município de Macapá. Por força da Lei Federal n. 7.639, de 17 de dezembro de 1987, foi desmembrado de Macapá e elevado à categoria de município, com a atual denominação de Ferreira Gomes (IBGE, 2024a).

Ferreira Gomes (**Mapa 11: Localização do Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá**) possui 4.973,855 km² de extensão territorial e, de acordo com as informações do Censo Demográfico de 2022, tem população de 6.666 pessoas e densidade demográfica de 1,34 hab./km² (IBGE, 2023b). A sede municipal (Figura 13) está localizada às margens do rio Araguari.

Quanto às atividades econômicas, segundo as últimas estimativas da Seplan (2022), mais de 72% do Produto Interno Bruto (PIB) depende das atividades do setor secundário, ligadas

ao setor energético, seguido pelo setor terciário, como serviços públicos e privados, com menor participação do setor primário. No território do município há as usinas hidrelétricas de Coaracy Nunes, Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão.

O município possui diversidade de ambientes como florestas de terra firme, várzeas e savana, além de caudalosos rios, como o Araguari. A principal atração turística do município é o rio Araguari. Próximo a seu perímetro urbano, encontram-se hotéis e sítios que aproveitam as águas do rio para lazer. Nos arredores da sede municipal, há belas cachoeiras, como a Traíra e a do Pium, além da riqueza de suas áreas de floresta (IBGE, 2024a).

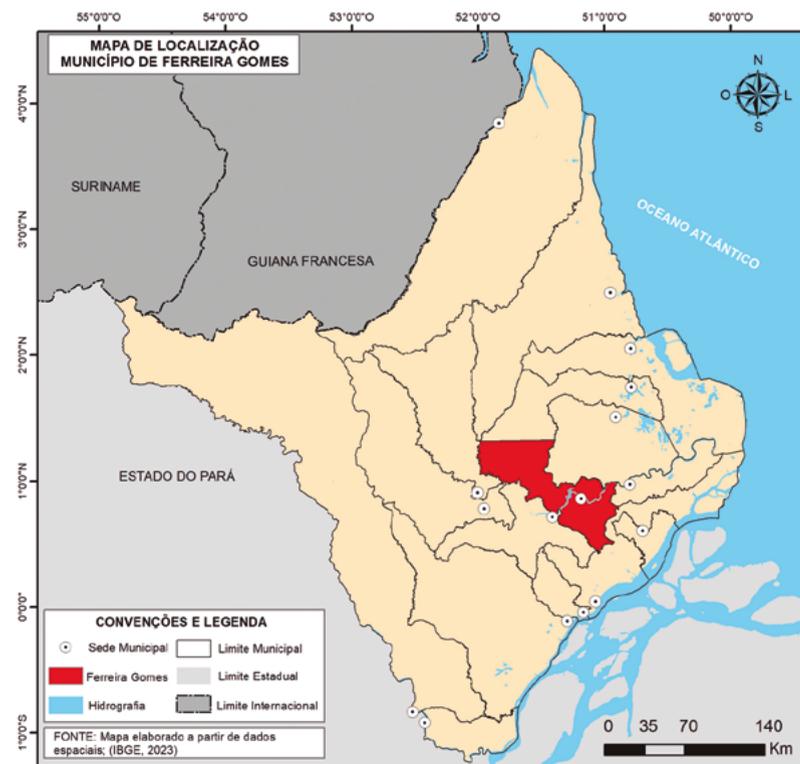
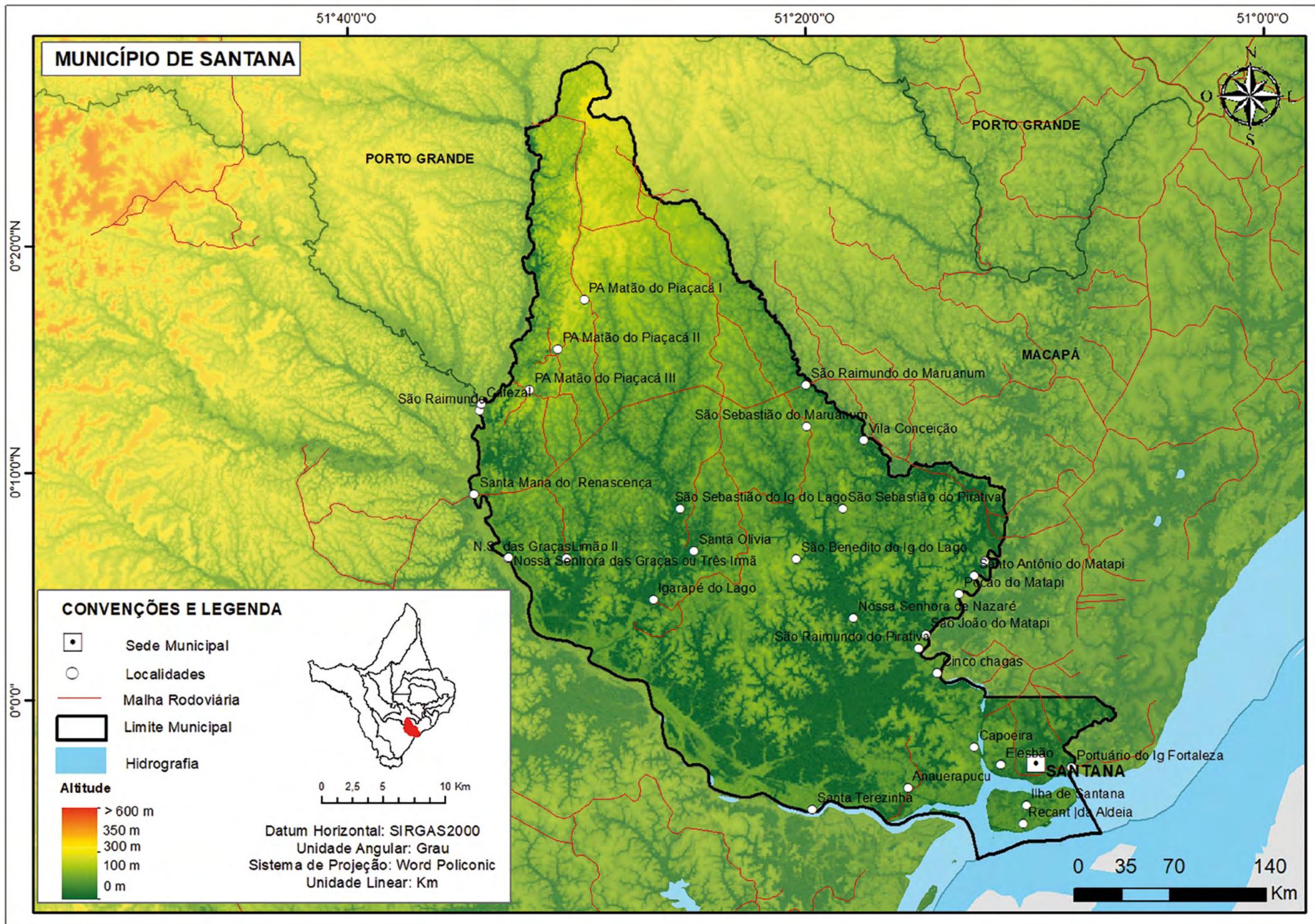




Figura 13: Vista da cidade de Ferreira Gomes
Fonte: Silva Junior (2024)





Mapa 12: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTANA, ESTADO DO AMAPÁ

1.12 Santana

A cidade de Santana teve origem em um agrupamento populacional na Ilha de Santana no ano de 1753, sendo os primeiros habitantes portugueses e mestiços do estado do Pará, além de indígenas Tucuju. Por ordem de Mendonça Furtado, foi instalado e fundado o povoado de Santana, que passou por significativo crescimento populacional, no ano de 1946, com a descoberta de manganês na Serra do Navio (IBGE, 204a3).

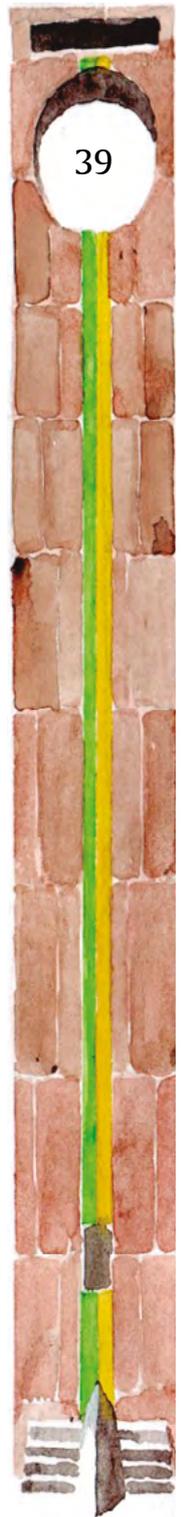
Entre 1954 e 1957, foram construídos a Estrada de Ferro do Amapá e um cais flutuante em frente à Ilha de Santana, fomentando negócios e atraindo migrantes ao distrito. Em 1987, Santana é desmembrada de Macapá e elevada à categoria de município. Desde a divisão territorial de 2001, o município é constituído de seis distritos: Santana, Anauerapucu, Igarapé do Lago, Ilha de Santana, Piaçacá e Pirativa (IBGE, 2024a).

Santana (**Mapa 12: Localização do Município de Santana, Estado do Amapá**) conta com 1.541,224 km² de área territorial e, de acordo com as informações do último Censo Demográfico de 2022, possui população de 107.618 habitantes, com densidade demográfica de 69,83 hab./km² (IBGE, 2023b). A sede municipal está localizada às margens do rio Amazonas (Figura 14).

A rede de transportes abrange vários portos, tanto para passageiros quanto para cargas e mercadorias, tendo uma forte relação com localidades e cidades do estado do Pará, como Belém, Santarém, Almeirim e Breves.

Dispõe ainda de um porto específico para receber navios cargueiros de grande porte de bandeira internacional. A atividade econômica advém da pesca, extração de madeira, açaí e de provimentos do serviço público (GEA, 2023d).

No turismo, destacam-se as visitas à Ilha de Santana e aos balneários, que atraem grande número de visitantes nos fins de semana. Há também restaurantes com cardápio variado no Igarapé da Fortaleza. As manifestações religiosas ficam por conta de comunidades como Igarapé do Lago, com a tradicional festa de Nossa Senhora da Piedade (GEA, 2023d).



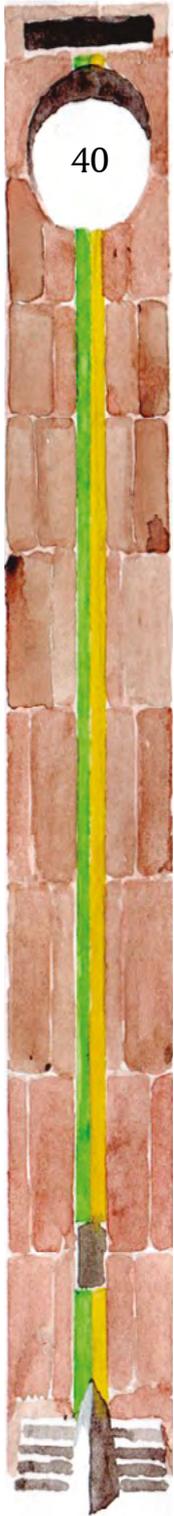
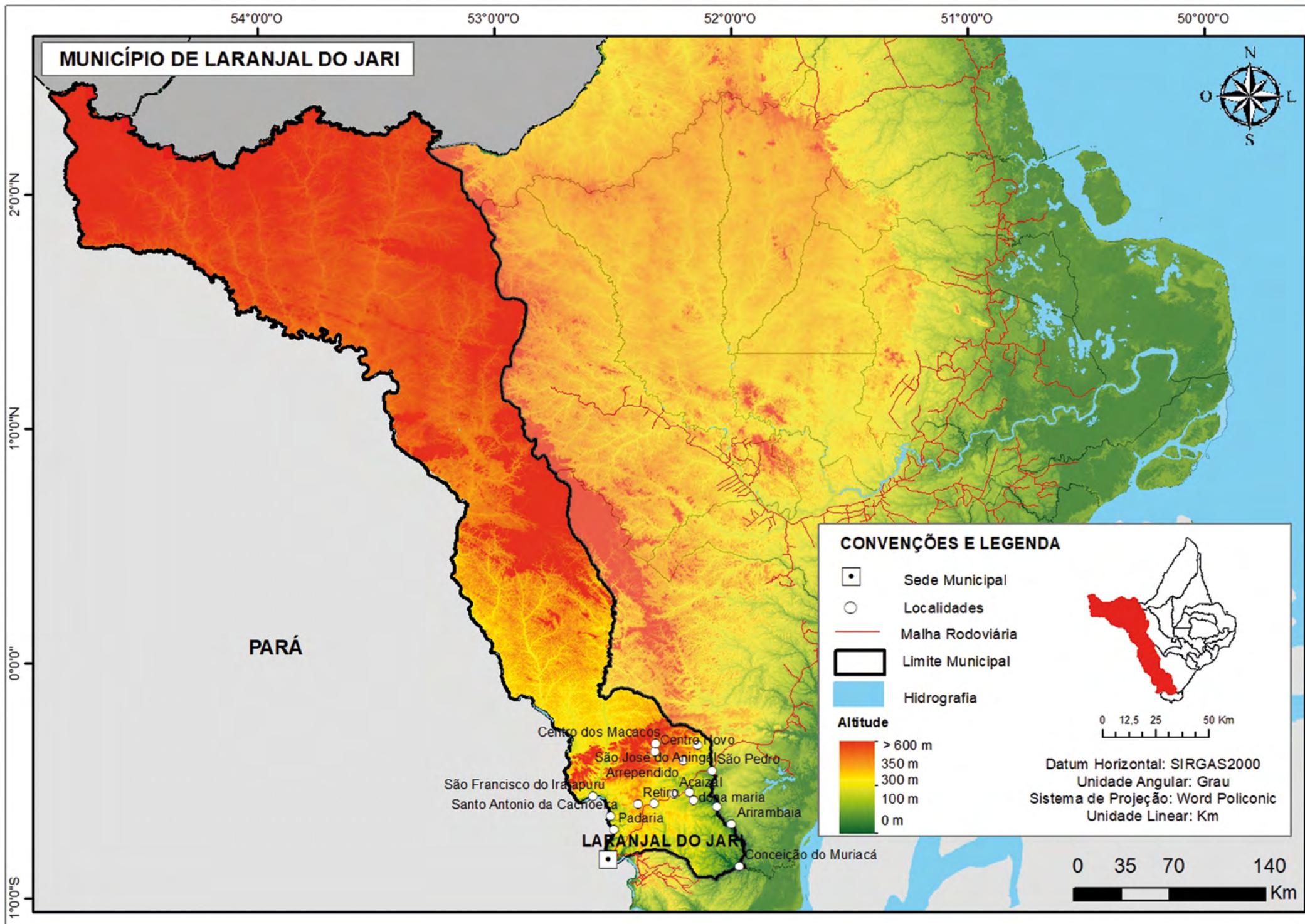
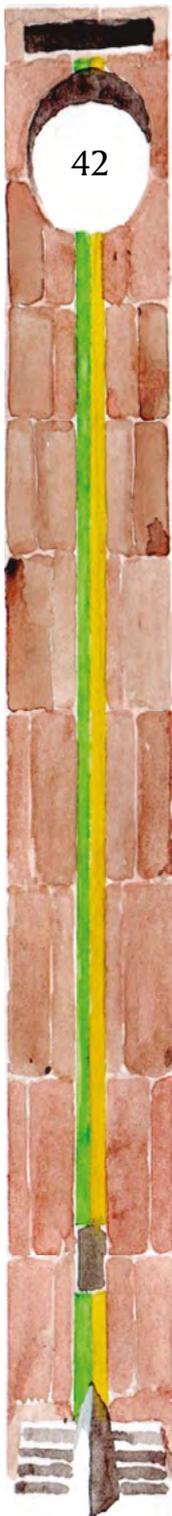


Figura 14: Vista da cidade de Santana
Fonte: Silva Junior (2024)



Mapa 13: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI, ESTADO DO AMAPÁ



1.13 Laranjal do Jari

A origem da cidade de Laranjal do Jari remete ao período de colonização no Vale do Rio Jari, sendo os primeiros habitantes indígenas waianos e apalais; mais tarde, nordestinos vieram trabalhar na extração da borracha. A cidade foi erguida a partir da implantação do projeto Jari Florestal, em 1967, em Monte Dourado (PA), idealizado por Daniel Ludwig, atraindo considerável número de pessoas para a região do Jari (IBGE, 2024a).

Mediante o crescimento populacional motivado pela possibilidade de obtenção de trabalho e renda na empresa Jari Florestal, formou-se o povoado de Beiradão à margem esquerda do rio Jari, com mão de obra excedente. Laranjal do Jari foi elevada à categoria de município pela Lei Estadual n. 7.639, de 17 de dezembro de 1987, sendo desmembrada do município de Mazagão (IBGE, 2024a).

Laranjal do Jari (**Mapa 13: Localização do Município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá**) tem 30.782,998 km² de extensão territorial e, de acordo com as informações do último Censo Demográfico do IBGE, de 2022, possui 35.114 habitantes e densidade demográfica de 1,14 hab./km² (IBGE, 2023b). A sede municipal está às margens do rio Jari (Figura 15).

Com o declínio das atividades da fabricação de celulose, Laranjal do Jari passou a amparar-se economicamente nos proventos advindos do serviço público. Considerando o destaque do município no extrativismo vegetal, contribui também na

economia local a venda de matéria-prima (óleo de castanha e breu-branco) a uma grande indústria de cosméticos paulista (GEA, 2023e).

O município dispõe de atrativos turísticos como a Cachoeira de Santo Antônio. A área também é bastante apreciada para o turismo de aventura, em especial aos adeptos de trilhas, além de oferecer exuberantes paisagens naturais. A abundância de castanha-da-amazônia deu origem ao Festival da Castanha, que atualmente se constitui como um evento importante no calendário cultural municipal, reconhecendo a comunidade como uma das mais tradicionais na extração, beneficiamento e comercialização do produto (GEA, 2023e).

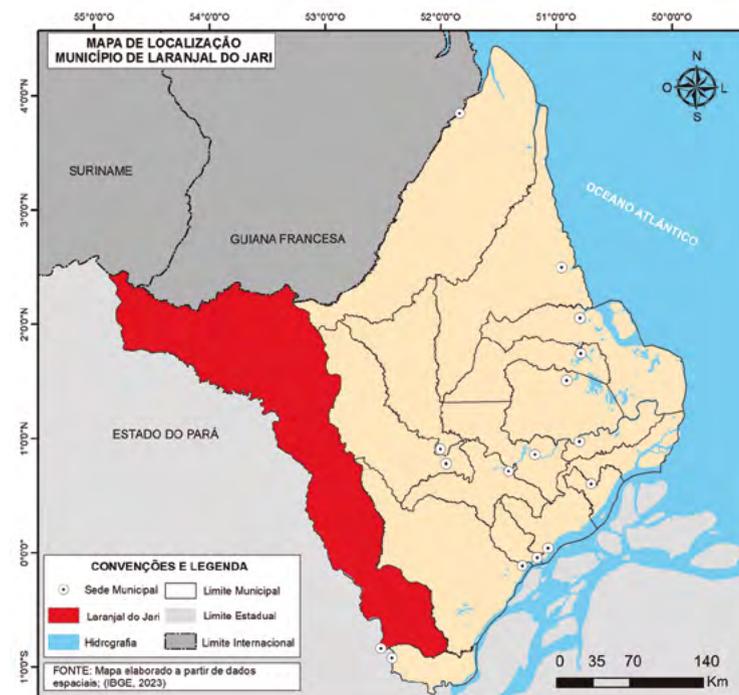
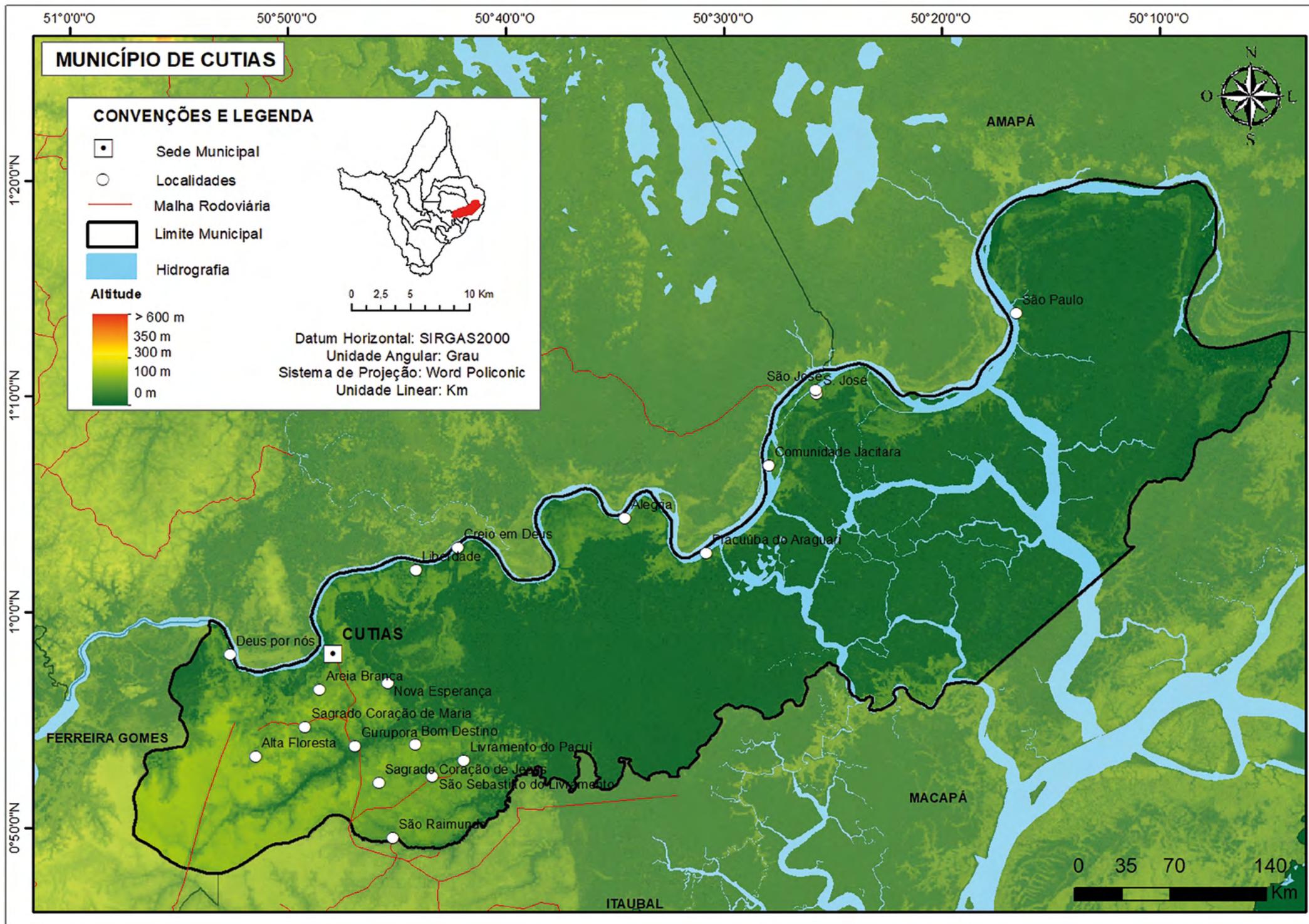




Figura 15: Vista da cidade de Laranjal do Jari
Fonte: Silva Junior (2024)





Mapa 14: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUTIAS, ESTADO DO AMAPÁ

1.14 Cutias

O município de Cutias se localiza a 163 km de Macapá, tendo como principal via de acesso a rodovia AP-070. Há duas versões para a origem do nome do município: a variedade de caças, entre elas a cutia, justificaria a nomeação; uma embarcação de nome cotia, amplamente utilizada na época da fundação da localidade, explicaria a origem do nome do município (IBGE, 2024a).

Com a publicação da Lei Estadual n. 6, de 1º de maio 1992, o até então povoado foi elevado à categoria de município com a denominação de Cutias, “embora seja amplamente conhecido como Cutias do Araguari”, sendo desmembrado do município de Macapá (IBGE, 2024a).

Cutias (**Mapa 14: Localização do Município de Cutias, Estado do Amapá**) possui 2.127 km² de extensão territorial e, de acordo com as informações do Censo, de 2022, a população é de 4.461 habitantes, com densidade demográfica de 2,05 hab./km² (IBGE, 2023b).

A sede de Cutias está localizada à margem esquerda do rio Araguari (Figura 16). A economia do município advém da agricultura, pecuária e extrativismo. Essas atividades são desenvolvidas aproveitando-se os campos naturais e as pastagens plantadas. Há destaque ainda para a criação de búfalos.

No extrativismo animal, destaca-se a pesca artesanal do pirarucu. Na agricultura, ressalta-se a produção de melancia, abacaxi e mandioca, usada principalmente na produção de farinha.

O extrativismo mineral está associado à exploração de areia para a construção civil (GEA, 2023f).

Cutias é reconhecida internacionalmente pelo fenômeno da pororoca, o que ocasionava grande procura por parte de surfistas de todo o mundo. Atualmente, busca-se desenvolver no município o turismo de aventura. No mês de agosto ocorre o Festival do Pirarucu, atraindo pessoas de todo o estado. Há também vários balneários onde se pode aproveitar os igarapés locais (GEA, 2023f).

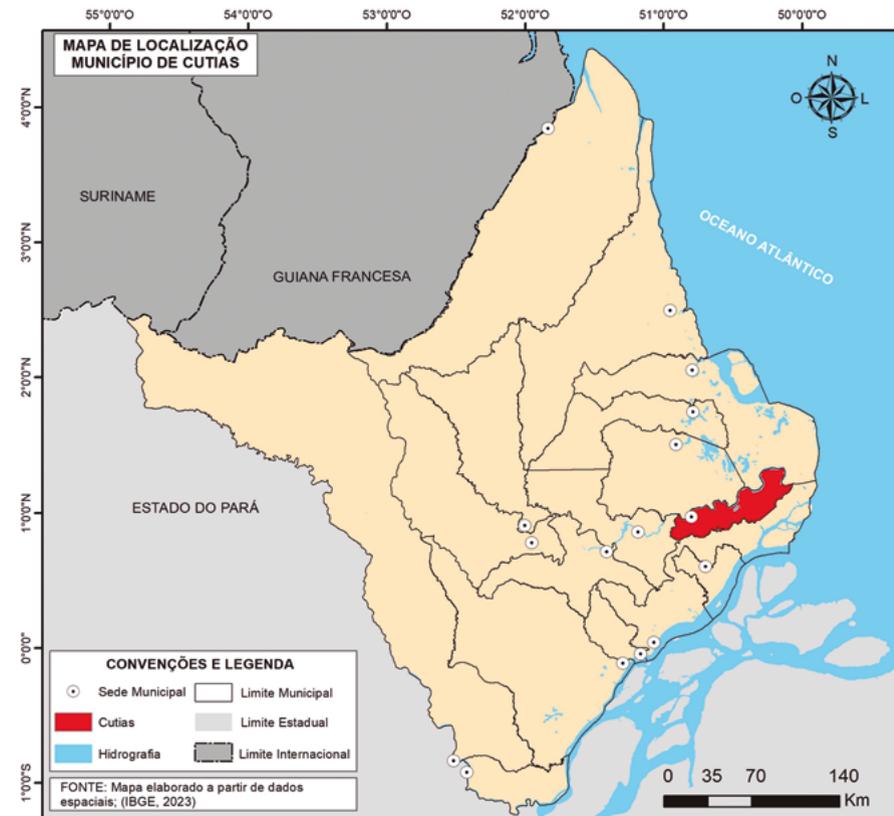
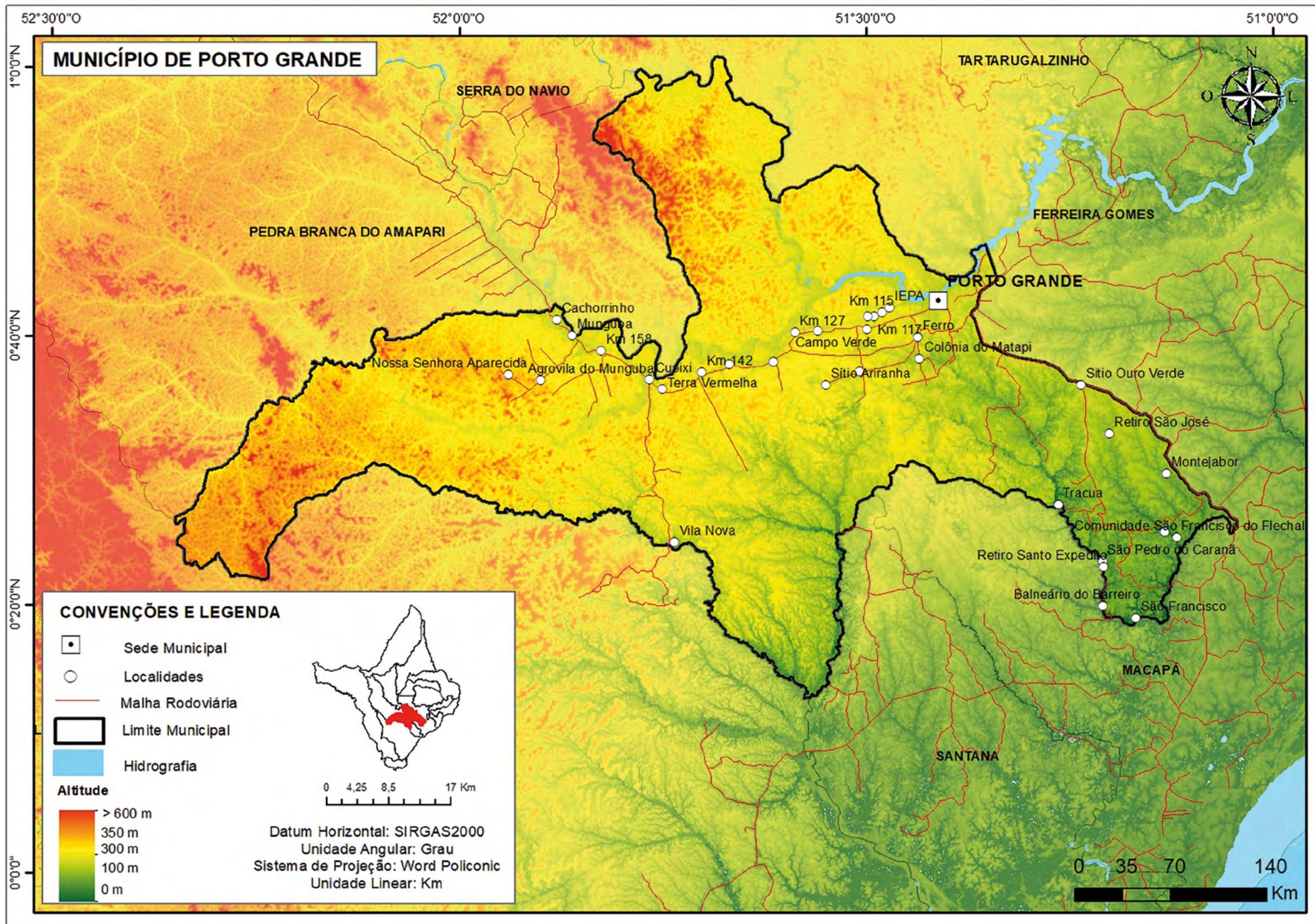




Figura 16: Vista da cidade de Cutias
Fonte: Silva Junior (2024)



Mapa 15: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE, ESTADO DO AMAPÁ

1.15 Porto Grande

A origem de Porto Grande está ligada ao propósito de promover a radicação de colonos na área. Assim, o governo do Território Federal do Amapá decidiu instalar, próximo às cabeceiras do rio Matapi, a 120 quilômetros de Macapá, o Núcleo Colonial Agrícola de Matapi. A criação da colônia agrícola tinha como função principal o suprimento de legumes, hortaliças e cereais aos grupos humanos que se fixaram na Serra do Navio para exploração do manganês, podendo, também, suprir as necessidades de Macapá (Montoril, 2017).

O distrito de Porto Grande foi criado por meio da Lei Federal n.1.503, de 15 de dezembro de 1951, com território desmembrado do distrito de Ferreira Gomes, subordinado ao município de Macapá. Foi elevado a município pela Lei Estadual n. 3, de 1º de maio de 1992, sendo desmembrado do município de Macapá (GEA, 2024e).

Porto Grande (**Mapa 15: Localização do Município de Porto Grande, Estado do Amapá**) possui 4.428,013 km² de extensão e, de acordo com as informações do último Censo Demográfico de 2022, tem população de 17.848 habitantes e densidade demográfica de 4,03 hab./km² (IBGE, 2023b). A sede municipal está localizada às margens do rio Araguari (Figura 17).

Quanto às atividades econômicas, as principais estão ligadas ao setor terciário, com destaque para serviços públicos e comércio, com menor participação dos setores primário e secundário. No setor primário, destaca-se a produção de abacaxi, laranja e milho. São prósperas as criações de bovinos, bubalinos e suínos. No

setor primário, destacam-se as atividades de extrativismo vegetal, com a exploração do pinho (pinus) para a fabricação de papel, e no extrativismo mineral, que explora areia e seixo (Seplan, 2022).

O município possui diversidade de ambientes como florestas de terra firme e várzeas com transição para savana. O rio Araguari é importante tanto para o meio ambiente quanto para as atividades socioeconômicas (IBGE, 2024a).

Uma das atrações turísticas é o Festival Anual do Abacaxi, realizado no mês de setembro, que coincide com a safra da fruta, atraindo visitantes de todo o estado. Os recantos na margem do Araguari oferecem a máxima oportunidade de desfrutar das belezas do referido rio. O município tem inúmeras corredeiras e lagos, atraindo os praticantes da pesca esportiva (IBGE, 2024a).

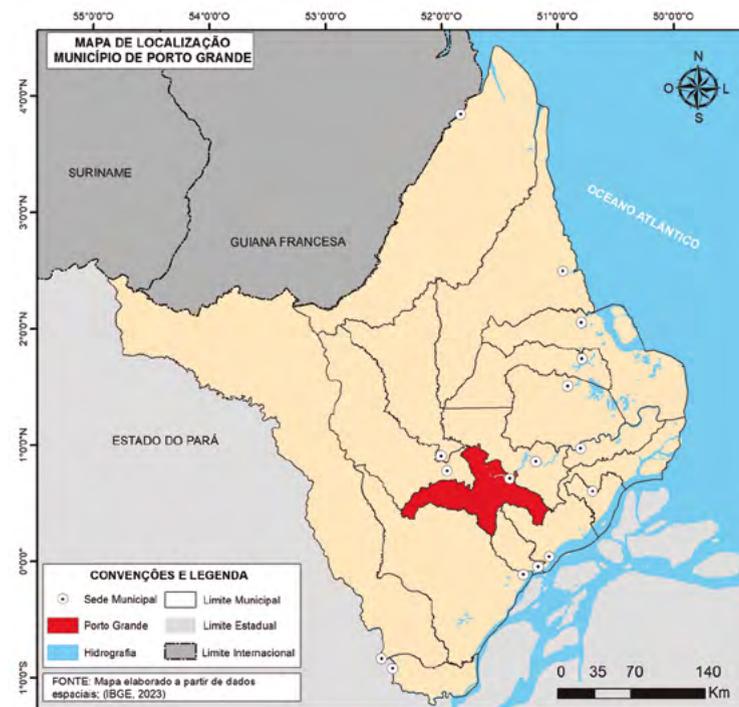
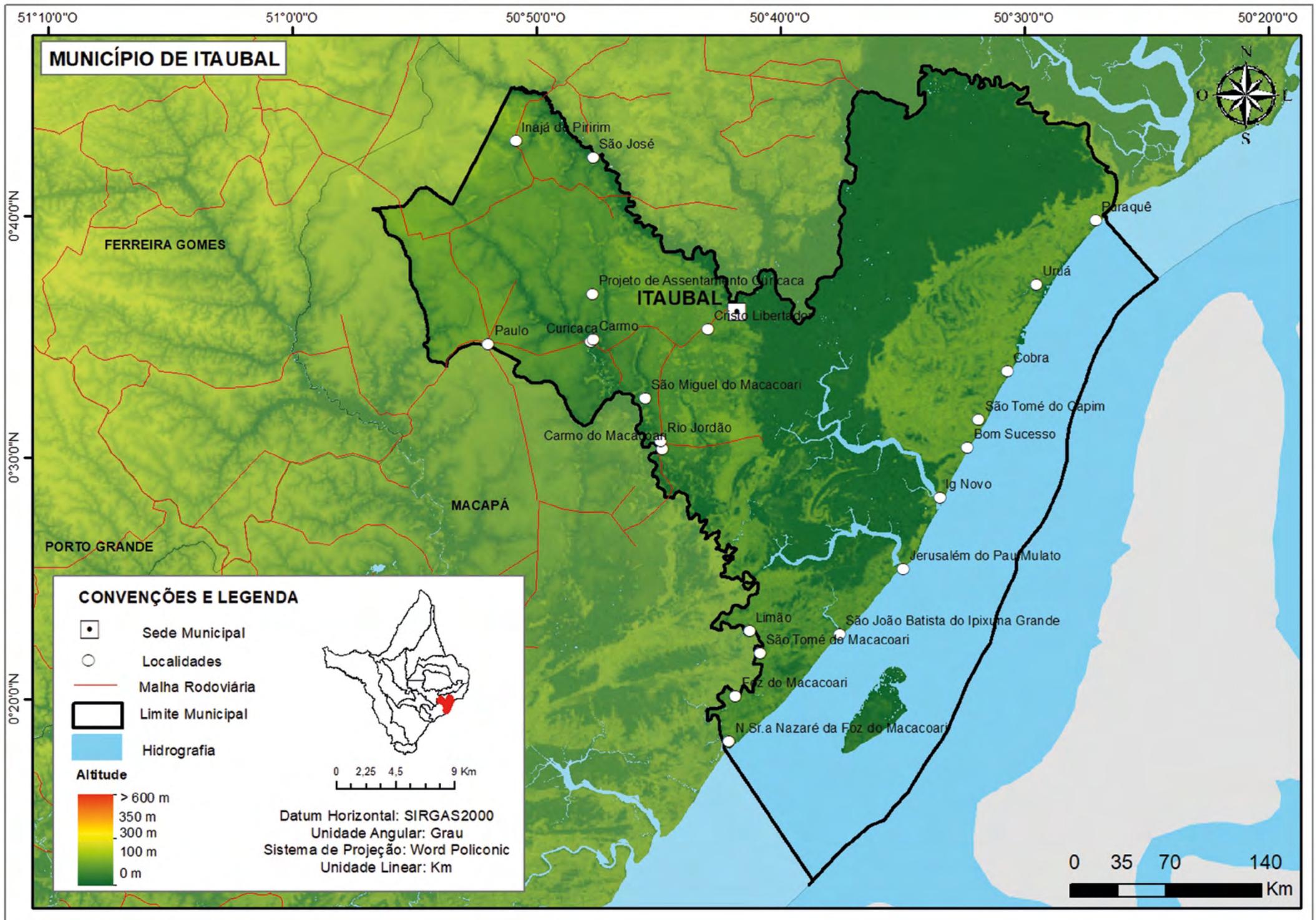




Figura 17: Vista da cidade de Porto Grande
Fonte: Silva Junior (2024)





Mapa 16: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAUBAL, ESTADO DO AMAPÁ

1.16 Itaubal

As primeiras informações acerca da cidade de Itaubal se referem ao ano de 1935, quando esta se constituiu inicialmente com a ocupação de famílias de agricultores advindas, principalmente, das ilhas do estado do Pará em busca de terras férteis para desenvolver a agricultura. O nome Itaubal se refere à madeira itaúba, que é uma madeira de lei abundante no município (IBGE, 2024a).

Constituiu-se como distrito, denominado de Itaubal do Piririm, com a publicação da Lei Municipal n. 153, de 31 de agosto de 1981, vinculado ao município de Macapá. Por meio da Lei Estadual n. 5 de 1º de maio de 1992, Itaubal é desmembrado do município de Macapá.

Itaubal (Mapa 16: Localização do Município de Itaubal, Estado do Amapá) tem 1.622,867 km² de extensão territorial e, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, possui população de 5.599 habitantes e densidade demográfica de 3,45 hab./km² (IBGE, 2023b).

Itaubal está localizado à margem direita do rio Piririm (Figura 18), que junto com o rio Macacoari, compõe os principais corpos d'água do município, que deságuam no rio Amazonas. Possui diversidade de ambientes, sendo composto principalmente por áreas de savana e de floresta ombrófila densa aluvial. Economicamente, caracteriza-se pela extração de matérias-primas como madeira e palmito, além da pesca e pecuária. As principais fontes econômicas são a agricultura e a pecuária, sendo que a agricultura é de subsistência e, mais

recentemente, de cultivo de grãos (soja, arroz e milho). O ramal do Carmo do Macacoari tem importantes comunidades que se dedicam à produção agrícola. A pecuária envolve a criação de rebanhos bubalinos, bovinos, equinos e ovinos (GEA, 2023g).

O município dispõe de diversos atrativos, como os festejos de São Benedito, que, além de mobilizarem a comunidade, atraem visitantes de Macapá. Apresenta ainda paisagens exuberantes e ninhais de pássaros, que podem ser atraentes para o desenvolvimento do turismo, além de diversos balneários, que possuem fácil acesso por rodovias pavimentadas (GEA, 2023g).

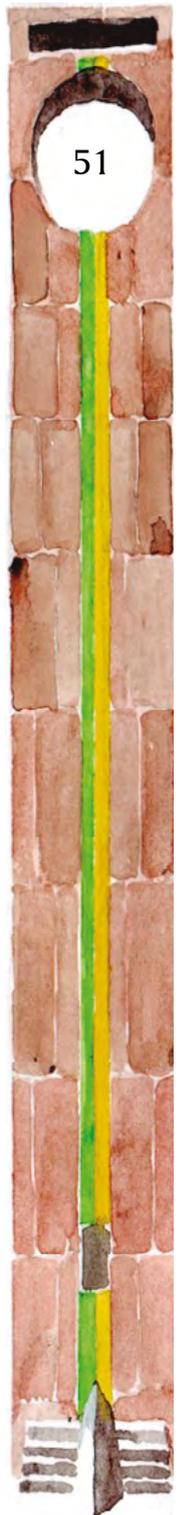
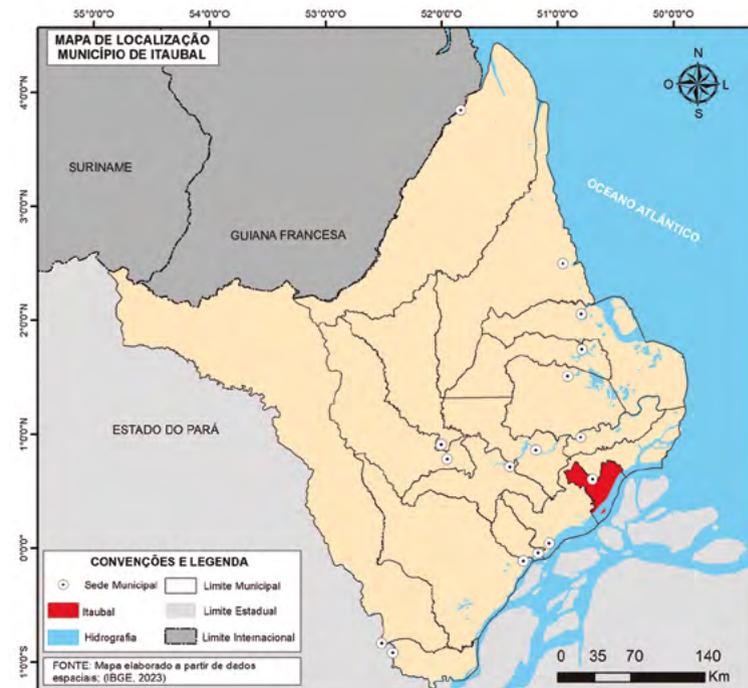
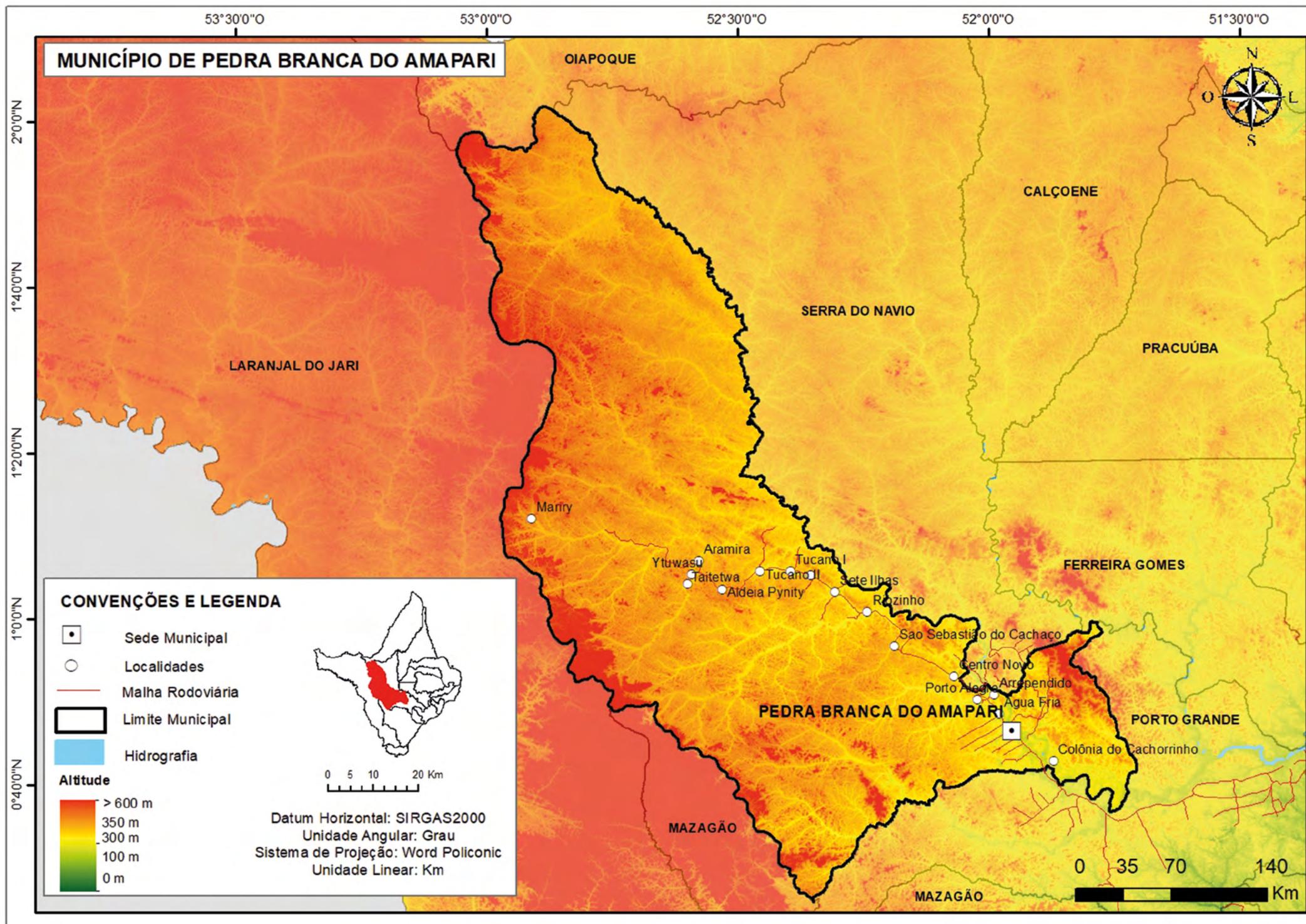




Figura 18: Vista da cidade de Itaubaal a partir do rio Piririm
Fonte: Silva Junior (2024)



Mapa 17: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI, ESTADO DO AMAPÁ

1.17 Pedra Branca do Amapari

O município de Pedra Branca do Amapari tem suas origens vinculadas à exploração de ouro no rio Cupixi e à ferrovia que interligava Serra do Navio a Santana. Outros aspectos decisivos para seu crescimento estão ligados à expansão de suas fronteiras agropecuárias e à própria ampliação da exploração mineral. Nesse aspecto, destaca-se o papel da rodovia Perimetral Norte (BR-210), eixo de dinamização do município (GEA, 2024f). O município foi emancipado pela Lei Estadual n. 8, de 1º de maio de 1992, sendo desmembrado do município de Macapá (Amapá, 1992).

Pedra Branca do Amapari (**Mapa 17: Localização do Município de Pedra Branca do Amapari, Estado do Amapá**) possui 9.622,290 km² de extensão e, de acordo com as informações do último Censo Demográfico de 2022, tem população de 12.847 habitantes e densidade demográfica de 1,34 hab./km² (IBGE, (2023b). A sede do município está localizada às margens do rio Amapari (Figura 19). Foi uma das cidades do Amapá com maior crescimento populacional nos últimos anos.

A economia do município é baseada no recebimento de impostos provenientes da exploração mineral, em especial, ouro e ferro. Na sede do município, funcionalismo público, comércio e serviços movimentam a economia (Seplan, 2022). A agricultura está representada pela produção de cultura de subsistência, principalmente arroz, banana, feijão, milho e mandioca. Também a pecuária é de subsistência, com ênfase na criação de gado bovino, bubalino e suíno (GEA, 2024f).

O município possui rica cobertura vegetal, com predominância de floresta ombrófila densa com dossel uniforme

e emergente, com grande biodiversidade e beleza cênica. Algumas dessas áreas estão protegidas sob a forma de Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas, como a Waiãpi.

Pedra Branca do Amapari apresenta balneários que atraem grande número de visitantes. Também se destacam as grandes áreas de florestas, propícias ao turismo de aventura, além de cachoeiras e da Serra do Tumucumaque, um dos pontos de maior altitude do estado. Também concentra diversas comunidades indígenas, como: CTA, Ytumiti, Cinco Minutos, Kuruwaty, Aramirã, Myracity, Tajauwyry, Ytuwasu, Taitetuwa, Ytape, Kurumuripopy, Kupay, Yvyrareta, Ypirã, Akaju, Jakare'akãgoka, Ýsigu, Pinoty, Okorayry, Kwapoywyry, Mõgywyry, Kujari e Pairakae, com sua rica cultura ancestral e artesanato (GEA, 2024f).

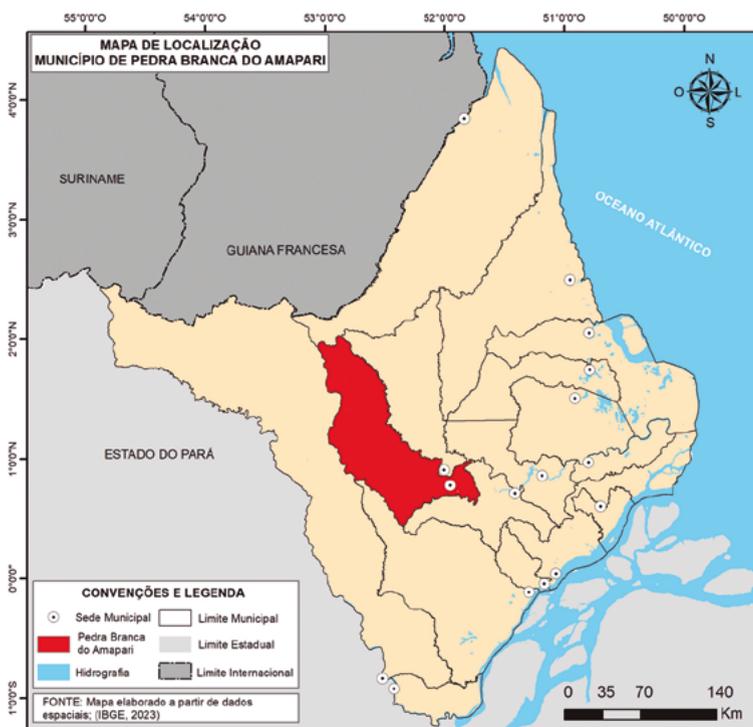
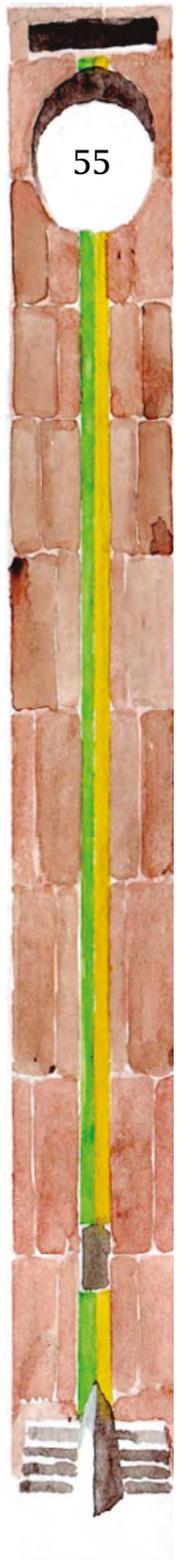
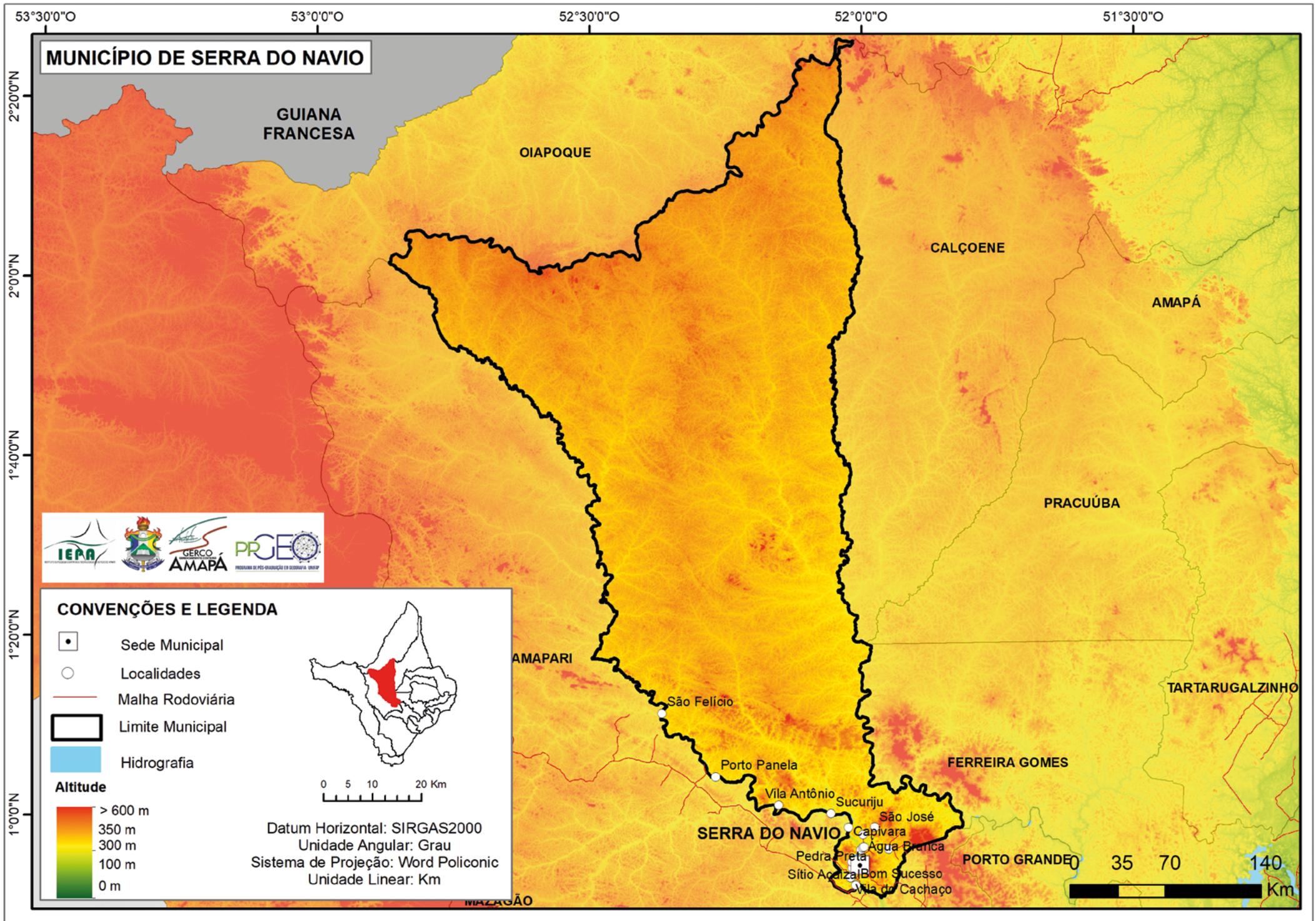




Figura 19: Vista da cidade de Pedra Branca do Amapari
Fonte: Silva Junior (2024)





Mapa 18: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA DO NAVIO, ESTADO DO AMAPÁ

1.18 Serra do Navio

O município de Serra do Navio surgiu da necessidade de abrigar o contingente de moradores da periferia da Vila Operária da Indústria e Comércio de Minério (ICOMI) e para fomentar atividade agrícola de subsistência. Construída entre o final da década de 1950 e início dos anos 1960, era uma moderna cidade com infraestrutura de saneamento básico, água tratada, energia elétrica e residências confortáveis, aliada a uma completa rede de atendimento sociocultural (GEA, 2023h).

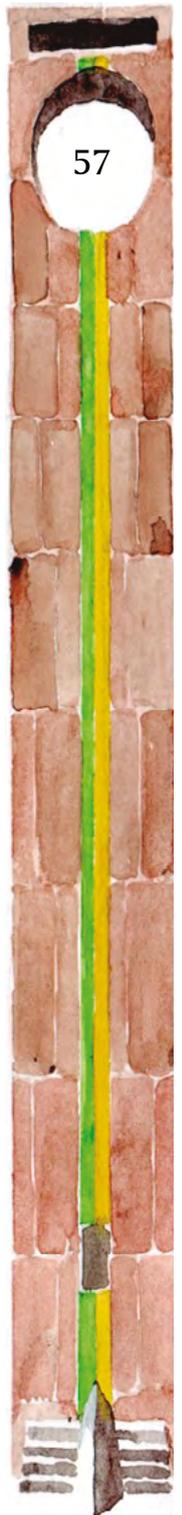
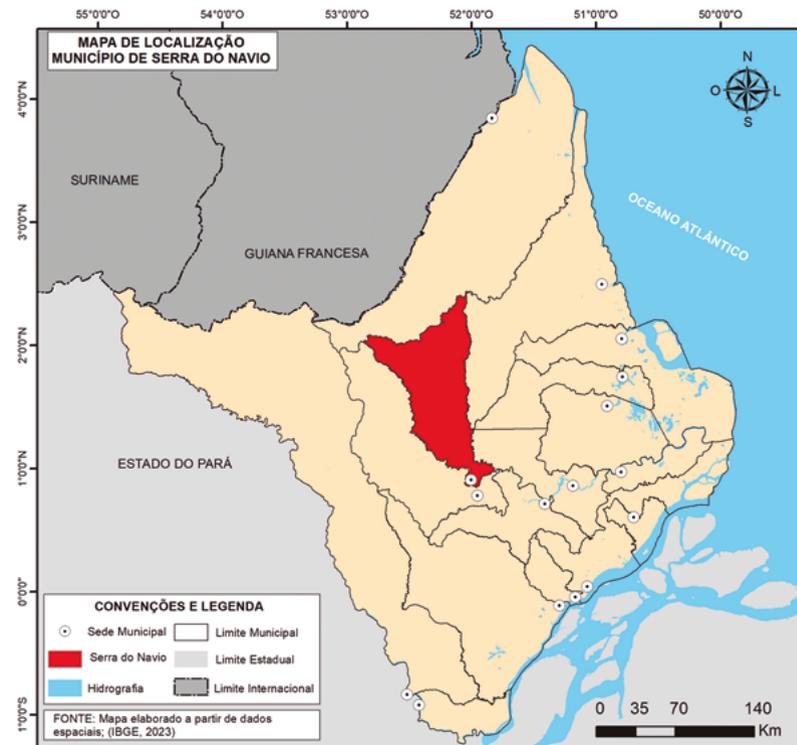
Serra do Navio (**Mapa 18: Localização do Município de Serra do Navio, Estado do Amapá**) foi criado em 1º de maio de 1992, por meio da lei n. 007/1992 (Amapá, 1992). O município possui 7.713,046 km² de extensão territorial e, de acordo com as informações do último Censo Demográfico de 2022, tem uma população de 4.673 habitantes e densidade demográfica de 0,61 hab./km² (IBGE, 2023b). A sede municipal (Figura 20) está localizada a 210 quilômetros da capital Macapá, com acesso pela BR-210 (Perimetral Norte) (IBGE, 2024a).

As principais comunidades são: Distrito do Cachaço, Porto 20, Pedra Preta, Colônia Água Branca, Capivara, Assentamentos do Silvestre, Perpétuo Socorro e Assentamento São José.

Quanto às atividades econômicas, além da mineração, também se destaca o setor primário, com produção de mandioca, banana, melancia, arroz, milho e, principalmente, cupuaçu. Soma-se a isso os comércios e serrarias, que ajudam a movimentar a economia do município. O funcionalismo público tem papel significativo na vida econômica de Serra do Navio (Seplan, 2022).

O município está localizado em um terreno com cobertura original de floresta densa com dossel uniforme, estando a vegetação relacionada ao terreno montanhoso da área, que apresenta grande beleza cênica.

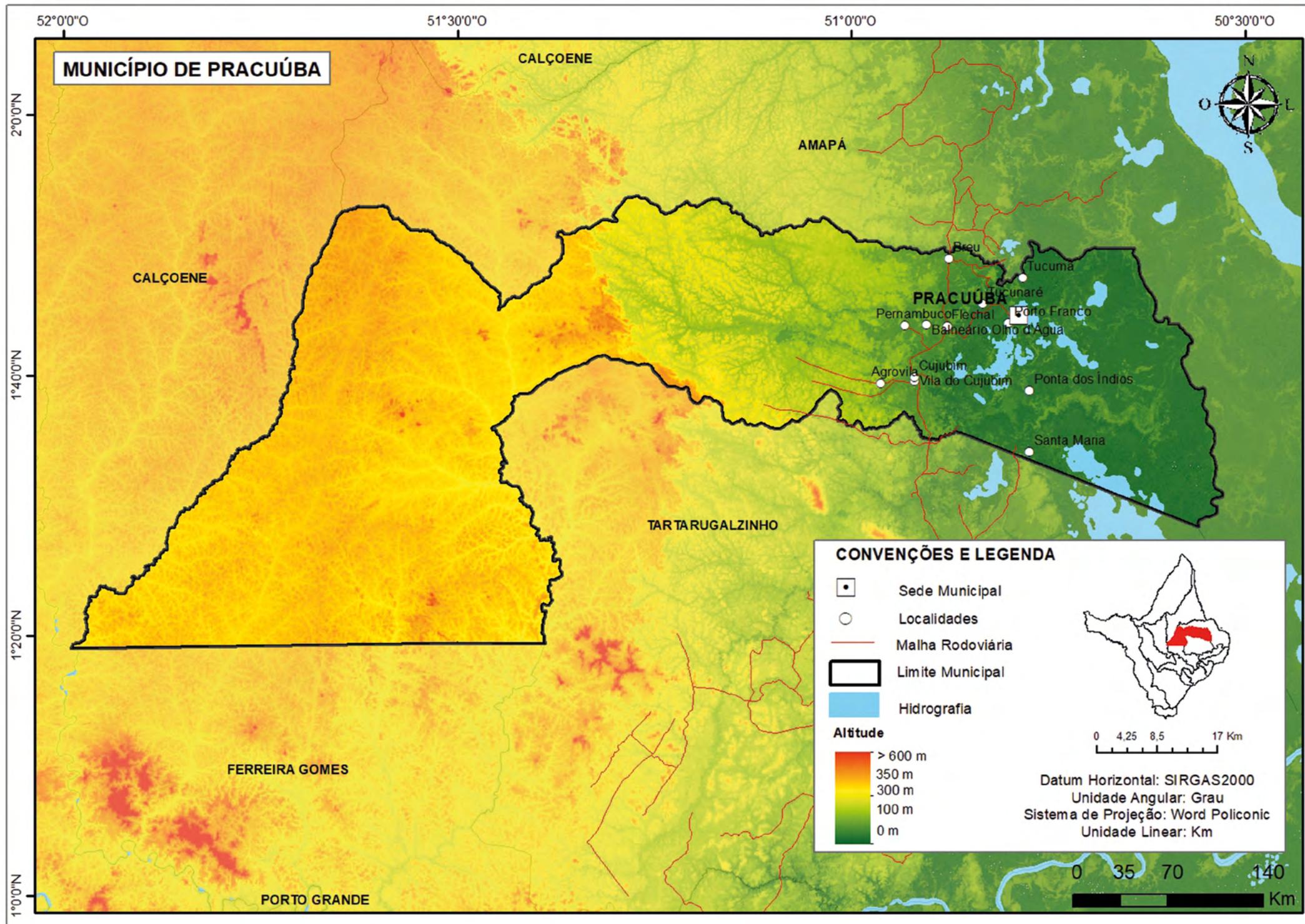
Uma das atrações de Serra do Navio é o clima, que em certas épocas do ano, se assemelha a outras regiões mais frias do país, por estar localizado em uma área serrana. A própria paisagem da cidade e do entorno se converte em atração para o visitante. Destacam-se, também, o mirante da mina F12 e a Lagoa Azul, assim como diversas cachoeiras, como a do Staff, e paisagens com rica geodiversidade, presente também em suas UCs, como o Parque Municipal do Cancão (GEA, 2023h).



58



Figura 20: Vista da cidade de Serra do Navio
Fonte: Silva Junior (2024)



Mapa 19: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARACUÚBA, ESTADO DO AMAPÁ

1.19 Pracuúba

O município está localizado na região central do Amapá. Pracuúba surgiu como localidade por volta de 1906. Seu nome é originário de uma árvore típica da região (pracuubeira), predominante na Reserva Biológica (Rebio) do Lago Piratuba (GEA, 2024g). Foi elevado à categoria de município com a denominação de Pracuúba pela Lei Estadual n. 4, de 1º de maio de 1992, sendo desmembrado do município de Tartarugalzinho. O município é composto pela sede municipal e pelas comunidades do Breu, Cujubim, Flexal, Pernambuco, Porto Franco, São Miguel e Tucunaré (Pracuúba, 2024).

Pracuúba (Mapa 19: Localização do Município de Pracuúba, Estado do Amapá) possui 4.948,508 km² de extensão territorial e população de 3.803 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 2022, com densidade demográfica de 0,77 hab./km² (IBGE, 2023b). A sede municipal (Figura 21) está localizada às margens do lago homônimo.

A economia de Pracuúba é predominantemente baseada no setor primário, com ênfase na pecuária, na cultura da mandioca e na pesca artesanal. A criação de bovinos e bubalinos impulsiona significativamente a economia do município. Na atividade pesqueira, destaca-se a captura das espécies trairão, tucunaré e pirarucu, enquanto a agricultura é principalmente de subsistência, gerando poucos produtos excedentes.

O setor secundário envolve a extração e beneficiamento de madeiras, como aquariquara, angelim, andiroba, acapu, pau-roxo, maçaranduba, macacaúba, pracuúba e sucupira. Extração e consumo de açaí também contribuem significativamente para a renda local (GEA, 2024g).

Pracuúba tem parte de sua área territorial vinculada à UC de uso sustentável, como a Floresta Estadual do Amapá (Flota) e a Floresta Nacional do Amapá (Flona) (ZEE, 2008). Seu ambiente natural se constitui de grandes áreas de floresta de terra firme, savana e áreas de campos inundáveis (Pracuúba, 2024).

As atrações ecoturísticas de Pracuúba ficam por conta das áreas de ambientes lacustres de elevada biodiversidade, que constituem cenários de rara beleza e contam com a presença de lagos permanentes e temporários, com densa rede de drenagem diretamente influenciada pelo regime de chuvas regionais (GEA, 2024g).

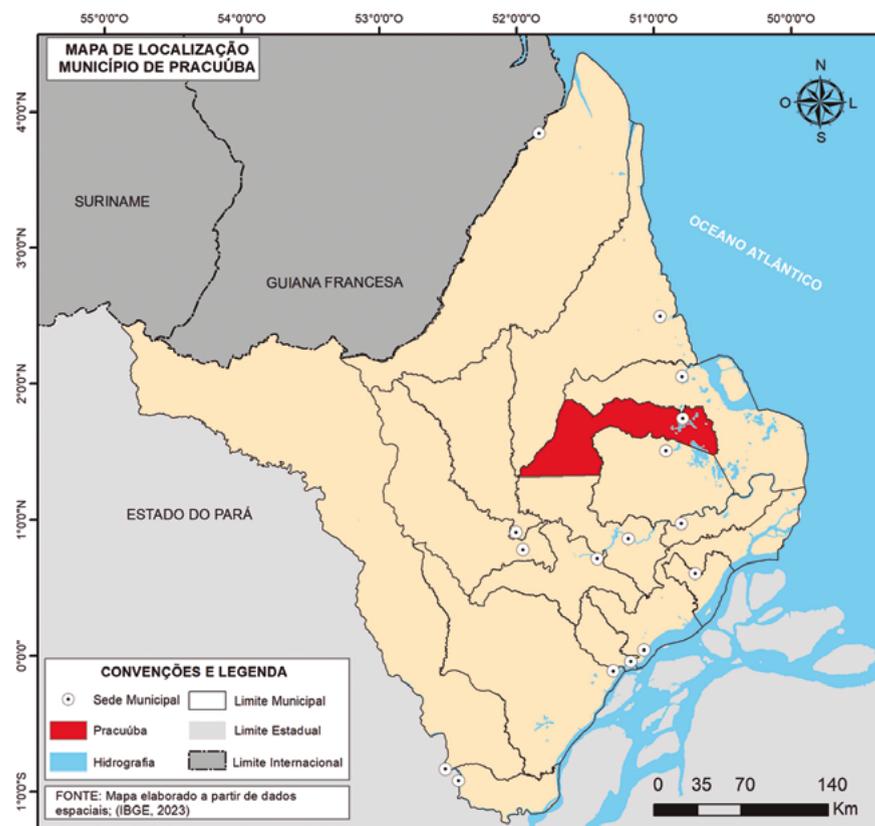
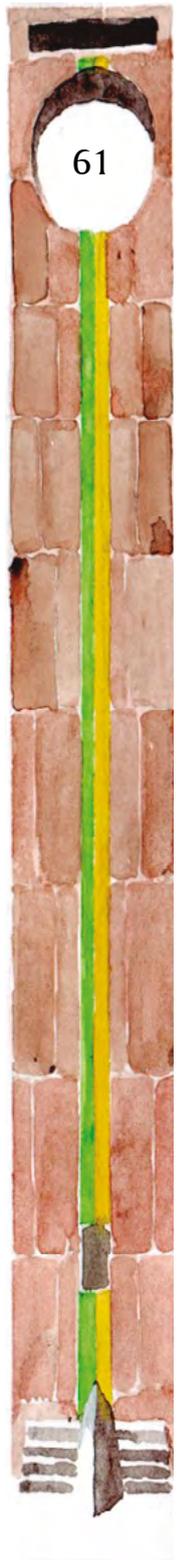
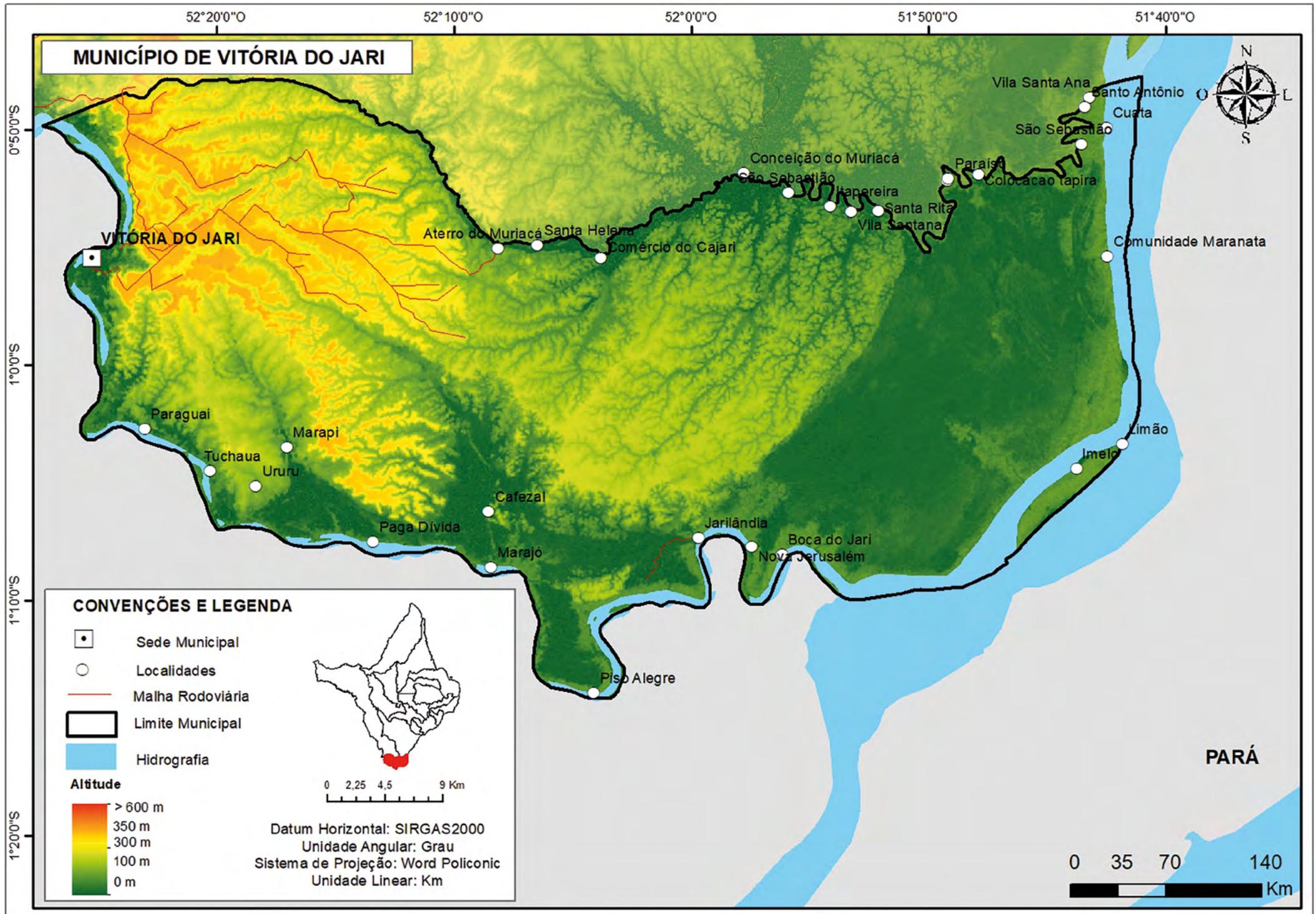




Figura 21: Vista da cidade de Pracuúba
Fonte: Silva Junior (2024)





Mapa 20: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI, ESTADO DO AMAPÁ

1.20 Vitória do Jari

A origem da cidade de Vitória do Jari está relacionada à criação de um núcleo populacional formado por pessoas que trabalhavam no parque industrial da empresa Caulim da Amazônia S/A (Cadam). Também está diretamente ligada à história de desenvolvimento de Laranjal do Jari, particularmente aos acontecimentos referentes à instalação e funcionamento do Projeto Jari Florestal (GEA, 2024h).

Essas pessoas fixaram residência no local e criaram rapidamente uma espécie de polo econômico ativo. O núcleo cresceu rapidamente e adquiriu condições para se transformar em cidade (IBGE, 2024a). O município de Vitória do Jari, desmembrado do município de Laranjal do Jari, foi criado por determinação da Lei n. 0171, de 8 de setembro de 1994. O município é formado por três distritos e dezessete comunidades.

Vitória do Jari (**Mapa 20: Localização do Município de Vitória do Jari, Estado do Amapá**) possui 2.508,979 km² de extensão territorial e, de acordo com as informações do último Censo Demográfico de 2022, tem população de 11.291 habitantes e densidade demográfica de 4,5 hab./km² (IBGE, 2023b). Vitória do Jari é a sede municipal mais ao sul do estado do Amapá, localizada às margens do rio Jari (Figura 22).

No território do município há grandes extensões de área de floresta densa e várzeas, além de possuir colinas que embelezam a cidade. O rio Jari, já próximo à sua foz, é um importante acidente geográfico do município.

A principal base econômica está no plantio de milho, banana, melancia, abóbora, arroz e mandioca. Na pecuária, destaca-se a criação de gados (bovino e bubalino). A economia do município também depende das fábricas de celulose e caulim, empresas sediadas no vizinho Pará, que mantêm em seus quadros centenas de empregados de Vitória do Jari e reforçam ainda mais a economia (GEA, 2024h).

É possível fazer passeios de catraia pelo rio Jari e contemplar suas belas paisagens. As ricas áreas de floresta abrem espaço para a contemplação e o ecoturismo, com destaque para as belezas da Reserva Extrativista do Rio Cajari. Além disto, são permitidas visitas à mina de extração do caulim (IBGE, 2024a).

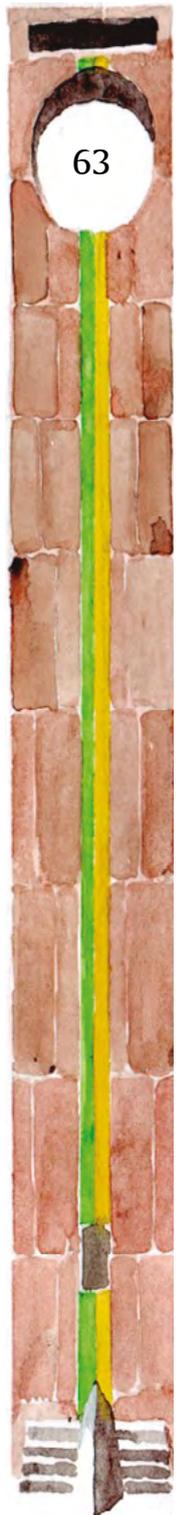
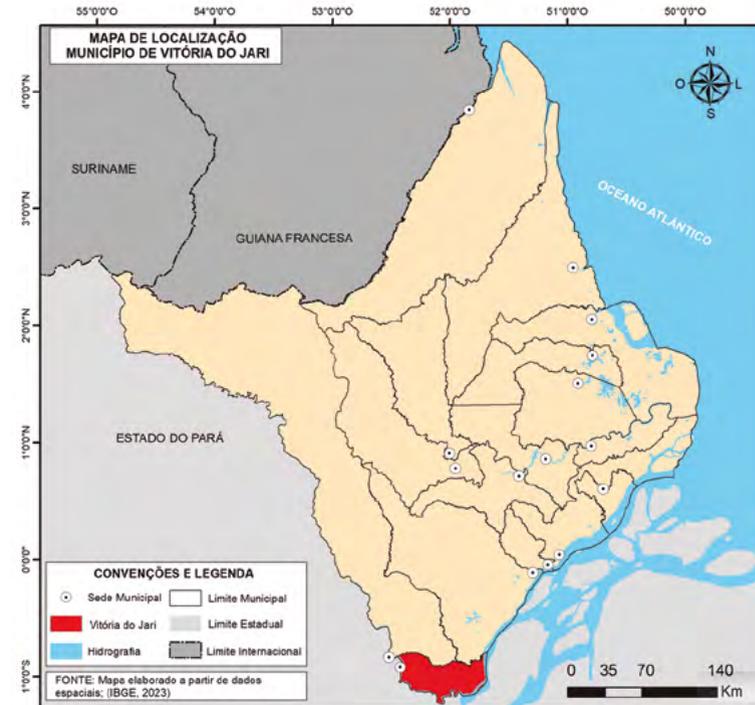




Figura 22: Vista da cidade de Vitória do Jari

Fonte: Silva Junior (2024)



Figura 23: Cachoeira de Santo Antônio
Fonte: Magalhães (2021)

2.1 Clima

O clima é o comportamento e a dinâmica das condições da atmosfera em dado local, composto por um conjunto de condições meteorológicas que se sucedem e se repetem ciclicamente ao longo de alguns meses ou anos (Cavalcanti *et al.*, 2016).

A localização do estado do Amapá influencia diretamente em seu clima. O Amapá é cortado pela linha imaginária do Equador (Figura 24), que divide o planeta nos hemisférios Norte e Sul. Essa linha marca também a faixa do planeta que mais recebe a radiação solar. Assim, por receber de forma direta a radiação solar, durante todo o ano, as temperaturas tendem a ser elevadas e com pouca variação (IEPA, 1998).

As temperaturas máximas observadas variam em torno de 36 °C e as mínimas, em torno de 20 °C, com a temperatura média anual de 26,1 °C, com intervalo pequeno, variando de 24 °C (Serra do Tumucumaque) a 27 °C (litoral) (INMET, 2023).

Em geral, o clima é influenciado pelos ventos da Corrente Sul Equatorial, com direção predominante nordeste. À medida que se aproximam do sul do estado, os ventos tendem para as direções nordeste-leste.

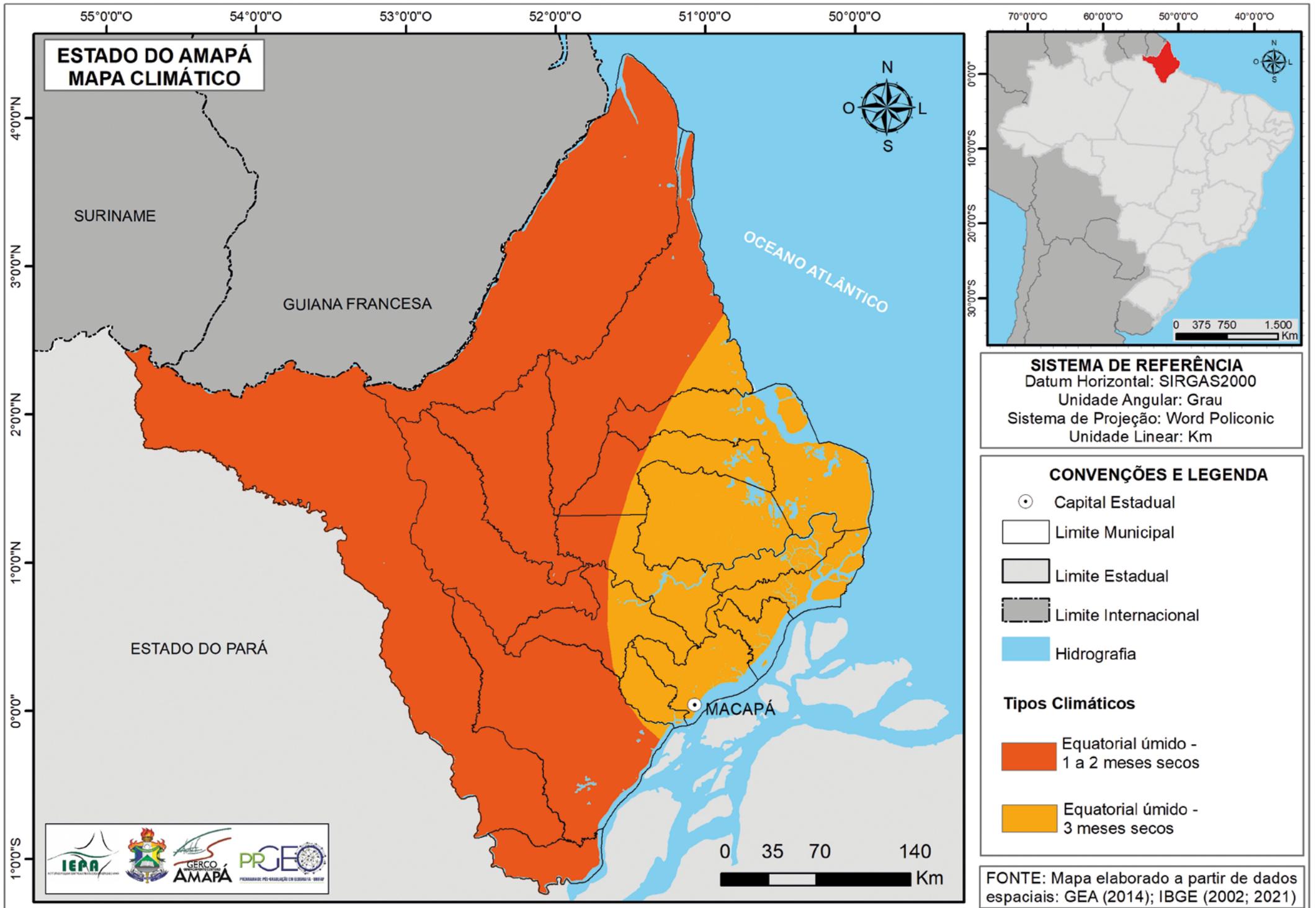
Outro fator de influência no clima é a zona de convergência intertropical (ZCIT), caracterizada pelo encontro dos ventos originários dos hemisférios Norte e Sul, os ventos alísios, na área próxima à linha do Equador. A ocorrência desse fenômeno no

Atlântico equatorial representa um dos principais mecanismos reguladores da variabilidade da precipitação pela costa do Amapá.

No Amapá predomina o clima equatorial úmido, com médias de temperatura e umidade relativa do ar elevadas, sendo caracterizado por duas estações: chuvosa, marcada por altas precipitações no período de janeiro a junho, e a estação seca, correspondente ao segundo semestre, com picos de seca nos meses de setembro e outubro, quando as precipitações dominantes ficam abaixo de 60 mm. Quanto aos meses secos, segundo os dados do Mapa de Clima do Brasil, o estado se divide em áreas com maiores médias de meses secos (leste) e outras com menor média (oeste) (IBGE, 2002).



Figura 24: Monumento Marco Zero do Equador – Macapá
Fonte: Silva Junior (2025)



Mapa 21: CLIMAS DO ESTADO DO AMAPÁ



2.2 Pluviometria

O índice pluviométrico refere-se à quantidade de chuva por metro quadrado em determinada área, por um período de tempo. O índice é calculado em milímetros. Ao constatar que o índice pluviométrico de um dia, em um certo local, foi de 2 mm, significa que, se tivéssemos nesse local uma caixa aberta, com 1 metro quadrado de base, o nível da água dentro dela teria atingido 2 mm de altura naquele dia (Cavalcanti *et al.*, 2016).

Esse índice é calculado a partir de centenas de estações meteorológicas espalhadas pelo país, que utilizam um aparelho conhecido como pluviômetro. Há vários modelos diferentes, mas o instrumento constitui-se, basicamente, do funil de captação e básculas que enviam sinais elétricos para uma estação meteorológica (Cavalcanti *et al.*, 2016).

Por fim, os diagnósticos que permitem afirmar se choveu mais ou menos do que o esperado para uma semana ou um mês estão relacionados com gráficos elaborados com base na média de chuva em cada período. Até junho de 2024, no Amapá, havia 24 estações meteorológicas, contudo, nem todas estão em funcionamento.

O **Mapa 22: Pluviometria do Estado do Amapá** apresenta as isoietas, que são linhas que indicam valores de igual precipitação, medida em milímetros. Assim como em um mapa topográfico, em que as curvas de nível que representam regiões de mesma cota ou altitude, as isoietas são curvas que delimitam uma área com igual precipitação (IBGE, 2002).

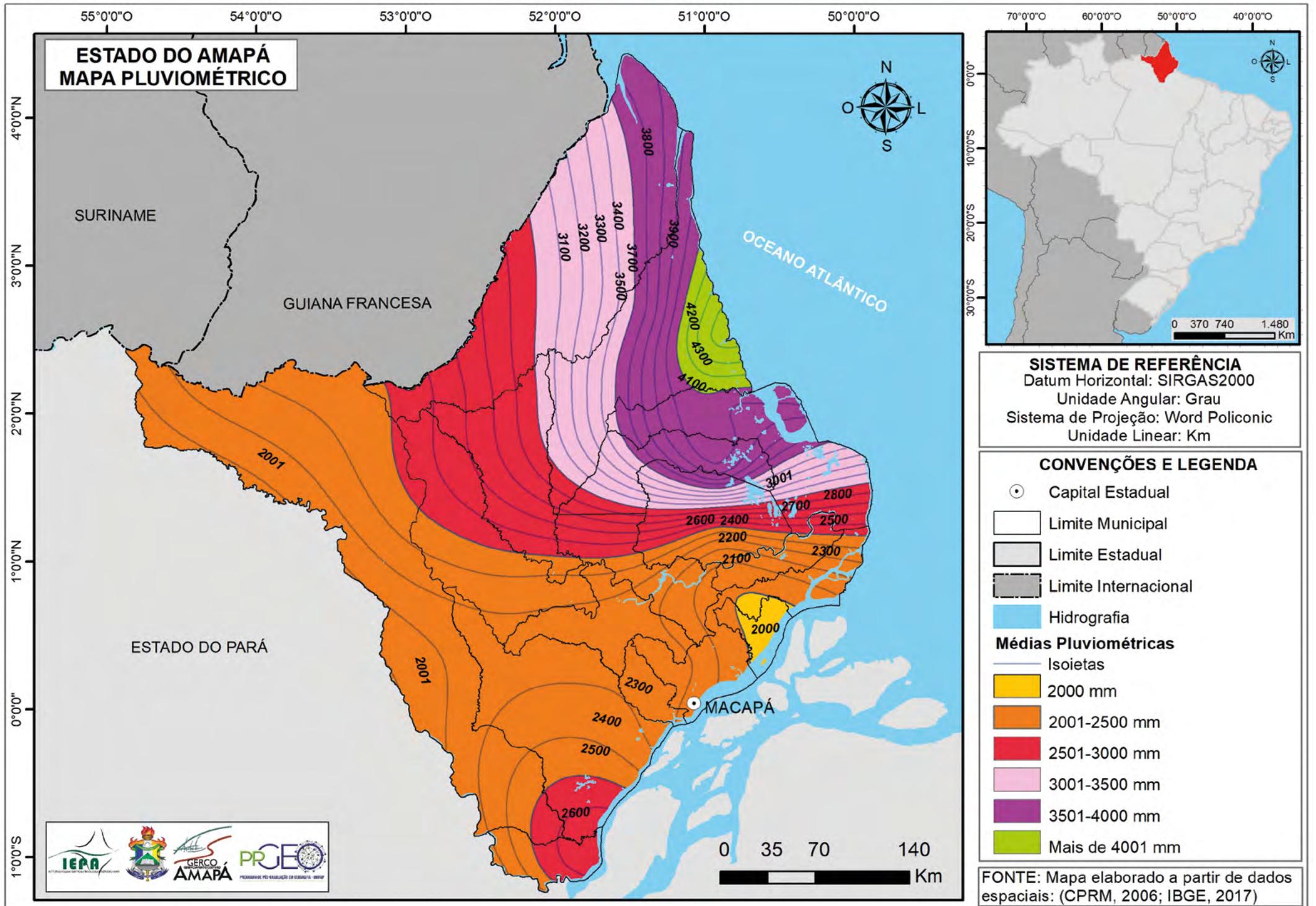
O regime pluviométrico apresenta grandes variações. No nordeste do estado, observam-se precipitações acima de 4.000 mm/ano, enquanto nos extremos oeste e sul, são de apenas 2.200 mm. A média anual de precipitação na capital do estado está acima de 2.500 mm (Amapá [estado], 2024).

A representação das diferentes médias pluviométricas consta no **Mapa 22: Pluviometria do Estado do Amapá**.

A Figura 25 retrata um trecho entre Calçoene e Oiapoque, área com o segundo maior índice pluviométrico do estado.



Figura 25: Nuvem de chuva no trecho da BR-156, entre Calçoene e Oiapoque
Fonte: Silva Junior (2021)



Mapa 22: PLUVIOMETRIA DO ESTADO DO AMAPÁ

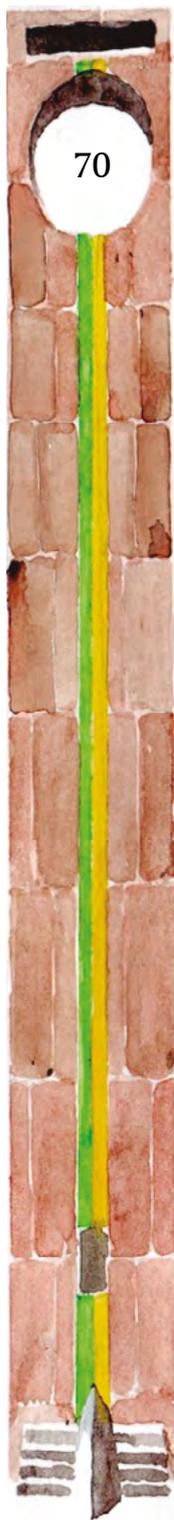


Figura 26: Totem, Museu Sacaca – Macapá
Fonte: Magalhães (2021)

2.3 Geologia

O **Mapa 23: Geologia do Estado do Amapá** utiliza o tempo geológico como critério para classificar suas unidades. Segundo Silva e Crispim (2015), a escala de tempo geológico concebe a linha do tempo desde o período atual até a formação da Terra. Ela está dividida, para fins de estudo e de entendimento da evolução da Terra, em intervalos menores, chamados unidades cronoestratigráficas, sendo estes: éons, eras, períodos, épocas e idades.

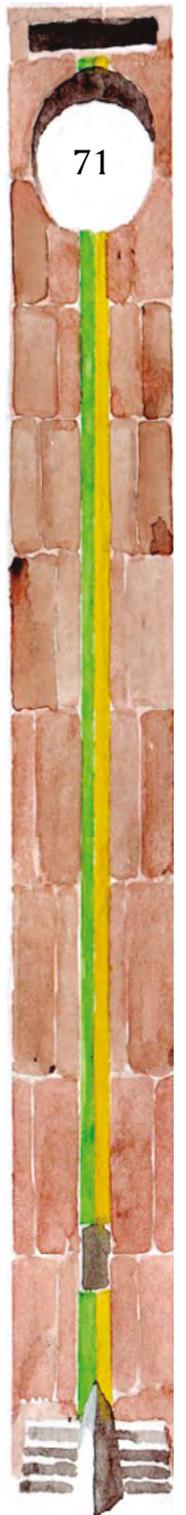
Os intervalos de tempo têm grandezas diferentes e se subdividem em outras porções menores de tempo. Cada éon é subdividido em eras, e estas divididas em períodos que, por sua vez, são divididos em épocas, conforme pode ser observado no Quadro 2, anexo ao final do *Atlas*. No Mapa 23 podemos observar a ocorrência de terrenos de diferentes idades geológicas.

O Éon Arqueano (4 a 2,5 bilhões de anos), corresponde ao maior intervalo de tempo geológico, conhecido pela falta de registro de vida na Terra. No Arqueano, o interior da Terra era muito quente, com um fluxo de calor três vezes maior que hoje. Nesse período, formaram-se as primeiras rochas do planeta. Entretanto, das rochas formadas nesse éon, poucas existem hoje, devido às grandes transformações que a crosta terrestre sofreu desde então. São rochas principalmente ígneas intrusivas e metamórficas (Branco, 2016).

No estado do Amapá, o Arqueano está representado pelo Complexo Guianense, que constitui o embasamento do estado, pela Suíte Metamórfica Ananaí-Tartarugal Grande e por granitoides. Os terrenos arqueanos são formados por rochas ígneas e metamórficas ricas em recursos minerais que podem ser explorados economicamente (Silveira; Santos, 2006). As rochas antigas de idade arqueana ocorrem de forma mais expressiva nos municípios de Vitória do Jari, Mazagão e Tartarugalzinho.

O Éon Proterozoico (2,5 bilhões de anos a 542 milhões de anos) apresenta poucas formas de vida registradas nele: surgem os eucariontes e outros tipos de algas (Branco, 2016). O Éon Proterozoico, caracterizado como estágio de oceanização, foi um dos responsáveis pela formação do Grupo Vila Nova no estado do Amapá (Silveira; Santos, 2006). As rochas de idade proterozoica se distribuem no sentido norte-sul do estado, ocorrendo desde o município Vitória do Jari até o Oiapoque.

O Éon Fanerozoico (542 milhões de anos até o presente) significa vida visível. Foi o período em que houve o aumento da complexidade dos organismos e da vida no nosso planeta. Alguns registros dessas formas de vida ficaram preservados nas rochas sedimentares formadas nesse período, os fósseis (Branco, 2016). Os terrenos de idade fanerozoica apresentam ampla ocorrência no vale amazônico e em toda porção oriental do Amapá, como no exemplo da Figura 27, Cachoeira do Sucuriju, município de Mazagão.



72



Figura 27: Cachoeira do Sucuriju, município de Mazagão, desenvolvida em estruturas sedimentares do Fanerozoico
Fonte: Silva Junior (2023)

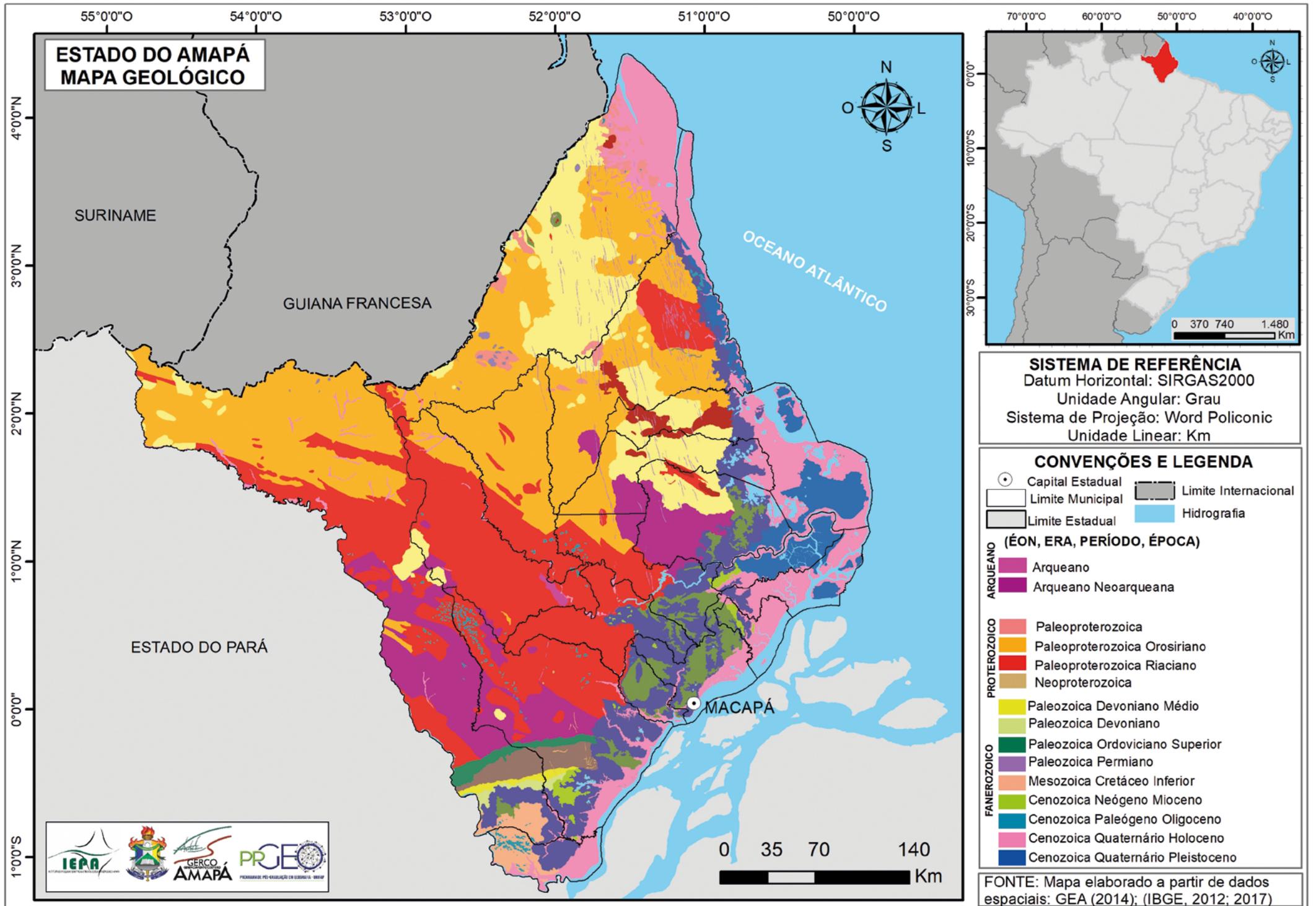


Figura 28: Afloramento rochoso granito-gnaiss do Arqueano, município de Calçoene
Fonte: Silva Junior (2021)

No vale amazônico, ocorrem rochas sedimentares de idade paleozoica e mesozoica. No final do Terciário, toda a faixa costeira do Amapá recebeu a sedimentação do Grupo Barreiras, constituído por sedimentos arenoargilosos, arenosos, argilossiltosos e conglomeráticos, em sistemas de leques aluviais e lacustres (Santos *et al.*, 2006a).

No Quaternário, destacam-se os depósitos: fluvioestuarino e fluvio-marinho, que são caracterizados por sedimentos pelíticos (argila e silte) nas áreas em que predominam a vegetação de manguezais; e por sedimentos silticoarenosos a arenosos em áreas nas quais os processos dinâmicos são mais intensos, formando bancos, barras e planícies arenosas em áreas de acreção e assoreamentos (Silveira; Santos, 2006). As rochas de idade fanerozoica ocorrem em quase toda a extensão do território estadual.

Em Geologia, um afloramento é a exposição de uma rocha na superfície da Terra, que facilita o contato das pessoas com esses testemunhos da história do planeta Terra. Um exemplo bastante conhecido no estado do Amapá é a Cachoeira do Firmino (Figura 28), que está localizada em frente à cidade de Calçoene, constituída de dois conjuntos de amoladores sobre afloramento rochoso (Cabral; Saldanha, 2008).



Mapa 23: GEOLOGIA DO ESTADO DO AMAPÁ



Figura 29: Vista do céu a partir da rua Ubaldo Figueira – Santana
Fonte: Magalhães (2021)

2.4 Geomorfologia

No Amapá, foram identificados três grandes compartimentos morfoestruturais que sustentam as principais unidades de relevo existentes no estado.

1. Crátons neoproterozoicos – são áreas formadas por rochas cristalinas de idade arqueana e proterozoica.

Colinas do Amapá: essas formações geomorfológicas se desenvolveram sobre terrenos cristalinos do planalto das Guianas, por processos de aplainamento e, por vezes, processos de dissecação. As formas de relevo predominantes são colinas, com topo convexo, com altitudes médias entre 250 e 300 m (Hydros, 2010).

Depressão periférica da Amazônia Setentrional: superfície desnudada, geralmente limitada por escarpas, elaborada durante fases sucessivas de retomada de erosão (IBGE, 2009). Ocorre no contato entre estruturas geológicas distintas do planalto das Guianas e dos pacotes sedimentares fanerozoicos da bacia da Amazônia. Segundo Silveira e Santos (2006), essa região também é conhecida como depressão periférica do Amapá ou depressão periférica do norte do Pará.

Tabuleiros costeiros: nessa área predominam as formas dissecadas em interflúvios tabulares e outras vezes colinosas, resultantes do aprofundamento de drenagens em relevos

tabulares e de interflúvios tabulares, esculpidos em sedimentos no Grupo Barreiras (Figura 30), geralmente apresentando feições associadas à erosão em forma de ravinas e vales. A região, de maneira geral, encontra-se em contato com a planície costeira através de falésias inativas. Entretanto, na área que compreende a Fortaleza de São José de Macapá e alguns trechos da Ilha de Santana, ocorrem falésias ativas (Santos *et al.*, 2006b).

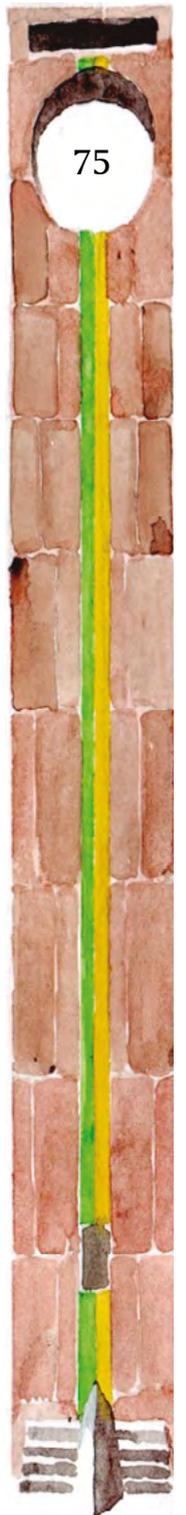


Figura 30: Tabuleiros desenvolvidos em sedimentos do Grupo Barreiras, município de Santana

Fonte: Silva Junior (2023)

2. Bacias e coberturas sedimentares – são áreas formadas por diferentes tipos de rochas sedimentares durante o Fanerozoico.

Planaltos residuais do Amapá: desenvolveram-se sobre terrenos cristalinos do planalto das Guianas, por processos de aplainamento e, por vezes, processos de dissecação, produzindo sistemas de planos inclinados, às vezes, levemente côncavos (IBGE, 2004).





As formas de relevo predominantes nessa região são colinas e vales encaixados resultantes do aprofundamento de drenagens e colinas ravinadas com ramificações de canais intermitentes (Santos *et al.*, 2006b).

Planaltos da bacia sedimentar da Amazônia: foram elaborados sobre os sedimentos cretáceos-terciários da formação Alter do Chão e Grupo Barreiras. Nesse domínio predominam as feições aplainadas tabulares com cotas mais elevadas e formas dissecadas em cristas e mesas e, subordinadamente, em colinas, ravinas e vales. Possui grande importância econômica por causa dos seus depósitos de caulim e bauxita (Hydros, 2010; Santos *et al.*, 2006b).

Planalto do Uatumã Jari: corresponde à extensa superfície desenvolvida por processos de aplainamento sobre os sedimentos terciários do Grupo Barreiras, em que predominam feições de relevo em colinas e morros, com altitudes chegando a 100 e 200 m. A dissecção nessa unidade resultou em formas onduladas com patamares escalonados até próximo ao rio Amazonas (Hydros, 2010).

3. Depósitos sedimentares do Quaternário – são áreas de sedimentos recentes, formados durante o Quaternário, em ambientes fluviais e marinhos.

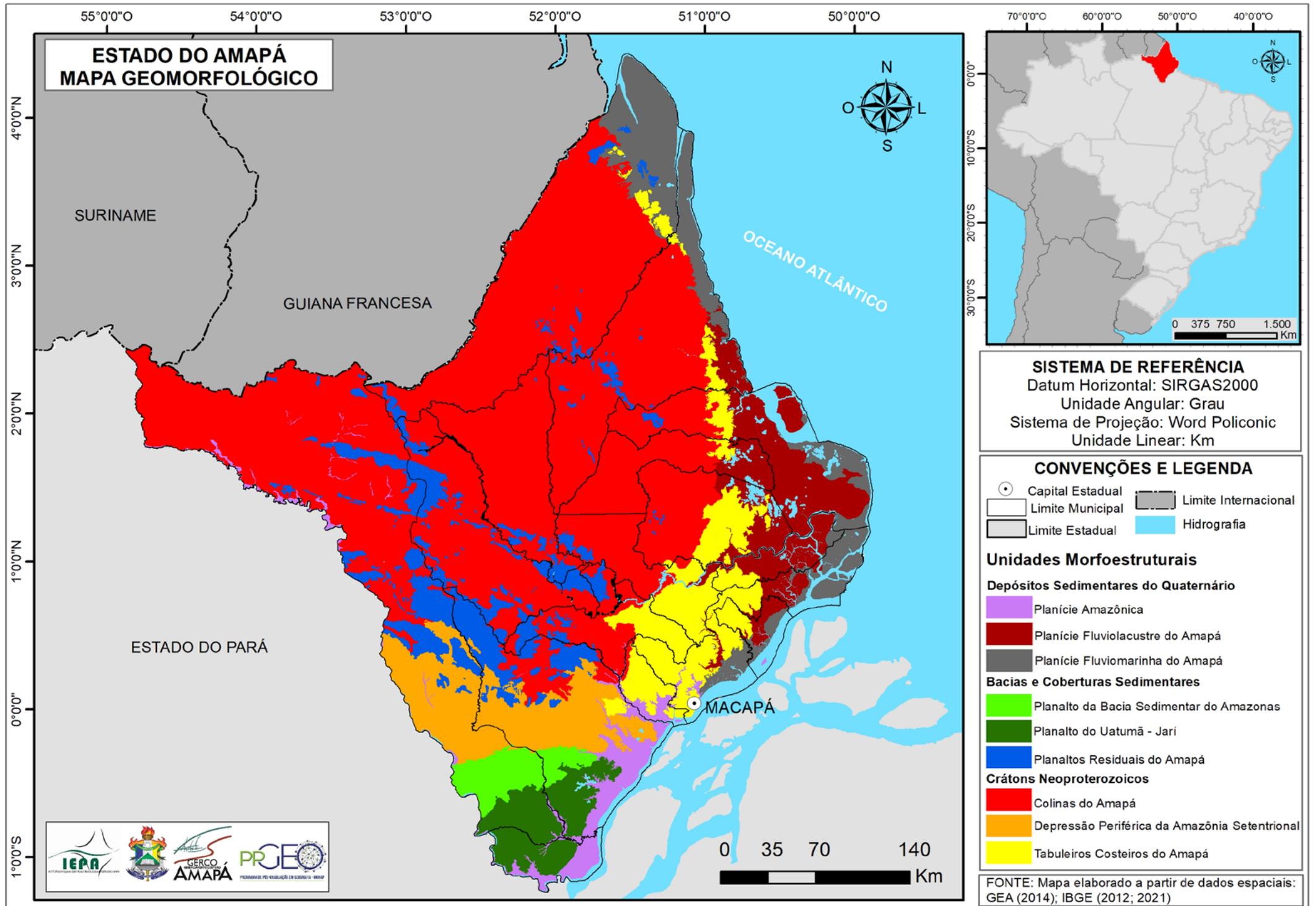
Planície fluvio-marinha do Amapá: compreende os depósitos quaternários associados aos processos fluviais, estuarinos

e marinhos. Essas formas de relevo foram elaboradas por processos de acumulação, ou seja, deposição de sedimentos. O domínio, entretanto, é caracterizado não só por planícies, mas também por terraços, resultantes da variação do nível de base dos rios durante o Holoceno e, provavelmente, o Pleistoceno. Apresenta relevo plano e altitudes inferiores a 10 m (Santos *et al.*, 2006b).

Planície Amazônica: corresponde a uma faixa de relevo nas margens do rio Amazonas e caracteriza-se por apresentar um emaranhado de canais recentes, paleocanais, “furos”, igarapés, paranás, meandros abandonados, lagos, em um processo complexo de evolução atual do sistema fluvial. Boa parte da planície está sujeita às inundações periódicas, que permitem a deposição de sedimentos recentes em vastas áreas (Hydros, 2010).

Planície fluviolacustre do Amapá: apresenta sedimentos inconsolidados de origem fluviolacustre, com depósitos aluvionares. Nessa planície, encontramos a região dos Lagos do Amapá, que se desenvolve sobre meandros e partes de antigas drenagens, conformando um mosaico de áreas rebaixadas com formas variadas e interligadas por canais de comunicação. Esses lagos, na sua porção ocidental, podem ocorrer às proximidades ou encaixados no cerrado, associados aos campos inundáveis (Silveira; Santos, 2006).

As diferentes unidades de relevo encontradas podem ser observadas no **Mapa 24: Geomorfologia do Estado do Amapá**.



Mapa 24: GEOMORFOLOGIA DO ESTADO DO AMAPÁ

2.5 Altimetria

A altimetria pode ser definida como uma medida vertical de um ponto da superfície terrestre, tendo como cota zero o nível do mar (Sanches, 2019). A hipsometria é uma técnica que possibilita a representação da elevação de um terreno em um mapa topográfico por meio de uma variação de cores.

O mapa altimétrico ou hipsométrico caracteriza o relevo a partir dos diferentes níveis altimétricos da superfície terrestre, associados ao nível médio das águas do mar, com o intervalo de altitudes, discriminado com diferentes cores.

As cores não são aleatórias e estão de acordo com as Normas Técnicas de Cartografia do IBGE: a cor verde é utilizada para os locais de menor altitude, passando pelas cores amarela e laranja, até chegar à cor vermelha, que é atribuída a lugares de maior altitude.

Tomando como base os conceitos de altimetria e hipsometria, podemos afirmar que as formas de relevo predominantes no Amapá se inserem na categoria dos relevos pouco acidentados, pelo fato de a maior parte de seu território se encontrar abaixo de 300 m de altitude.

Nos terrenos mais antigos, formados durante o período geológico Pré-Cambriano, observa-se maior variação no grau de movimentação do relevo, o que resulta em desníveis abruptos e acentuados, apesar das altitudes modestas. Os pontos mais elevados do estado estão localizados na serra do Tumucumaque (Figura 31), onde a altitude ultrapassa os 600 m.

Os terrenos do período Terciário estão localizados em áreas de contato estrutural entre os terrenos do Pré-Cambriano e do Quaternário, na região central do estado. Como resultado, a maior parte das terras a leste do estado é composta por terrenos formados durante o período Quaternário, caracterizados por altitudes mais baixas e gradientes topográficos menos acentuados.

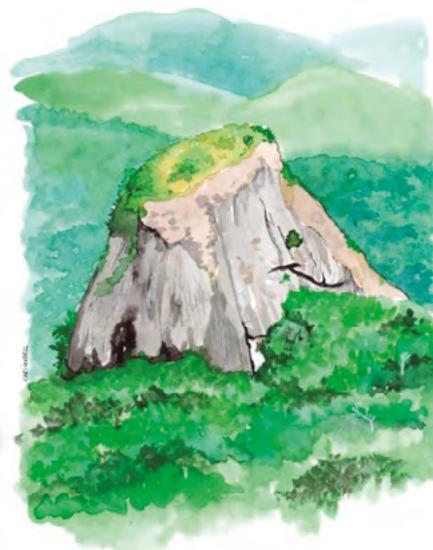
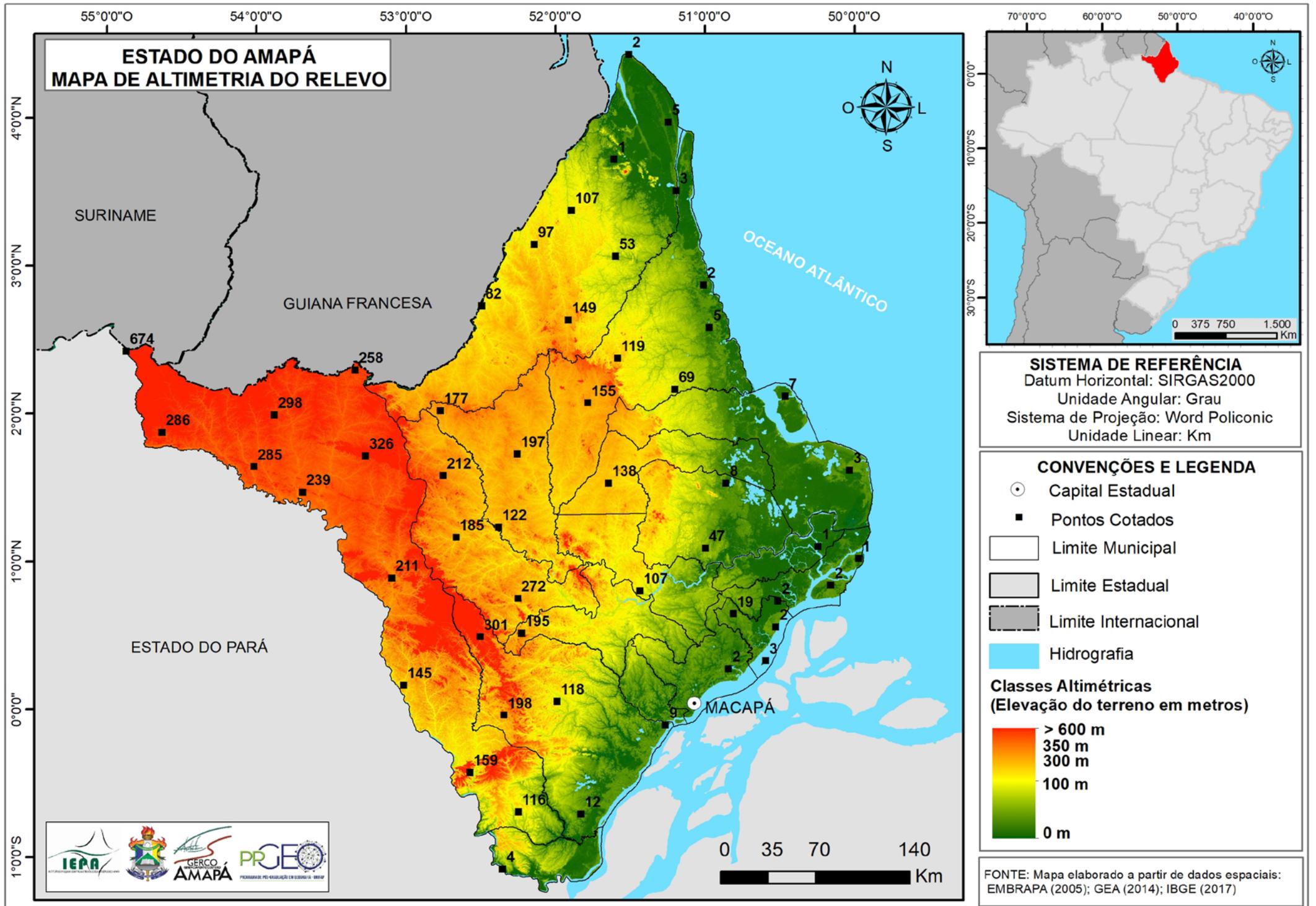


Figura 31: Montanha no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
Fonte: Magalhães (2022)

No **Mapa 25: Altimetria do Relevo do Estado do Amapá** se pode observar as variações morfométricas do relevo por meio da gradação das cores: as terras de baixas altitudes, entre zero e 50 m, localizam-se na porção leste do mapa, sendo representadas pela cor verde; as terras intermediárias, entre 50 e 100 m, localizam-se na porção central do mapa, sendo representadas pela cor amarela; e as terras altas, entre 100 e 300 m, localizadas na porção oeste do mapa, são representadas em laranja, podendo atingir valores acima de 400 m na cor vermelha.



Mapa 25: ALTIMETRIA DO RELEVO DO ESTADO DO AMAPÁ



2.6 Rede Hidrográfica

Os cursos d'água são sistemas ambientais complexos, compostos por diversos elementos que interagem, transformam, produzem, ligam e mantêm o sistema ambiental como um todo. São eles que fornecem grande parte da água consumida e utilizada na produção de alimentos, para higiene pessoal e irrigação do solo das áreas agrícolas (Carvalho, 2019).

Os rios são muito importantes pelo fato de serem usados em várias regiões como vias naturais de circulação ao longo das quais as embarcações se deslocam, transportando mercadorias e pessoas; e, ainda, por sua utilização na produção de energia hidrelétrica, sem esquecer da importância que têm na exploração da pesca como fonte de subsistência.

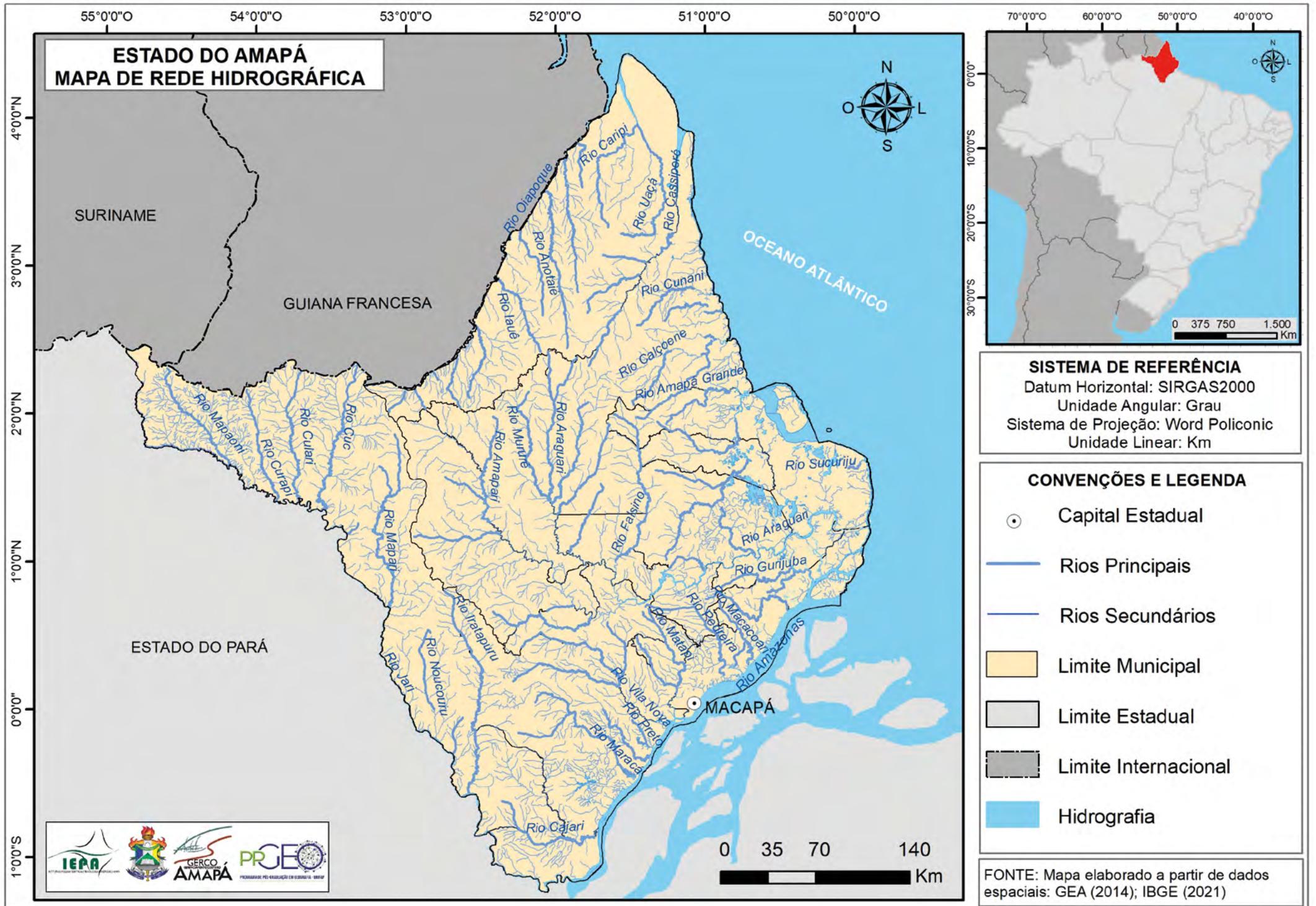
A distribuição dos cursos d'água pela superfície de um lugar se faz de acordo com determinada hierarquia, em que os filetes de água das áreas mais elevadas unem-se a outros gradativamente e cada vez transportam um volume maior de água até outro curso d'água localizado em altitude menor e de porte médio (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, 2016).

O estado do Amapá possui rica rede hidrográfica bem distribuída ao longo do seu território, assim como se pode observar no **Mapa 26: Rede Hidrográfica do Estado do Amapá**. A maioria dos limites dos municípios do estado segue os cursos d'água.

Como rios de maior importância do estado, tem-se, ao norte, o rio Oiapoque, que faz fronteira com a Guiana Francesa. No centro do estado, destaca-se o rio Araguari, o maior rio estadual (nasce e deságua em território amapaense), que nos últimos anos, vem passando por processos de sedimentação em sua foz. A sudeste, localiza-se o maior rio do mundo em volume de água, o rio Amazonas, à margem do qual está localizada a capital Macapá; e ao sul do estado, na divisa com o Pará, há o rio Jari.

Na tabela ao lado, listam-se os maiores rios que percorrem o estado e são apresentadas suas respectivas extensões, de acordo com os dados do IBGE (2021).

Rios do Amapá	
Principais rios	Extensão (km)
Rio Jari	897,486
Rio Araguari	609,336
Rio Oiapoque	345,424
Rio Amapari	344,948
Rio Cassiporé	259,414
Rio Iratapuru	246,004
Rio Maraci-pucu	193,251
Rio Vila Nova	191,228
Rio Falsino	186,23
Rio Uaçá	173,154
Rio Culari	150,45
Rio Pedreira	148,646
Rio Calçoene	143,22
Rio Matapi	127,331
Rio Amapá Grande	123,416
Rio Mapaoni	119,303
Rio Curapi	119,247
Rio Gurijuba	114,904
Rio Cunani	99,351
Rio Macacoari	94,24
Rio Cajari	88,745



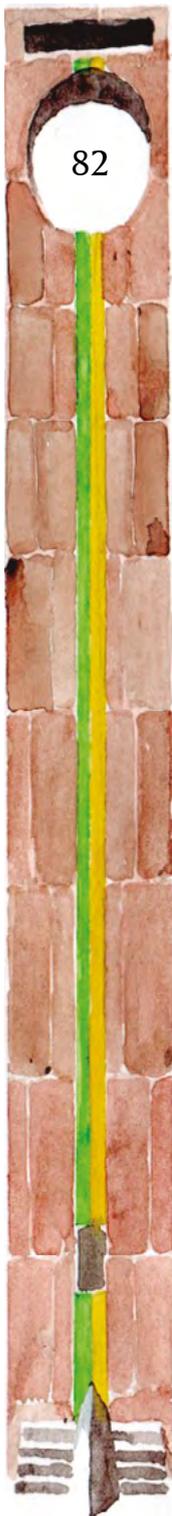
ESTADO DO AMAPÁ
MAPA DE REDE HIDROGRÁFICA

SISTEMA DE REFERÊNCIA
Datum Horizontal: SIRGAS2000
Unidade Angular: Grau
Sistema de Projeção: Word Policonic
Unidade Linear: Km

- CONVENÇÕES E LEGENDA**
- Capital Estadual
 - Rios Principais
 - Rios Secundários
 - Limite Municipal
 - Limite Estadual
 - Limite Internacional
 - Hidrografia

FONTE: Mapa elaborado a partir de dados espaciais: GEA (2014); IBGE (2021)

Mapa 26: REDE HIDROGRÁFICA DO ESTADO DO AMAPÁ



2.7 Bacias Hidrográficas

Bacia hidrográfica pode ser definida como um conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, com a existência de cabeceiras e nascentes (ANA, 2016).

A ANA estabelece seis níveis de classificação e codificação das bacias hidrográficas brasileiras, sendo o nível 1, o menos detalhado e o 6, o mais detalhado (ANA; IBGE, 2021).

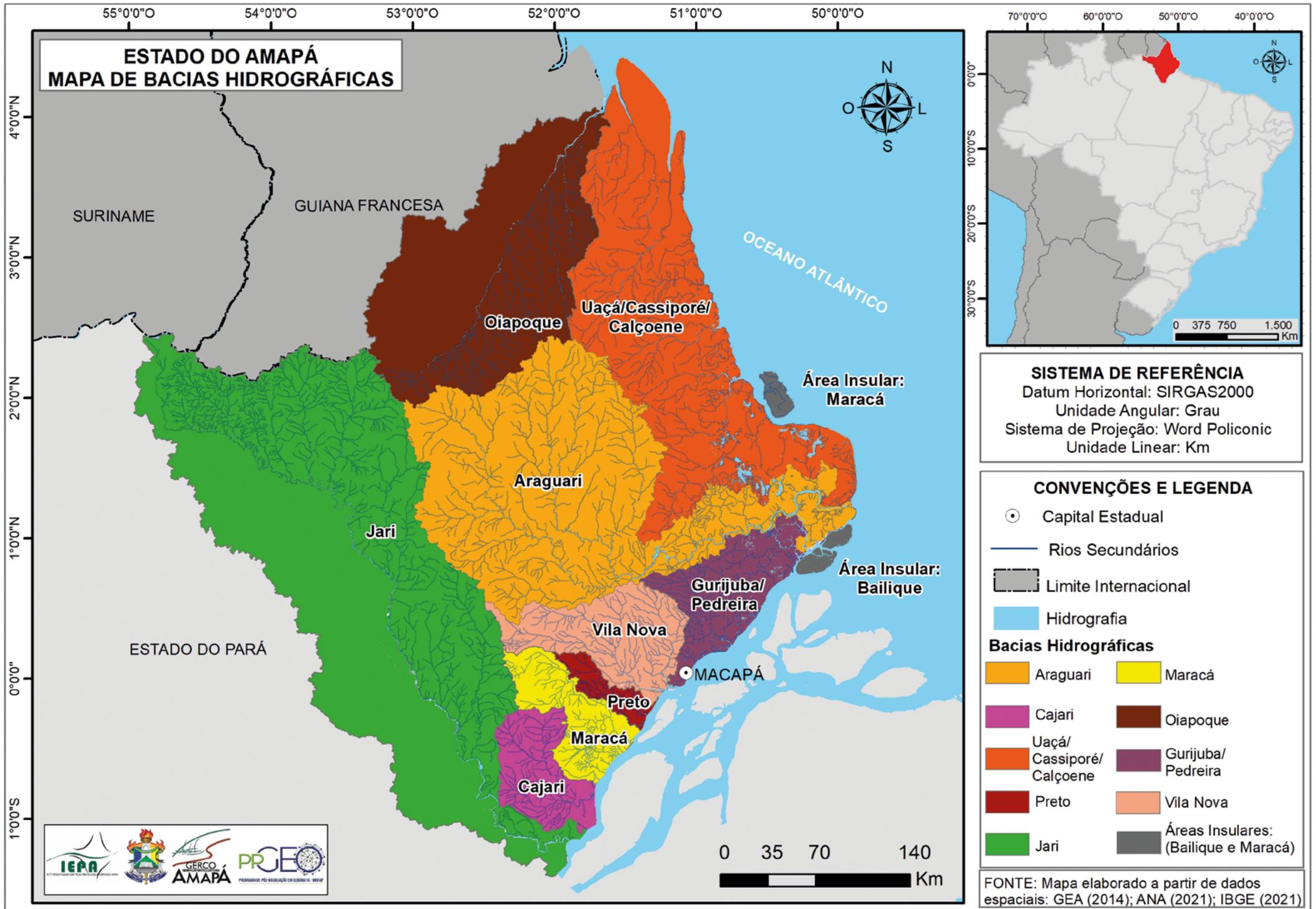
Neste *Atlas*, para definição das bacias hidrográficas amapaenses, foi adotada a classificação nível 3, pois essa foi a que melhor atendeu ao objetivo deste trabalho. Assim, foram descritas nove bacias hidrográficas (listadas no quadro ao lado) e duas áreas insulares (arquipélago do Bailique e Ilha de Maracá).

Em função da escala utilizada, foram adotados dois padrões de nomenclatura para nomear as bacias: a) para as bacias onde todos os afluentes drenam para apenas um curso d'água, foi adotado o nome do rio principal; b) quanto às bacias onde os afluentes drenam para diferentes cursos d'água, estas foram identificadas com os nomes dos rios principais, sendo elas as bacias dos rios Uaçá/Cassiporé/Calçoene e Gurijuba/Pedreira. Os limites dessas bacias estão apresentados no **Mapa 27: Bacias Hidrográficas do Estado do Amapá**.

Cabe ressaltar que a localização do estado do Amapá na foz do rio Amazonas implica diretamente em suas características ambientais. Assim, além das bacias apresentadas no quadro à direita, é importante salientar a importância da zona costeira amapaense, a qual está descrita nas páginas 93 a 95.

Bacias Hidrográficas do Estado do Amapá

Nome da bacia	Rio principal	Principais afluentes	Área (km ²)	Unidades administrativas
Oiapoque	Oiapoque	Pantanarri, Anotaiê, Marupi e Maturá	25.455	Oiapoque e Guiana Francesa
Uaçá, Cassiporé e Calçoene	Cassiporé	Uaçá, Cunani, Calçoene, Flechal, Amapá Grande e Tartarugalzinho	32.288	Oiapoque, Calçoene, Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho
Araguari	Araguari	Amapari, Falsino, Mururé, Santo Antônio e Cupixi	36.765	Calçoene, Amapá, Pracuúba, Tartarugalzinho, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Porto Grande, Ferreira Gomes, Cutias e Macapá
Gurijuba e Pedreira	Pedreira	Macacoari, Jupati, Píririm e Gurijuba	8.661	Cutias, Macapá, Itaubal e Ferreira Gomes
Vila Nova	Vila Nova	Piaçaca, Maruanum e Matapi	8.170	Porto Grande, Macapá, Santana e Mazagão
Rio Preto	Rio Preto	Mazagão e Matuara	2.112	Mazagão
Maracá	Maracá	Igarapé Ariranha e Tambaqui	6.818	Mazagão
Cajari	Cajari	Muriacá, São Luís e Igarapé Cachoerinha	5.220	Mazagão, Vitória e Laranjal do Jari
Jari	Jari	Iratapuru, Mapari e Curari	58.754	Mazagão, Vitória e Laranjal do Jari e estado do Pará



Mapa 27: BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO AMAPÁ



Figura 32: Igarapé da Fortaleza, limite entre os municípios de Macapá e Santana
Fonte: Magalhães (2021)

2.8 Solos

O Amapá apresenta variações significativas na ocorrência de rochas, tipos de relevo e condições climáticas. Em decorrência desses fatores, há uma ampla diversidade de tipos de solo. A distribuição das tipologias de solo no território do estado pode ser visualizada no **Mapa 28: Solos do Estado do Amapá**, no qual foram identificados os: gleissolos, solos hidromórficos, latossolos, plintossolos, argissolos, neossolos e solo indiscriminado de mangue. As informações contidas no mapa foram simplificadas em virtude da escala de apresentação.

Gleissolos: são solos jovens, formados a partir dos sedimentos recentes do período Quaternário, apresentando geralmente cor acinzentada (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária [Embrapa], 2018). São formadores das planícies fluviais e fluviomarinhas da porção oriental do Amapá. Estão ligados a diferentes tipos de ambientes, como áreas deprimidas inundáveis e várzeas ribeirinhas, que podem permanecer encharcados por longos períodos durante o ano. São fortemente influenciados pelo regime hídrico, por meio do lençol freático, chuvas e marés (Santos; Tardin, 2006; IEPA, 2008). Ocorrem em quase toda a região costeira e estuarina do estado, apresentando maior concentração nos municípios de Macapá, Itauba, Cutias, Amapá, Tartarugalzinho, Calçoene e Oiapoque.

Solos hidromórficos: são solos muito jovens, formados a partir dos sedimentos recentes do período Quaternário. Esses

solos são encontrados nas ilhas do arquipélago de Bailique, Maracá-Jipioca e na área estuarina do sul do Amapá. São geralmente solos hidromórficos indiscriminados, fortemente influenciados pelo regime hídrico das marés (IEPA, 2008).

Latossolos amarelos: são solos medianamente profundos, de baixa fertilidade natural, originários de sedimentos argilosos e argiloarenosos do Terciário. Constituem o solo predominante na savana e nas faixas de contato cerrado/floresta. Ao sul do estado, esse tipo de solo está ligado ao domínio de floresta densa, em gradientes de relevos que envolvem desde o plano ondulado até o forte ondulado. Particularmente na savana, o latossolo amarelo está ligado a relevos que variam de suave ondulado a ondulado (IEPA, 2008). Ocorre desde o sul até o norte do estado, em uma faixa quase contínua.

Latossolos vermelhos-amarelos: são solos profundos de baixa fertilidade natural, geralmente formados sob condições de clima tropical úmido e equatorial. Derivam predominantemente de rochas cristalinas do período Pré-Cambriano e, em menor proporção, de sedimentos do Terciário. O latossolo vermelho-amarelo está ligado a variações amplas do relevo, mas com ocorrência predominante na classe ondulada, embora esteja presente até em regiões montanhosas (IEPA, 2008). Possui ampla distribuição no Amapá, ocorre em ambientes de floresta densa de terra firme e corresponde à maior mancha de solo do estado, cobrindo toda sua porção ocidental.





Plintossolos: abundantes na região amazônica, eles apresentam horizonte ou camada de acumulação de argila abaixo do horizonte A superficial (Embrapa, 2018). Ocorrem em áreas planas sob formações de várzea, são muito mal drenados, apresentam deficiência de oxigênio, possuem horizonte rico em ferro e alumínio e ocorrem em associações com os latossolos e argissolos. Representam solos com propriedades físicas impróprias ao uso agrícola (IEPA, 2008). Esses solos são encontrados principalmente no município de Amapá.

Argissolos: assim como os latossolos, os argissolos são originários da decomposição de rochas do Pré-Cambriano e de sedimentos do Terciário. Sua distribuição está ligada principalmente às áreas de floresta densa, em relevo variável de ondulado a fortemente ondulado. No cerrado, sua distribuição é pouco representativa (IEPA, 2008).

Os argissolos, juntamente com os latossolos, são solos minerais, geralmente de propriedades físicas favoráveis ao uso agrícola, ou seja, profundos, porosos, bem drenados, mas de boa capacidade de retenção de umidade. Entretanto, o nível de fertilidade natural geralmente é baixo (IEPA, 2008). Ocorrem principalmente nos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão, Porto Grande, Ferreira Gomes, Calçoene e Oiapoque.

Neossolo litólico: solo de formação recente, não possui estruturação em camadas. Caracteriza-se por apresentar o horizonte A bastante reduzido e com textura e fertilidade variáveis, repousado diretamente sobre a rocha matriz. Na região em que ocorrem, esses solos estão associados às rochas do Pré-Cambriano e fazem parte de testemunhos geológicos

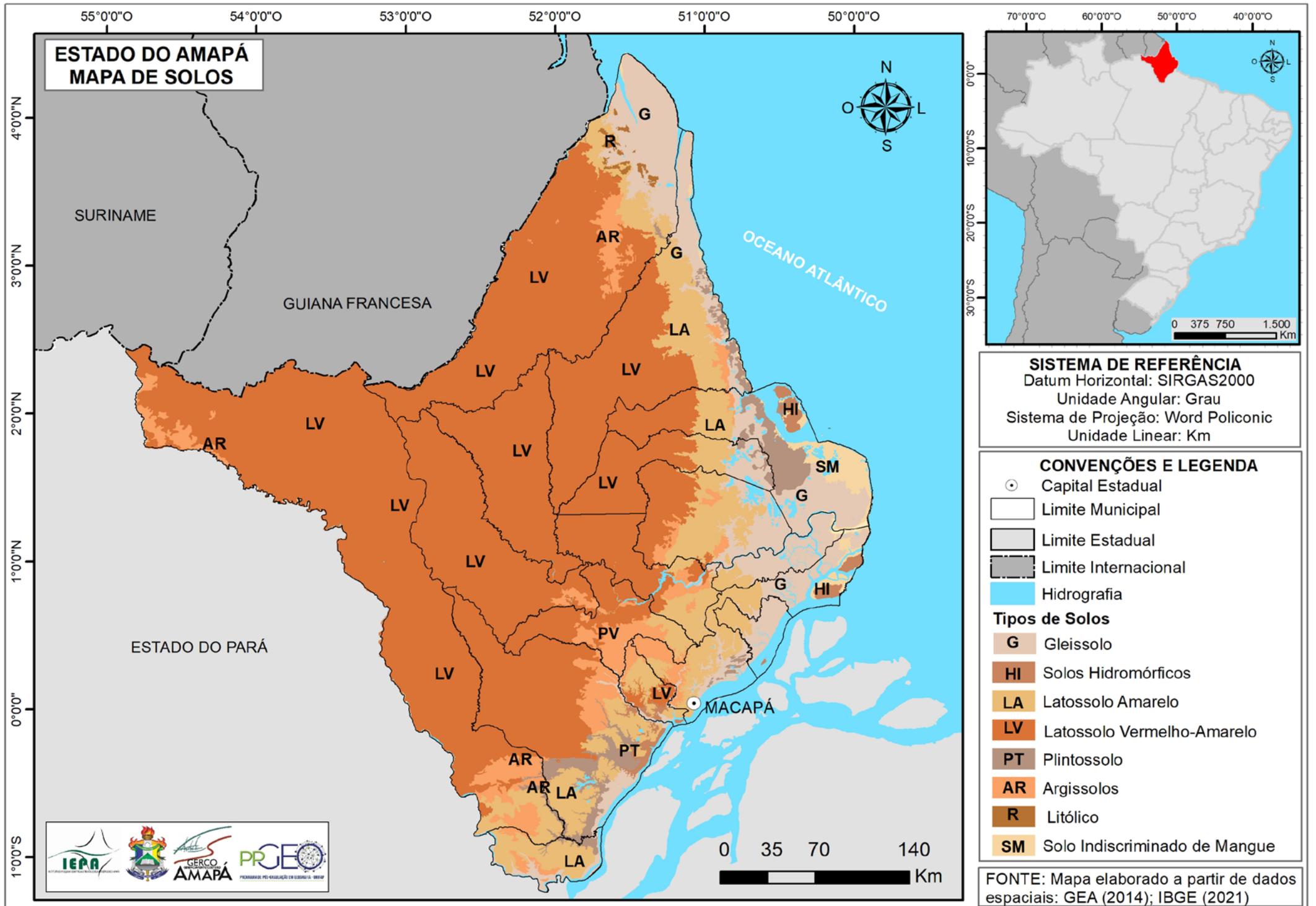
inseridos em plena planície quaternária do norte do estado (IEPA, 2008). Ocorre principalmente no município de Oiapoque.

Solo indiscriminado de mangue: são solos muito jovens, halomórficos (salinos), muito pouco desenvolvidos, lamacentos, escuros e com alto teor de sais provenientes da água do mar. São formados em ambientes de mangues a partir de sedimentos fluviomarinhos recentes, misturados com detritos orgânicos, de natureza e granulometria variada, referidos ao período Holoceno (Embrapa, 2019). Esses solos estão relacionados principalmente ao ambiente dos manguezais, sendo fortemente influenciados pelo regime hídrico através do lençol freático, chuvas e marés (IEPA, 2008). Caracterizam-se pelos sedimentos pelíticos (argila e silte), silticoarenosos e arenosos (Figura 33) em áreas de acreção e assoreamento, ocorrendo como planícies e bancos (Santos; Tardin, 2006).



Figura 33: Sedimentos recentes que formam a Praia do Goiabal – Calçoene

Fonte: Machado (2024)



Mapa 28: SOLOS DO ESTADO DO AMAPÁ



Figura 34: Vegetação
Fonte: Magalhães (2021)

2.9 Uso e Cobertura da Terra

Vegetação é definida como o conjunto de plantas que cobrem uma determinada área. É sempre considerada em conjunto e formada por comunidades vegetais. A distribuição das formações vegetais sobre a superfície terrestre é influenciada por diversos fatores; entre eles, destacam-se os climas, os solos e o relevo (IBGE, 2012).

Em sentido amplo, a diversificação de ambientes naturais do Amapá corresponde à própria diversidade de seus domínios florísticos, que incluem tipologias tipicamente amazônicas e tipologias extra-hileianas, todas com ampla abrangência territorial. De modo simplificado, pode-se agrupá-los em duas grandes categorias fitofisionômicas: 1) das formas florestadas; 2) das formas não florestadas ou campestres (IEPA, 2008).

Os manguezais fazem parte da primeira categoria, ao longo da orla litorânea; florestas de várzea, diretamente ligadas aos ambientes ribeirinhos; florestas de terra firme com a maior representação no estado; e florestas de transição em áreas de tensão ecológica. Manguezais são ecossistemas muito especializados, estritamente ligados à condição litorânea. No litoral amapaense, representam-se por franjas contínuas, variáveis em largura, que em alguns locais chegam a adentrar o continente na condição de manguezais ribeirinhos (ripícolas). A vegetação corresponde a uma floresta de médio porte, sendo seus representantes mais expressivos: o mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), a siriúba (*Avicennia germinans*) e a tinteira (*Laguncularia racemosa*) (IEPA, 2008).

A segunda categoria inclui as savanas e os campos inundáveis ou de várzea, presentes em áreas deprimidas da planície aluvial. Formações pioneiras, estão relacionadas às áreas pedologicamente instáveis, submetidas aos processos de acumulação fluvial, lacustre, marinha e fluviomarina. Essas áreas são cobertas por uma vegetação de primeira ocupação, de caráter edáfico, formada por plantas adaptadas às condições ecológicas locais (IBGE, 2012).

Floresta de várzea ou aluvial: tem sua abrangência e maior concentração, principalmente, em margens de rios de água barrenta, onde, de certo modo, passa a ser regulada pelos regimes de marés. As maiores florestas de várzea do estado ocorrem ao longo da orla amazônica, adentrando pelos estuários e baixos cursos dos inúmeros rios que aí deságuam. Nesse trecho, seus limites estendem-se do rio Jari até o arquipélago do Bailique, a partir do qual a salinidade passa a funcionar como fator de seleção e conseqüente causa do aparecimento de espécies do manguezal. Algumas espécies típicas desses ambientes são: açáí (*Euterpe oleracea*), buriti (*Mauritia flexuosa*) (Figura 35), virola (*Virola surinamensis*), pracaxi (*Pentachlela macroloba*), andiroba (*Carapa guianensis*) e seringueira (*Hevea guianensis*) (IEPA, 2008).

Floresta densa de terra firme: a floresta densa de terra firme é o tipo de vegetação mais representativo do estado do Amapá. As tipologias “floresta densa de baixos platôs” e “submontana” são individualizações fitoecológicas decorrentes desses fenômenos (IEPA, 2008).

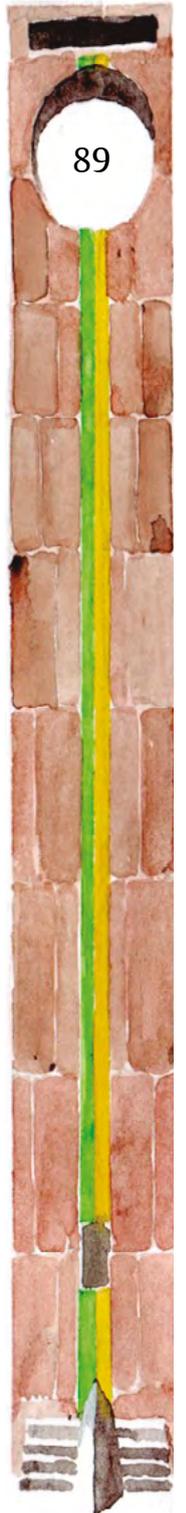




Figura 35: Espécimes de açaí e buriti, típicos da flora amapaense
Fonte: Magalhães (2021)

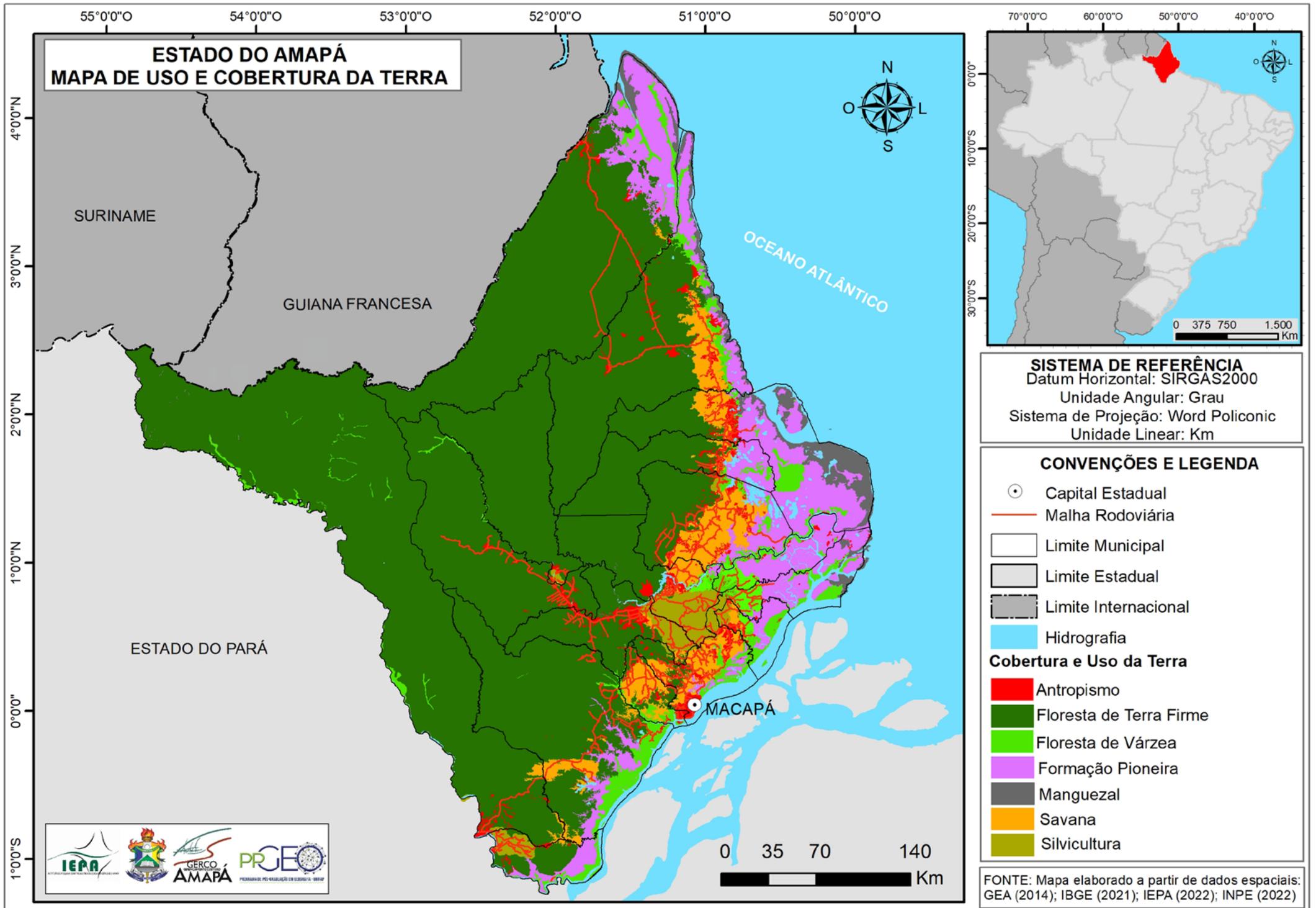
Entre as características da floresta densa de terra firme, destacam-se: máxima diversidade por unidade de área, estrutura de alto porte, estratificações diferenciadas segundo tipologias locais e frequentes níveis de especialização, incluindo formas de dominância, endemismos, raridades e gregarismos de muitas espécies. Entre os grupos de árvores mais importantes, destacam-se: angelim-vermelho (*Dinizia excelsa*), acapu (*Vouacapoua americana*), sucupira (*Pterodon emarginatus*), castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), sapucaias (*Lecythis pisonis*) e maçaranduba (*Manilkara huberi*) (IEPA, 2008).

Savana: é um ambiente regulado por condições naturais particulares, entre as quais se destacam os gradientes climático e pedológico (IBGE, 2012). No caso particular da savana amapaense, embora conserve algumas similaridades com as savanas do planalto central, apresenta características particulares, atribuídas à sua própria história evolutiva no âmbito dos regimes amazônicos. A vegetação se apresenta na forma campestre, marcada por uma flora lenhosa dispersa, com troncos retorcidos, com profundas adaptações às condições limitantes do meio físico. Algumas espécies típicas desse ambiente são: mangabeira (*Hancornia speciosa*), murici (*Byrsonima crassifolia*), cipó-titica (*Heteropsis flexuosa*), sucuuba (*Himathanthus articulata*) e caimbé (*Curatella americana*) (IEPA, 2008).

Silvicultura: é o cultivo de florestas plantadas com o propósito de extração de matérias-primas (IBGE, 2012). Extensas áreas de plantação de pinus ocorrem no sul do estado (Laranjal e Vitória do Jari) e no centro (Porto Grande e Ferreira Gomes). Apesar de se tratar de uma área coberta por vegetação, não se trata de formação vegetal natural.

Antropismo: são áreas onde houve perda ou alteração na vegetação original (IBGE, 2013). No Amapá, a ocupação e o desmatamento estão concentrados na área central, ao longo dos grandes eixos rodoviários que cortam o estado, como as rodovias BR-156 e 210 e AP-070, 010 e 340.

No Mapa 29: **Uso e Cobertura da Terra do Estado do Amapá** apresenta-se a distribuição das diferentes tipologias presentes no estado.



Mapa 29: USO E COBERTURA DA TERRA DO ESTADO DO AMAPÁ

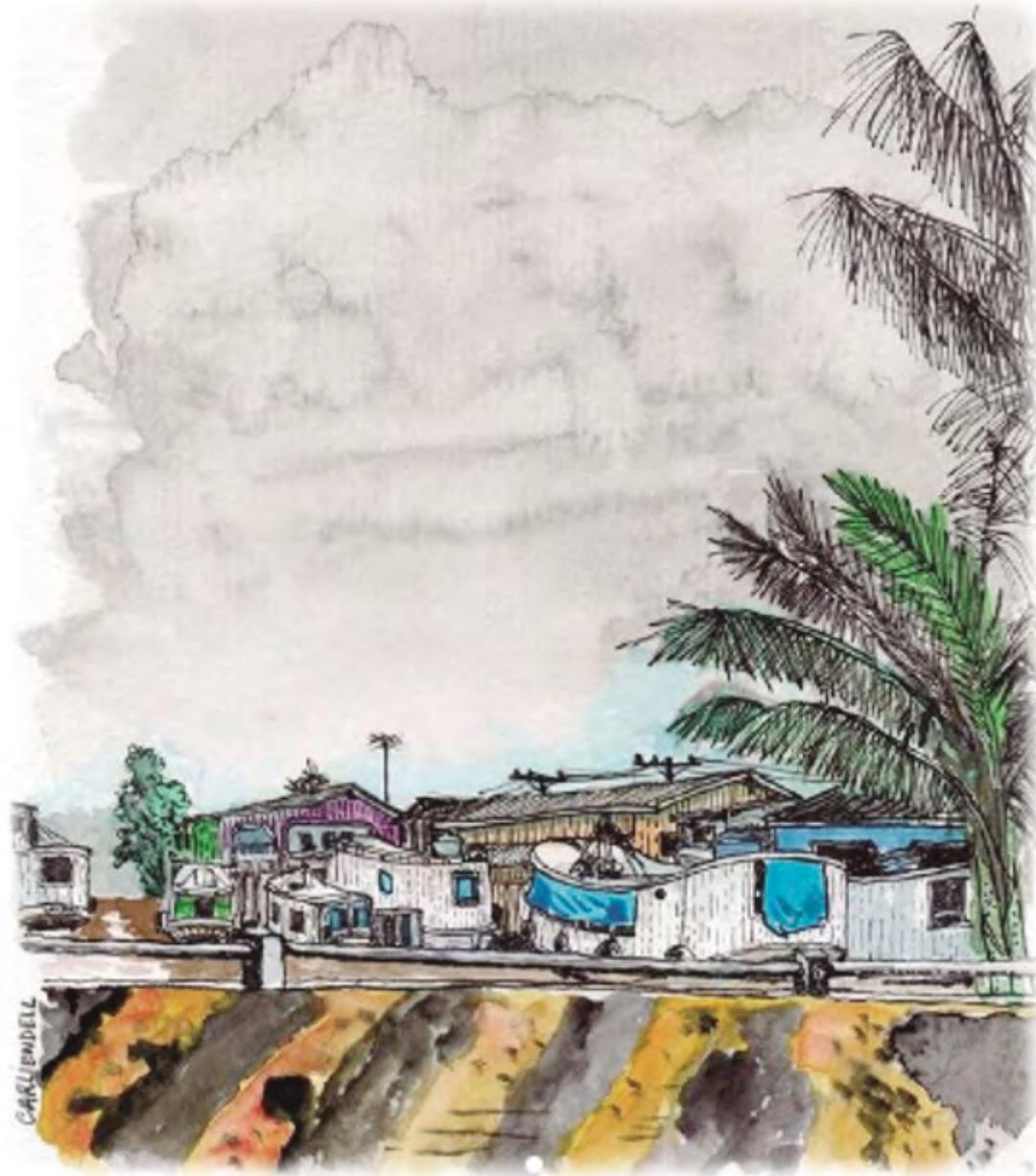


Figura 36: Barcos no Canal das Pedrinhas – Macapá
Fonte: Magalhães (2021)

2.10 Zona Costeira

O Brasil possui uma linha de costa de, aproximadamente, 8.500 km de extensão, dos quais, 35% são ocupados pelo litoral amazônico brasileiro. A zona costeira amazônica ocupa uma extensão de 2.975 km, estando limitada pelo rio Oiapoque no extremo norte do Amapá e pela baía de São Marcos, no Maranhão (Pereira *et al.*, 2009).

A zona costeira amazônica é uma área de grande instabilidade morfológica, devido à alta dinamicidade da região. Essa dinâmica é responsável pela mudança na configuração dos ambientes costeiros e, conseqüentemente, pela evolução dessa área em uma escala temporal (Batista, 2009).

Tais modificações no cenário da zona costeira dependem de três forças principais: 1) atmosférica, caracterizada como um sistema de circulação, resultando na ação das correntes atmosféricas e da precipitação, determinando assim, a variação climática e hidrológica; 2) oceânica, resultante da circulação das correntes oceânicas e das propriedades físicas e químicas dos oceanos (densidade, temperatura e salinidade); e 3) amazônica, resultante do transporte e deposição de sedimentos provenientes do rio Amazonas (Silveira; Santos, 2006).

A Zona Costeira do Estado do Amapá (ZCEA) se estende por cerca de 750 km, da foz do rio Oiapoque à foz do rio Jari, e é caracterizada pela presença da planície costeira. Dos dezesseis municípios do estado, onze estão inseridos na zona costeira, sendo: Oiapoque, Calçoene, Amapá, Pracuúba, Tartarugalzinho, Cutias, Itaubal, Macapá, Santana, Mazagão e Vitória do Jari (Amapá, 2007).

É a faixa mais densamente povoada do estado, onde ocorre a maioria das atividades produtivas. Os municípios da ZCEA, em 2022, concentravam 87% da população e contribuíam para 86% do PIB do estado. Nota-se também que são numerosas as populações de comunidades tradicionais na ZCEA, sejam elas de ribeirinhos, de pescadores ou de agricultores (Silva Junior; Santos; Rodrigues, 2020).

Considerando as características naturais e dinâmicas da ZCEA, ela é dividida em dois setores distintos: oceânico e estuarino, como é mostrado no **Mapa 30: Municípios Costeiros do Estado do Amapá**. O setor oceânico se estende da baía do rio Oiapoque até a antiga foz do rio Araguari. Apresenta extensas planícies de maré lamosas; bosques de mangues frontais bordejam esse litoral que, para o interior, se conecta com campos inundáveis, desenvolvidos sobre as planícies de inundação influenciadas sazonalmente pelas marés (IEPA, 2016a).

As principais atividades dos municípios que compõem o setor oceânico é a criação de bois, búfalos e a pesca artesanal. Nesses setores também se concentram os manguezais. Esse ecossistema se estende por quase toda a costa do setor oceânico e constitui o berçário de muitas espécies, que o utilizam para sua reprodução e, posteriormente, retornam ao seu habitat original (Rodrigues; Silva Junior, 2021).

O setor estuarino está em contato direto com o canal Norte do rio Amazonas. Caracteriza-se por apresentar solos argilosos e siltosos ao longo da planície de inundação do rio Amazonas e seus tributários, e tem forte influência das marés (Rodrigues; Silva Junior, 2021).



O setor estuarino é a região mais dinâmica do estado, do ponto de vista socioeconômico, e concentra mais de 80% da população total do estado (IBGE, 2023b). Macapá, a capital, é o principal centro urbano da região; possui uma bela orla onde são

realizadas diversas atividades turísticas e de lazer (Figura 37). A cidade comanda a demanda de serviços e atividades econômicas. No município de Santana se localiza a infraestrutura portuária do estado (IEPA, 2016a).

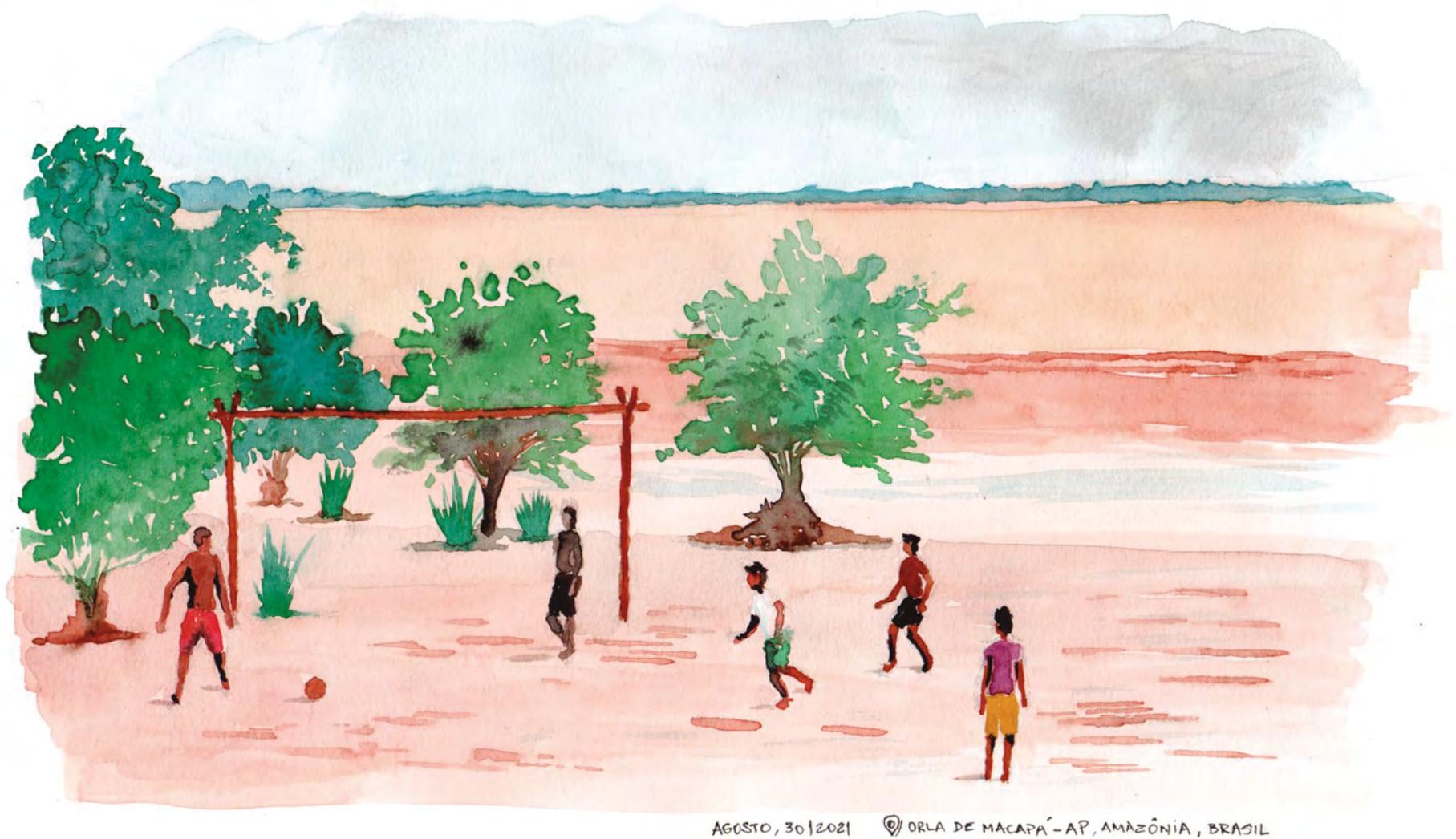
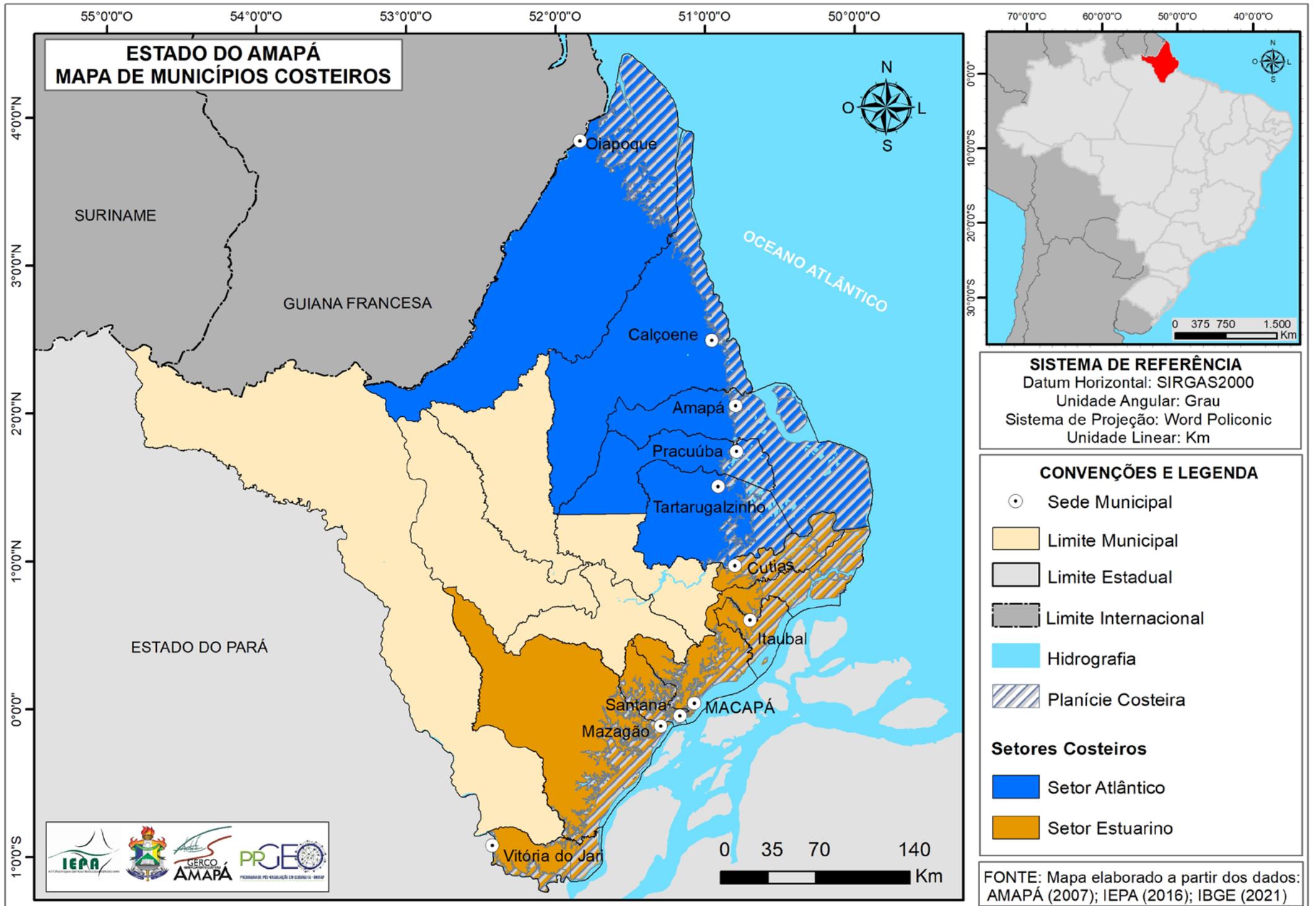


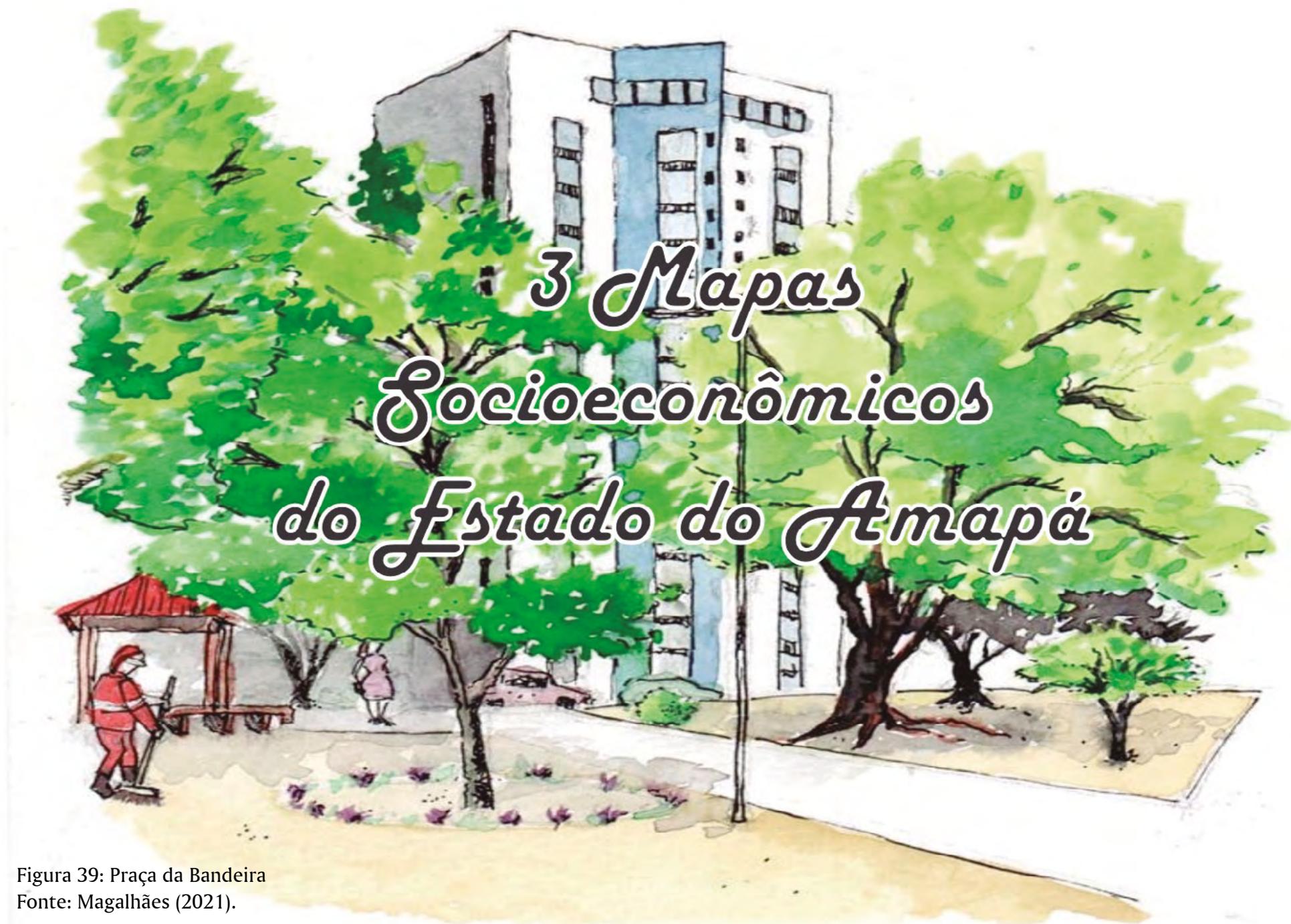
Figura 37: Partida de futlana na orla de Macapá
Fonte: Magalhães (2021)



Mapa 30: MUNICÍPIOS COSTEIROS DO ESTADO DO AMAPÁ



Figura 38: Embarcação na Rampa do Santa Inês – Macapá
Fonte: Magalhães (2021)



3 Mapas
Socioeconômicos
do Estado do Amapá

Figura 39: Praça da Bandeira
Fonte: Magalhães (2021).

3.1 População

Para a coleta de dados populacionais, o IBGE realiza o censo ou recenseamento demográfico, um estudo estatístico referente à população, que possibilita o recolhimento de várias informações, como o número de homens, mulheres, crianças e pessoas idosas e onde e como vivem as pessoas. Na maioria dos países, esse estudo é realizado, normalmente, de 10 em 10 anos. No Brasil, o último censo foi realizado no ano de 2022; os dados da pesquisa divulgados em 2023 e 2024.

Na pesquisa realizada naquele ano, a população total do estado do Amapá foi de 733.759 habitantes. Entre as unidades federativas mais populosas, o Amapá ocupa a 26ª posição, ficando atrás, apenas, do estado de Roraima. O Amapá é um estado majoritariamente urbano, porém possui inúmeras comunidades, sobretudo ribeirinhas (Figura 40).

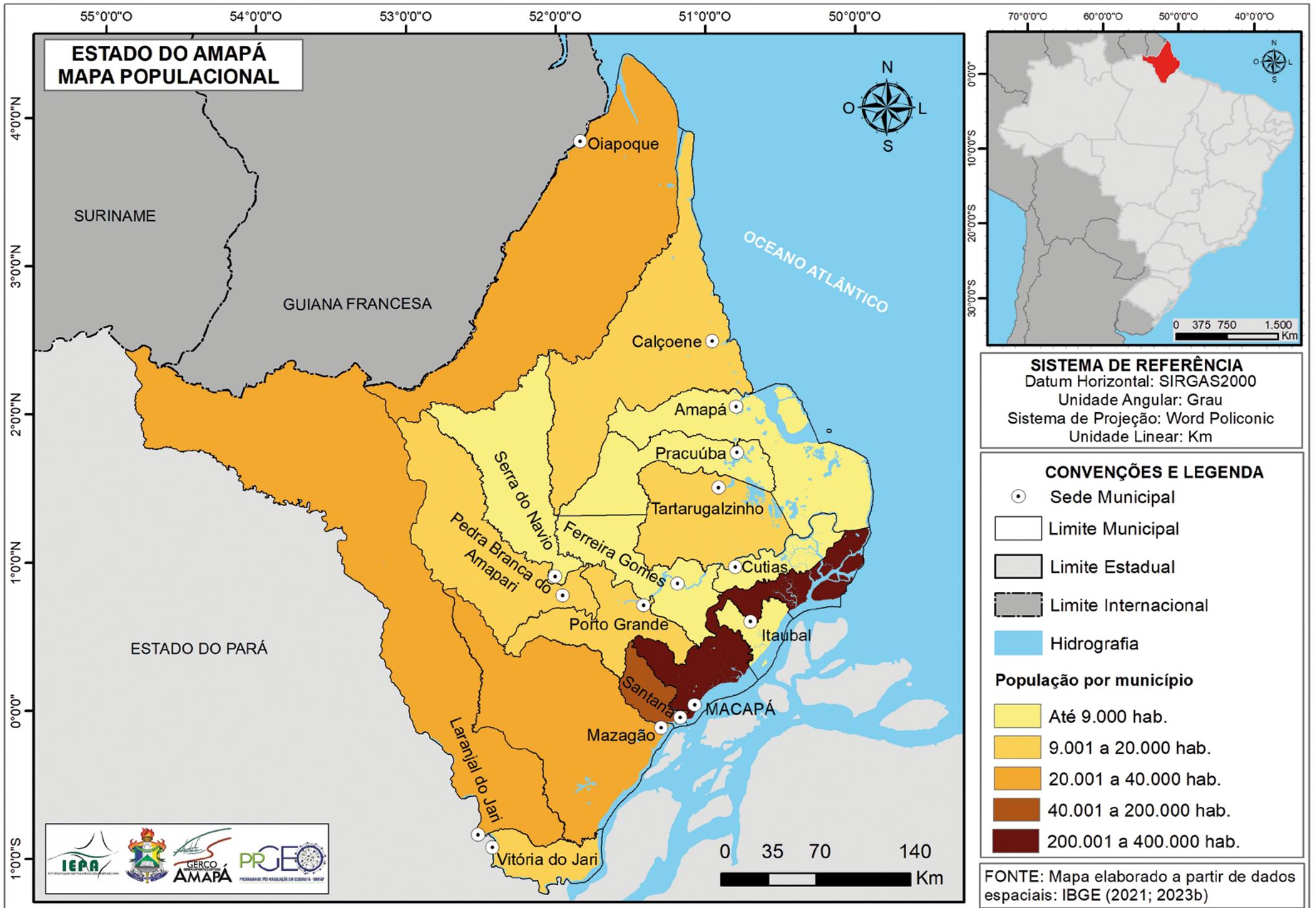
O **Mapa 31: População do Estado do Amapá** mostra que Macapá tem o maior contingente populacional, seguido por Santana, Laranjal do Jari e Oiapoque completam a lista de municípios mais populosos do estado.

É importante ressaltar que o Amapá é um dos estados mais recentes da federação, tendo apenas 16 municípios, dos quais a maioria está atrelada economicamente ao funcionalismo público, pois não existe desenvolvimento efetivo de outros meios, como indústrias, que possam oferecer alternativas de emprego e renda à população.

Dessa forma, semelhantemente aos processos de ocupação que ocorreram no restante da Amazônia, no Amapá, em virtude dos grandes projetos, houve ciclos de expansão populacional, levando à macrocefalia urbana durante determinado período (Porto, 2000).



Figura 40: Típica residência das comunidades ribeirinhas da Amazônia
Fonte: Magalhães (2021)



Mapa 31: POPULAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ

3.2 Densidade Demográfica

Densidade demográfica é um índice que permite avaliar a distribuição da população em dado território. O estudo da demografia permite que sejam feitas comparações entre as diferentes regiões avaliadas. Esse índice é expresso em habitantes por quilômetro quadrado (hab./km²).

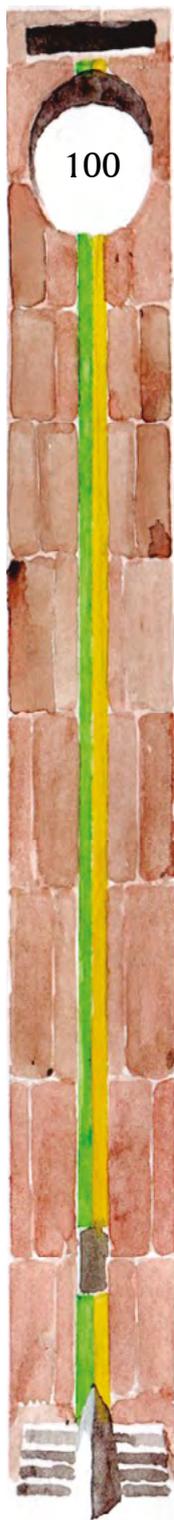
No **Mapa 32: Densidade Demográfica do Estado do Amapá**, observa-se que as maiores densidades demográficas estão em Macapá e Santana (acima de 67 hab./km²). Porto Grande e Vitória do Jari apresentam densidade entre 4,03 e 4,50 hab./km². Cutias, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Mazagão, Ferreira Gomes e Tartarugalzinho apresentam densidade entre 1,14 e 2,05 hab./km². Calçoene, Amapá, Pracuúba e Serra do Navio apresentam as menores densidades demográficas do estado, entre 0,61 e 0,94 hab./km².

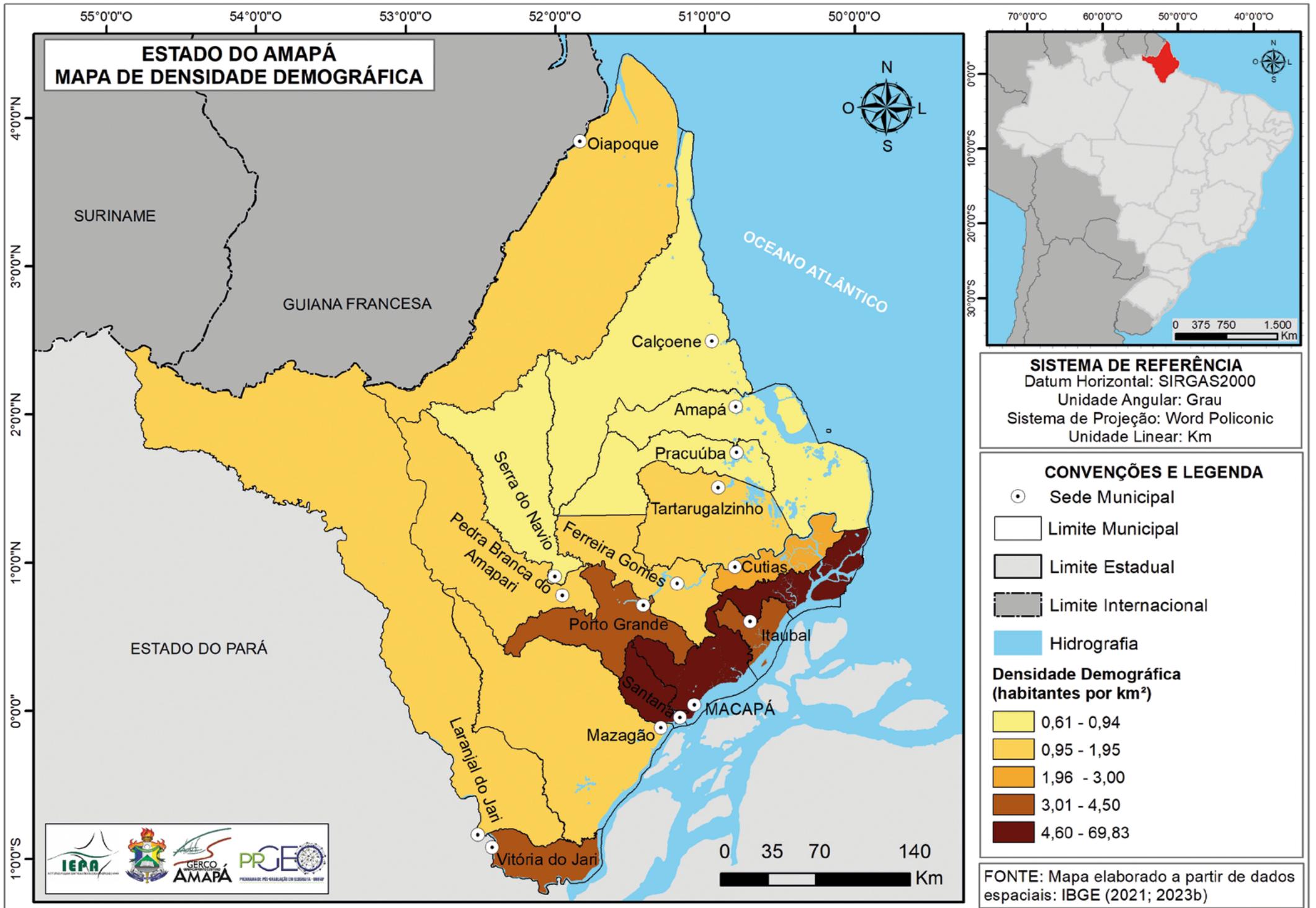
A concentração populacional em Macapá e Santana ocorreu em virtude do grande dinamismo econômico que essas duas cidades possuem desde as primeiras fases de desenvolvimento do estado. Na segunda metade do século XX, a empresa ICOMI realizou a exploração de minério no município de Serra do Navio; contudo, a cidade de Macapá (Figura 41) e o então distrito de Santana também tinham grande importância para a atividade mineral, em virtude de concentrarem as atividades de gerenciamento da exploração mineral e o porto para exportação do minério de manganês (Monteiro, 2008).

Outro fator significativo foi a criação, em 1991, da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), que tem como objetivo o desenvolvimento das zonas fronteiriças. Assim, após a criação da ALCMS, houve uma nova dinâmica econômica nessas cidades.



Figura 41: Orla de Macapá, cidade com a maior densidade demográfica do estado
Fonte: Magalhães (2021)





Mapa 32: DENSIDADE DEMOGRÁFICA DO ESTADO DO AMAPÁ

3.3 População Urbana e Rural

Observa-se que o estado do Amapá apresenta majoritariamente população urbana, com maiores concentrações nas cidades da região metropolitana de Macapá, que são: Macapá, Mazagão e Santana. As maiores populações rurais estão presentes nos municípios de Tartarugalzinho, Pracuúba e Pedra Branca do Amapari, conforme Mapa de População Urbana e Rural.

De acordo com o IBGE (2022), existe um conjunto de características que diferencia o que pode ser denominado rural e urbano no Brasil: os limites territoriais, o tamanho populacional, o patamar demográfico e/ou a natureza das atividades econômicas. Nesse contexto, o urbano é definido pela concentração populacional associada ao predomínio de atividades econômicas secundárias e terciárias.

Já o meio rural apresenta dispersão populacional e atividades econômicas direcionadas para o setor primário. A morfologia também é uma característica marcante nessa definição, pois as análises das formas expressas por edificações, loteamentos, arruamento e uso do solo denotam padrões morfológicos ligados ao urbano ou ao rural.

No Amapá, o crescimento populacional nas cidades se deu em virtude dos projetos desenvolvidos a partir da década de 1960, atraindo grande número de imigrantes, que se alocaram nas cidades próximas a essas instalações, fomentando o crescimento populacional e incidindo em uma taxa de 80 a 90% de sua população urbanizada no ano de 1991. De acordo com o *Macrodiagnóstico do Estado do Amapá* (IEPA, 1998), outro fator que interferiu na relação

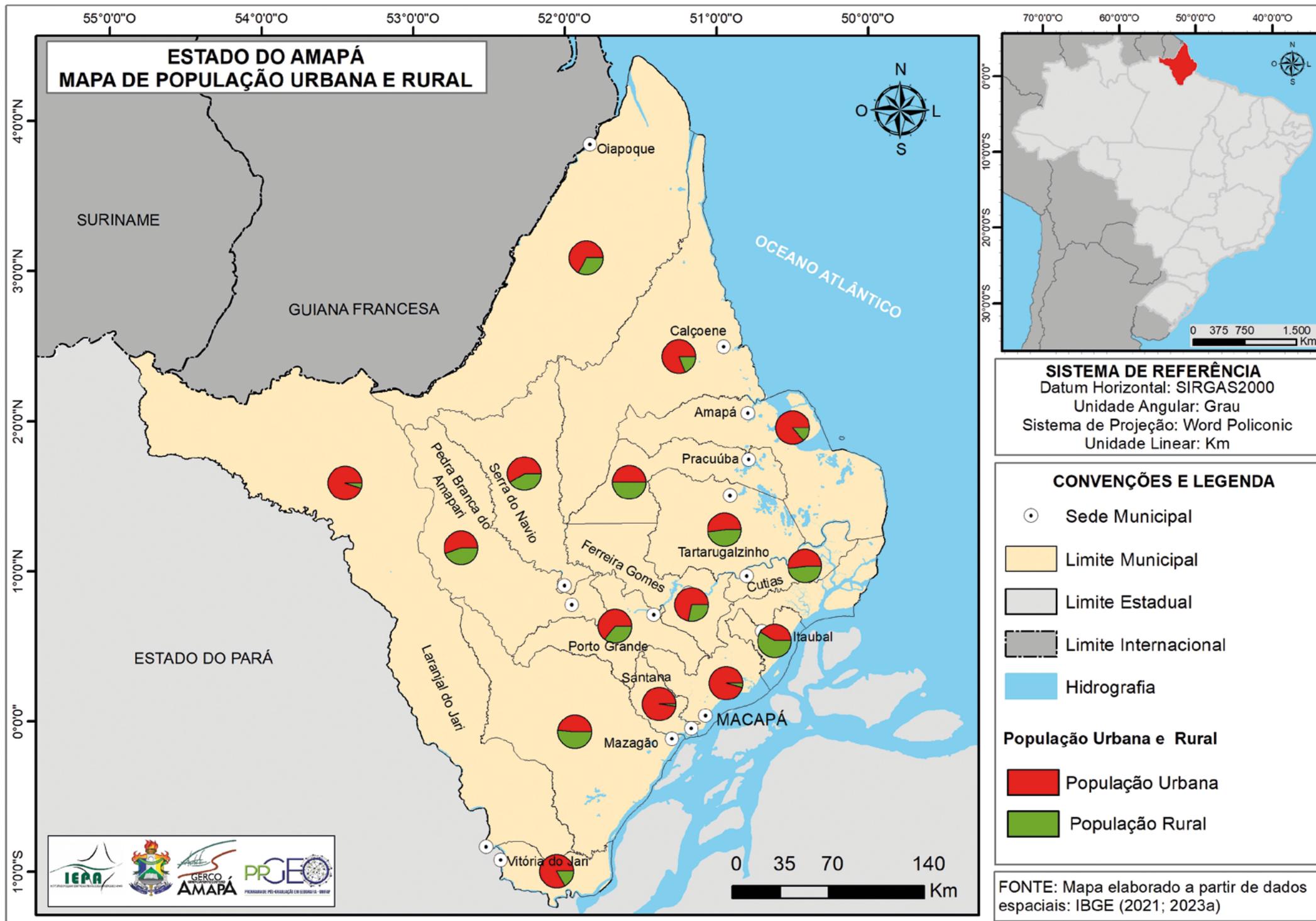
rural/urbana foi a criação de novos municípios, o que constituiu como urbanas as localidades que marcadamente se enquadravam como rurais. Em contrapartida, há uma incompatibilidade entre os serviços básicos oferecidos, como água, energia elétrica e coleta de lixo, e a demanda social apresentada.

A Figura 42 mostra a área de ocupação espontânea do Aturiá, na orla da cidade de Macapá, cuja população sofre com a falta de serviços básicos, como acesso à água e esgoto, além de habitar em área com elevada vulnerabilidade à erosão.



Figura 42: Ocupação espontânea na área do Aturiá, bairro do Araxá, Macapá

Fonte: Silva Junior (2024)



Mapa 33: POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO ESTADO DO AMAPÁ

3.4 Composição Étnico-Racial

O estado do Amapá apresenta diversidade étnico-racial, com grande parte de sua população miscigenada e com importantes grupos étnico-raciais, como mostrado no **Mapa 34: Composição Étnico-Racial do Estado do Amapá**. A maioria da população do estado é composta por negros, grupo que engloba tanto os que se autodeclaram como pretos, 11,8%, quanto os que se autodeclaram como pardos, 65,3% (IBGE, 2023b).

Há ainda parcelas da população que se autodeclaram branca (21,4%) e indígenas (1,5%). Uma parcela da população se autodeclara amarela (0,1%), correspondente ao grupo que engloba pessoas de origem oriental, como japoneses e chineses, por exemplo (IBGE, 2023b).

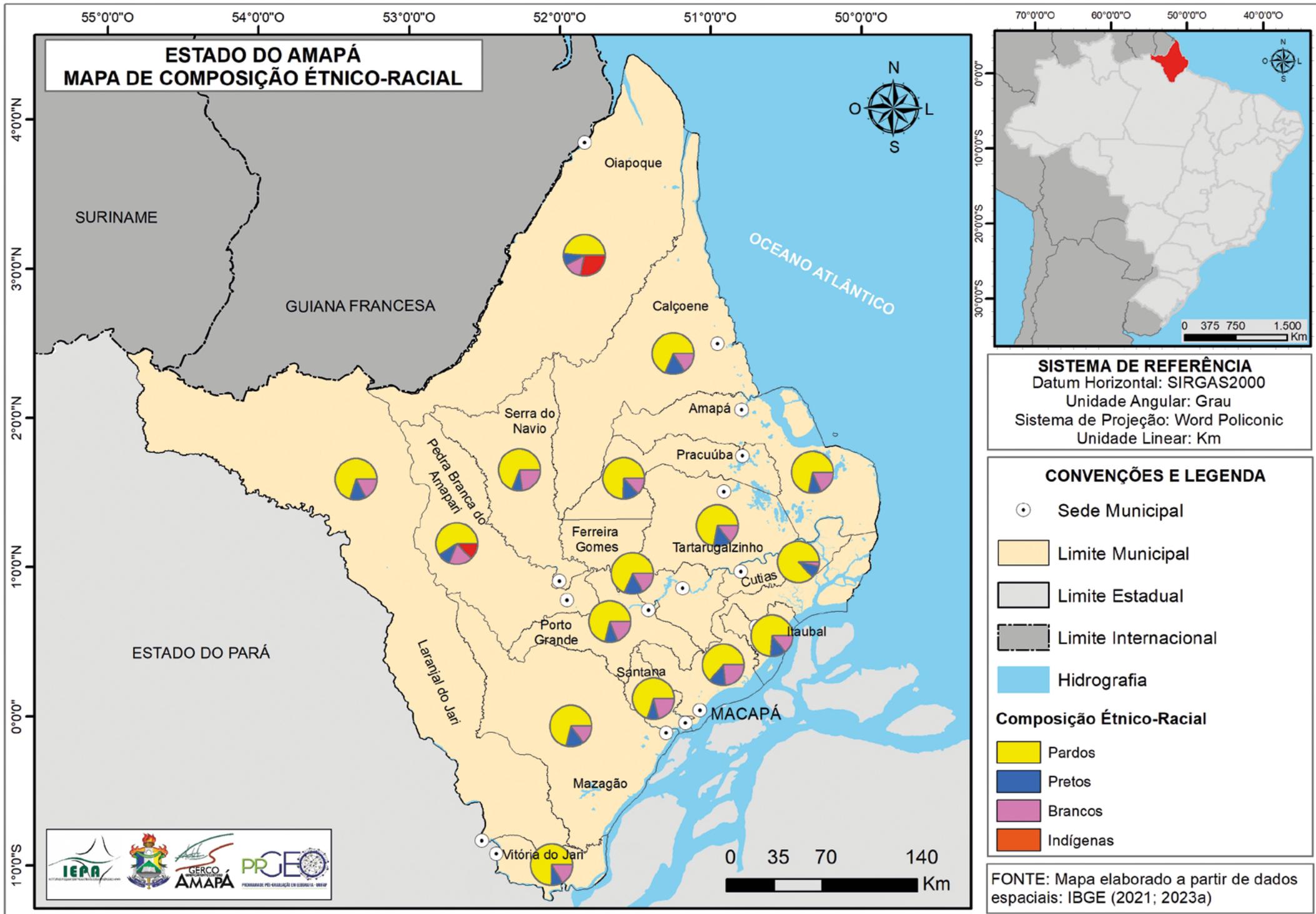
Os dados referentes à população indígena mostram que há no estado cerca de 11.334 pessoas que se autodeclaram indígenas. O município de Oiapoque concentra a maior população indígena, com 8.088 pessoas, seguido por Pedra Branca do Amapari, com 1.676. Do total de indígenas, 7.853 vivem em terras indígenas e 3.481, fora. Apenas o município de Cutias não registrou a presença de moradores indígenas.

Em 4 de fevereiro de 2024, foi inaugurado em Macapá um monumento (Figura 43) que homenageia a contribuição dos quatro povos formadores da população amapaense: negros, indígenas, caboclos e ribeirinhos. Quanto à composição da

população por gênero, dados do IBGE estimam que 50,6% da população do Amapá é formada por homens e 49,4%, por mulheres (IBGE, 2023b).



Figura 43: Monumento dos Povos, cidade de Macapá
Fonte: Silva Junior (2024)



Mapa 34: COMPOSIÇÃO ÉTNICO-RACIAL DO ESTADO DO AMAPÁ

3.5 Índice de Desenvolvimento Humano

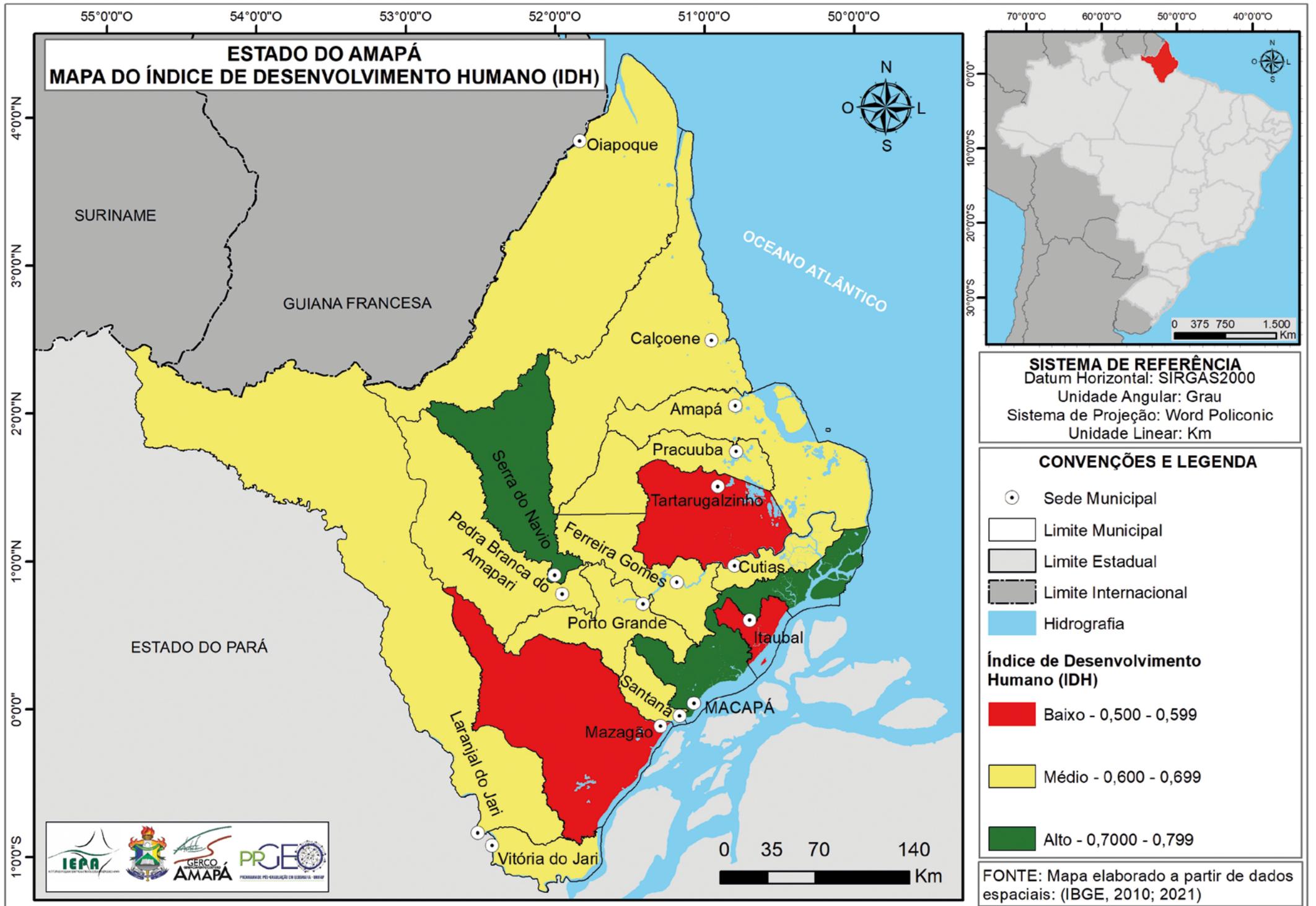
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o PIB *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998. O IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, embora amplie a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento.

O Índice de Desenvolvimento Humano varia de 0 até 1, sendo dividido em cinco categorias: IDH muito alto (0,800 – 1,000), IDH alto (0,700 – 0,799), IDH médio (0,600 – 0,699), IDH baixo (0,500 – 0,599) e IDH muito baixo (0,000 – 0,499).

De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, apresentados no **Mapa 35: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do Amapá**, Macapá foi o município com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no estado do Amapá, alcançando 0,733, considerado alto. Em contraste, Itaubal teve o menor IDH, com 0,576, classificado como baixo. Entre os municípios do estado, nenhum obteve um IDH muito alto, dois apresentaram IDH alto, 11 tiveram IDH médio, 3 apresentaram IDH baixo e nenhum teve IDH muito baixo.



Figura 44: Representação de um dia de lazer no Parque do Forte, Macapá
Fonte: Magalhães (2021)



Mapa 35: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DO ESTADO DO AMAPÁ

3.6 Produto Interno Bruto

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade no período de um ano.

No **Mapa 36: Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Amapá**, utilizou-se os dados coletados pelo IBGE em 2021. Naquele ano, o PIB do estado do Amapá foi de R\$ 20,1 bilhões, com uma taxa de crescimento de 5% em comparação com o ano de 2020, acompanhando as oscilações da média nacional. Ao considerarmos todas as unidades da federação, o estado do Amapá se manteve no 25º lugar, com participação de 0,2% na economia nacional em 2021. Entre os principais responsáveis pelo aumento do PIB no estado estão o setor da indústria de transformação de energia (Figura 45) (de 1,1% para 2,5%) e a construção civil (de 10,6% para 11%).

Em 2021, o PIB dos municípios do estado do Amapá apresentou resultados próximos aos dos anos anteriores. Os cinco maiores municípios no desempenho econômico são: Macapá (64,37%), Santana (12,50%), Laranjal do Jari (5,64%), Ferreira Gomes (2,88%) e Oiapoque (2,63%), que concentram 88,02%; e os cinco menores são: Pracuúba (0,42%), Itaubal (0,44%), Serra do Navio (0,46%), Cutias (0,47%) e Amapá (0,79%), totalizando 2,58%, com predominância das atividades do setor primário (lavoura e pecuária). No setor agropecuário, destaca-se o município de Cutias, com 24,4%. Quanto ao setor industrial, permanece Ferreira Gomes, com 76,8%, que nos últimos oito anos, se mantém em primeiro lugar com uma larga margem em relação ao segundo; no setor de serviços aparece o município de Oiapoque, com 90,7%; por fim, o município de Vitória do Jari se destacou na administração pública, com 75,5%.

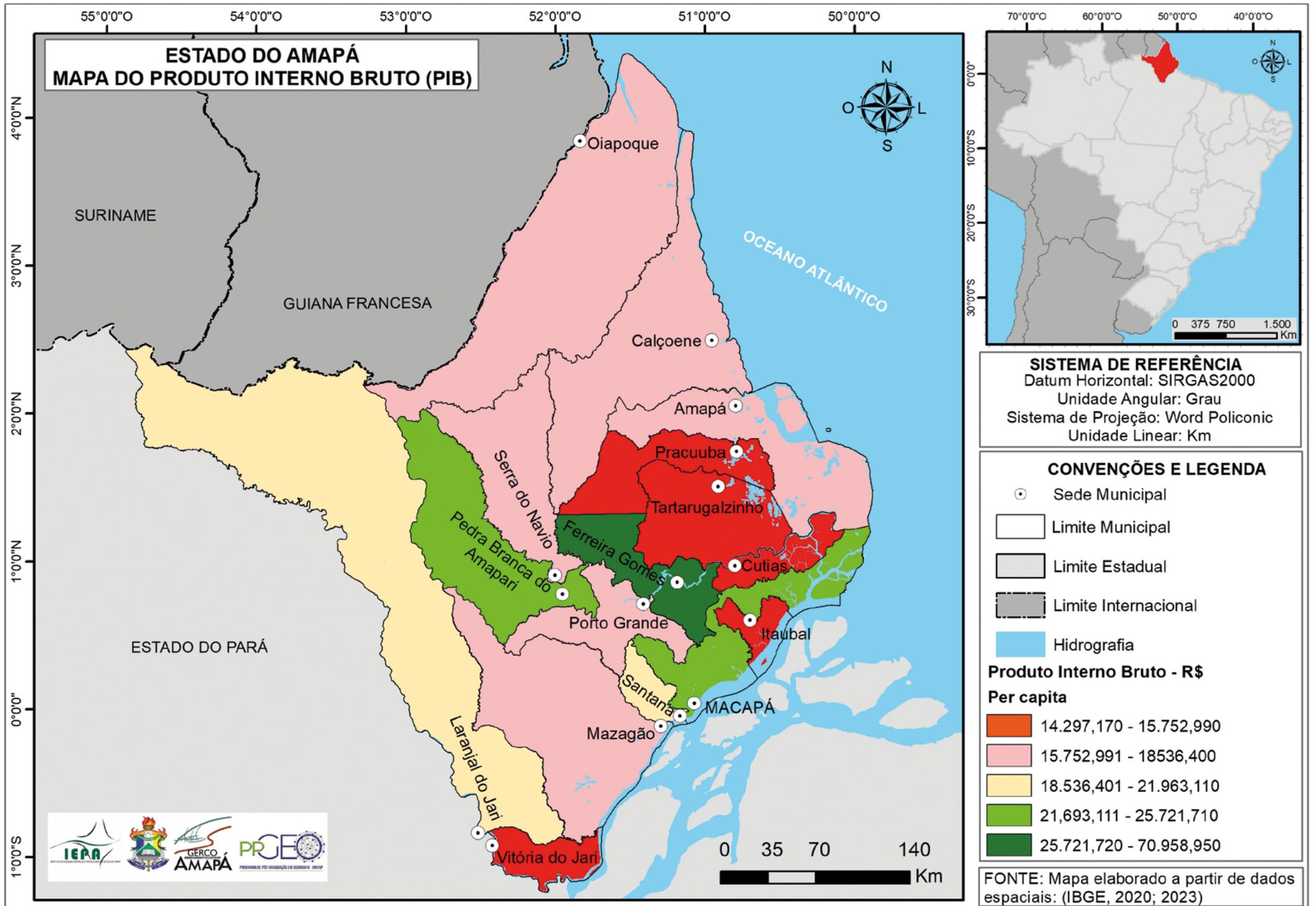
O município de Macapá foi o que apresentou o maior PIB, com o valor aproximado de R\$ 13 bilhões, seguido de Santana, com R\$ 2,5 bilhões; depois, Laranjal do Jari, com R\$ 1,1 bilhões; Ferreira Gomes, com R\$ 578 milhões; e Oiapoque, com R\$ 528 milhões. Todos os demais municípios apresentaram PIB inferior a R\$ 500 milhões. Somados, os PIBs das cidades de Macapá e Santana representam cerca de 70% do PIB estadual.

A elevada participação dessas cidades na composição do PIB estadual está diretamente relacionada à concentração populacional, visto que juntas, representam cerca de 75% da população amapaense, assim como à concentração de atividades econômicas.

É importante ressaltar a importância da participação de atividades de administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento público, defesa e seguridade social na composição do PIB estadual e dos municípios. Em quase todos os municípios, a administração pública representou de 41,9% a 77,4% do PIB.



Figura 45: Barramento da Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes
Fonte: Silva Junior (2024)



Mapa 36: PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO ESTADO DO AMAPÁ

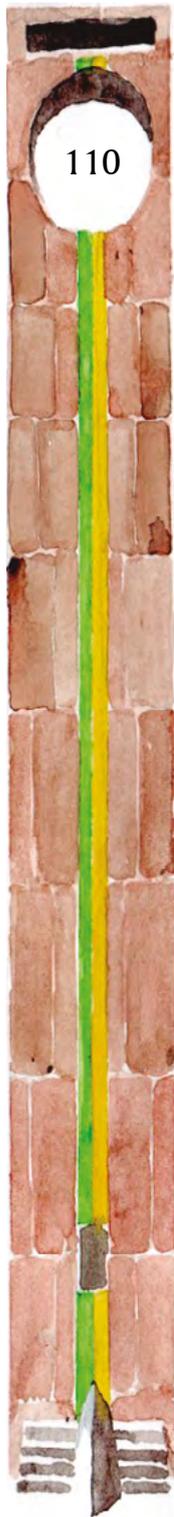


Figura 46: Mototáxi na rua – Macapá
Fonte: Magalhães (2021)

3.7 Redes de Transporte e Infraestrutura

O estado do Amapá tem uma rede rodoviária articulada principalmente por duas rodovias federais, a BR-210 e a BR-156, além de rodovias estaduais importantes, como AP-070, AP-010 e AP-340. Conforme o **Mapa 37: Redes de Transporte e Infraestrutura do Estado do Amapá**, a rodovia federal BR-210, conhecida como Perimetral Norte, inicia na cidade de Macapá e se estende até o município de Pedra Branca do Amapari. A referida rodovia surgiu com a intenção de conectar o Platô das Guianas, sendo fruto do discurso desenvolvimentista imperante no período do governo militar.

A BR-156 é o eixo rodoviário mais extenso do estado, possibilitando o acesso desde o município de Laranjal do Jari até o município de Oiapoque, interligando assim 11 dos 16 municípios do estado. Entre os municípios de Macapá e Porto Grande, as rodovias federais (BR-210 e BR-156) se unem; depois desse encontro, a BR-210 segue de Porto Grande para Pedra Branca do Amapari, enquanto a BR-156 segue para Ferreira Gomes e para os municípios ao norte do estado, até Oiapoque.

Entre as rodovias estaduais, destacam-se a AP-070 e a AP-340, conectando os municípios de Itauba e Cutias, constituindo o Eixo de Integração Leste, ligando Macapá ao distrito de São Joaquim do Pacuí.

O estado também possui estruturas férreas construídas no século passado. A Estrada de Ferro do Amapá (EFA) foi construída entre os anos de 1954 e 1957, com o intuito principal de

escoar o manganês explorado pela ICOMI no município de Serra do Navio até o atual município de Santana e, posteriormente, possibilitar o transporte de pessoas e mercadorias entre as cidades que estavam no perímetro férreo. Apesar da grande importância da ferrovia para o período, atualmente não há utilização da linha férrea no estado.

Outro modal de transportes que ajuda na integração interna e externa do estado do Amapá é o aéreo. O estado possui um aeroporto, com capacidade média mensal para 47.904 passageiros, capaz de operar até 97 voos diários. Somam-se a isso as inúmeras pistas de pouso distribuídas pelo território amapaense.

No Amapá, como em toda a Amazônia, os rios apresentam elevada importância socioeconômica. É por meio deles que inúmeras embarcações transportam mercadorias e pessoas, promovendo a circulação entre os vários municípios do estado e o restante da região. Na Figura 47, por exemplo, observa-se a concentração de barcos no Igarapé das Mulheres, em Macapá, um antigo e importante ponto de chegada de mercadorias e pescado.

A principal estrutura portuária amapaense está no município de Santana, localizado à margem esquerda do rio Amazonas, com dois terminais particulares e dois portos com capacidade para atender a embarcações de até 12 m de calado. Há ainda dois portos para embarcações de menor calado em Macapá, e outros nos demais municípios que pertencem à zona costeira do estado.

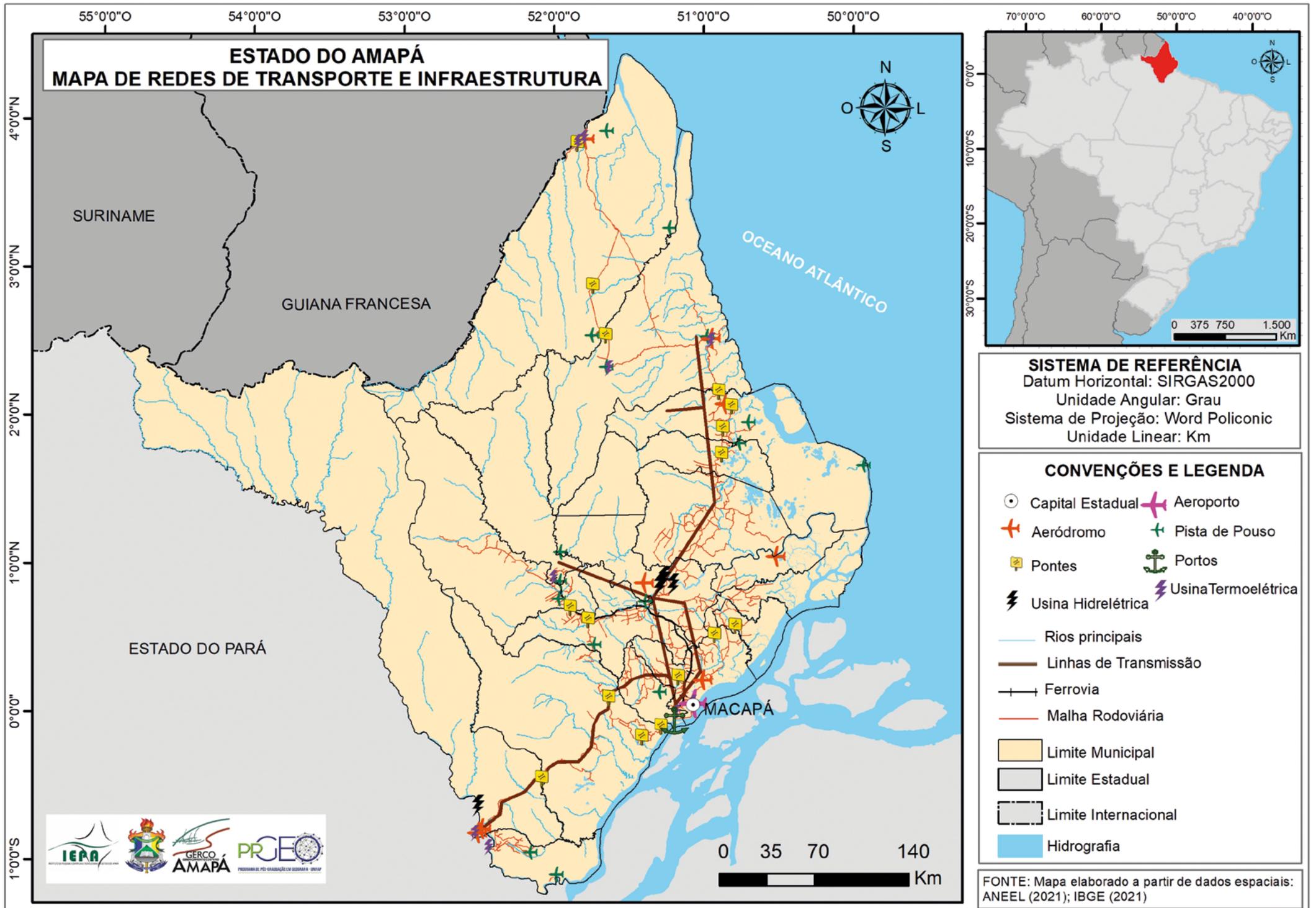


O Amapá é rico em recursos hídricos, possuindo tanto rios navegáveis como rios com quedas d'água, propícios para a geração de energia, como é o caso do rio Jari, que corre do oeste para o sul do estado, no qual se encontra instalada a Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari; e do rio Araguari, que tem sua nascente na Serra Lombarda, norte do estado, e drena para leste; nele se localizam três hidrelétricas: Cachoeira Caldeirão, Coaracy Nunes e Ferreira Gomes. As quatro usinas hidrelétricas estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), o que possibilita o envio e o recebimento de energia do Amapá para o restante do país.

Contudo, embora com todo esse potencial para o transporte aquaviário e para a geração de energia, os rios constituem um obstáculo à integração estadual por meio rodoviário, o que traz consigo a necessidade de construção de pontes. No passado, para chegar ao município de Mazagão, partindo de Santana, era necessário fazer a travessia sobre os rios Matapi e Vila Nova por meio de balsas, o que prolongava o deslocamento; atualmente, a viagem se dá de forma mais rápida devido às pontes que foram construídas sobre os dois rios. Outro exemplo da integração promovida pelas pontes é o caso da ponte Binacional, construída sobre o rio Oiapoque, que interliga o Amapá à Guiana Francesa, possibilitando maior dinamismo a áreas que antes só se integravam por meio de embarcações.



Figura 47: Concentração de barcos no Igarapé das Mulheres – Macapá
Fonte: Magalhães (2021)



Mapa 37: REDES DE TRANSPORTE E INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO AMAPÁ

3.8 Faixa de Fronteira

O termo fronteira se refere a uma região ou faixa de divisa entre países. No Brasil, a Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979, determina que são áreas indispensáveis à segurança nacional a faixa de fronteira delimitada entre a linha divisória terrestre do território nacional e a faixa paralela a essa linha, com largura de 150 km.

O Amapá faz fronteira com Suriname e Guiana Francesa (Figura 48). No **Mapa 38: Fronteira do Estado do Amapá**, observa-se que parte do território do Amapá é incluída na denominada faixa de fronteira brasileira, que abarca áreas dos municípios de Oiapoque, Calçoene, Amapá, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Ferreira Gomes e Pracuúba.



Figura 48: Placa dando boas-vindas a quem chega ao Brasil pela fronteira entre Brasil e Guiana Francesa

Fonte: Silva Junior (2020)

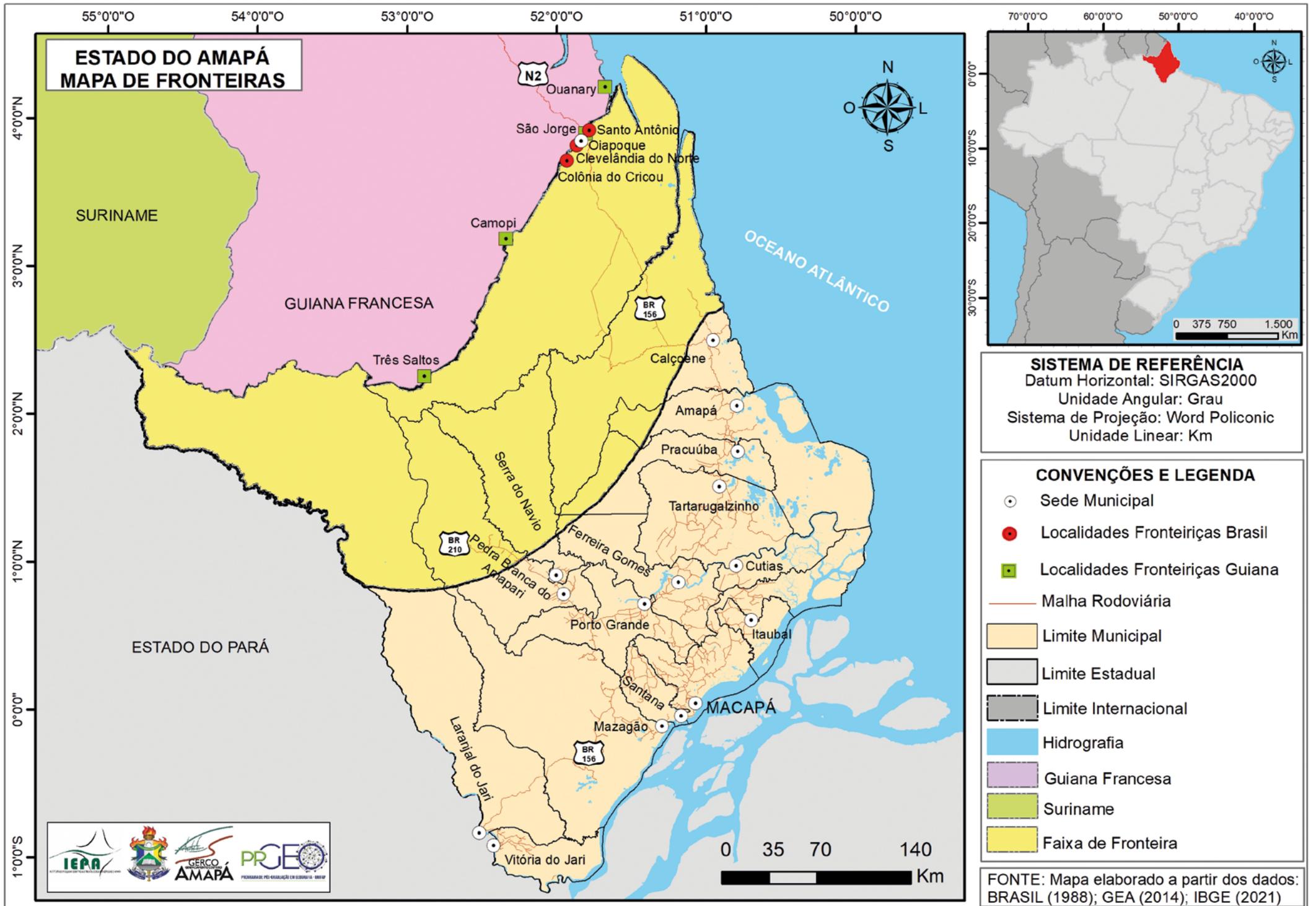
É importante destacar que historicamente a área fronteira franco-brasileira já foi alvo de disputa entre as duas nações. A área denominada de Contestado, no Mapa 4: Evolução dos Municípios (p. 15), derivou das constantes incursões francesas, que somente foram resolvidas após a celebração de acordo entre os países em 1900.

No decorrer do século XX, Brasil e França estreitaram as relações. Em 2019, foi inaugurada a ponte Binacional (Figura 49) entre o Brasil e a Guiana Francesa, no município de Oiapoque, com o objetivo de fomentar as trocas comerciais entre o Amapá e a Guiana Francesa e incentivar o desenvolvimento da região (Santos, 2021).



Figura 49: Ponte Binacional, rio Oiapoque, na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa

Fonte: Brito (2024)



Mapa 38: FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAPÁ

3.9 Ocorrências Minerais

Jazidas minerais são conceituadas como concentrações naturais de determinado minério, com um volume específico que pode ser extraído e aproveitado economicamente, podendo-se classificá-las como jazidas magmáticas, metamórficas, aluvionares, petrolíferas ou carboníferas. Para sua extração, podem-se usar diferentes métodos de lavra, a depender de sua localização no solo. Para jazidas próximas à superfície, o método é a lavra a céu aberto, enquanto para jazidas mais profundas, o método é a lavra subterrânea. Ambos os métodos possuem infraestrutura específica, que depende das condições geológicas do local a ser explorado (IEPA, 2008).

No **Mapa 39: Ocorrências de Minerais do Estado do Amapá**, verifica-se a presença de jazidas de manganês na Serra do Navio; de cromo, na região do médio curso do rio Vila Nova (Bacuri); de ouro, nas regiões do Lourenço e médio curso do rio Vila Nova (Vicente Sul e Santa Maria); e de caulim, na região do baixo curso do rio Jari (morro do Felipe) (Figura 50).

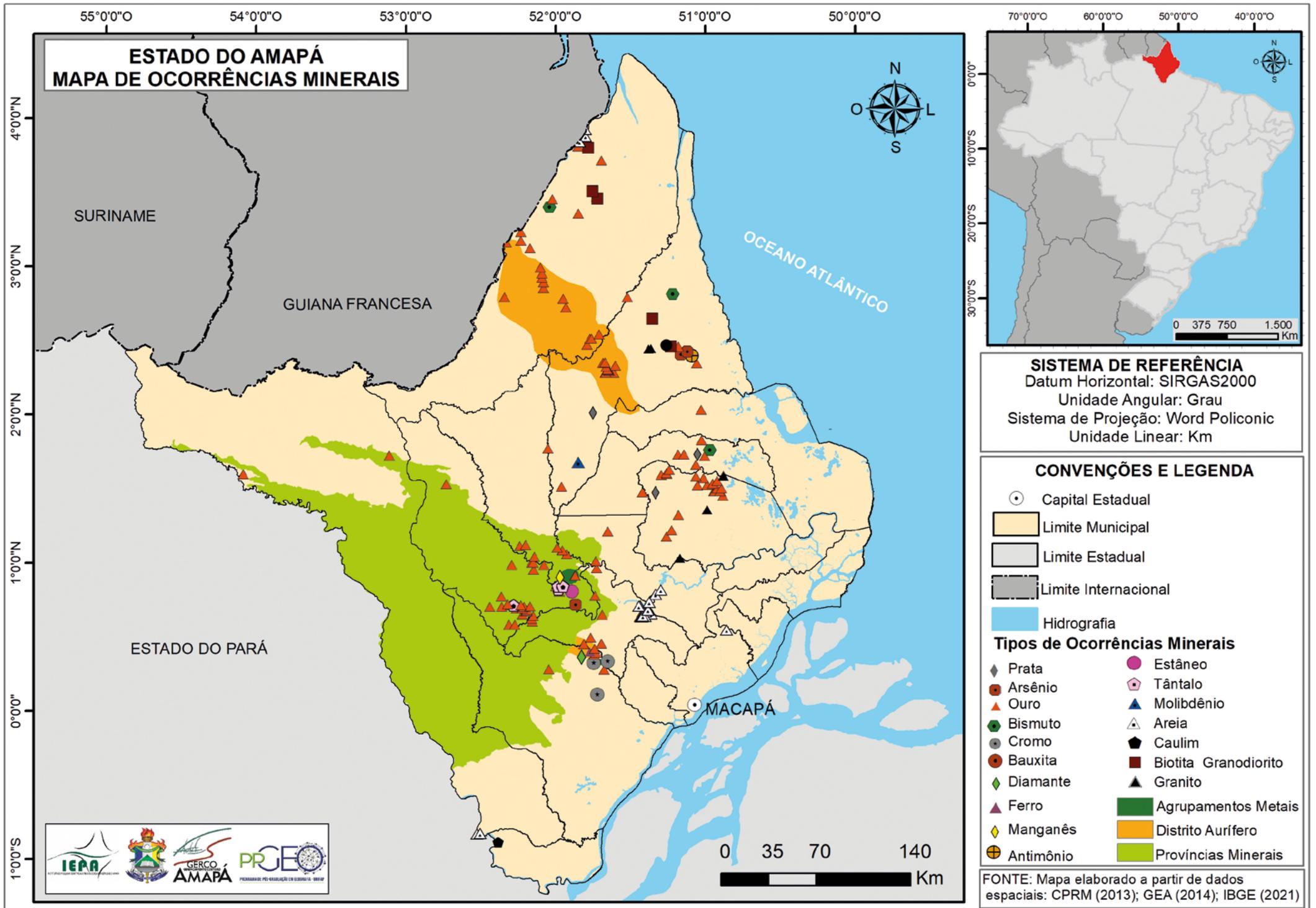
Também há outros depósitos minerais menos expressivos, como os de cromo, no Igarapé do Breu; de ferro, nas regiões do Tracajatuba, da serra das Coambas (serra do Cupixi), no alto curso do rio Cupixi e de Santa Maria, no médio curso do rio Vila Nova; e de bauxita, no sul do estado (serra do Acapuzal) e na região de Igarapé do Lago; isso sem perder de vista a existência de garimpos de ouro, de cassiterita e de tantalita-columbita espalhados por vários sítios do estado, enquadrados neste trabalho como ocorrências minerais (IEPA, 2008).

Até 2014, a exploração de minerais no Amapá se constituía na principal pauta de exportação, com as principais jazidas localizadas no município de Pedra Branca do Amapari, explorando-se principalmente ferro (Fe) e ouro (Au). Após a queda do porto da empresa Zamin, em Santana, houve um decréscimo na extração. No entanto, nos últimos anos, observa-se uma retomada dessa produção. Importante também destacar a exploração de minerais classe II, como areia e seixo, com principais ocorrências em Porto Grande, Laranjal do Jari e Oiapoque (Seplan, 2023).

Quanto aos hidrocarbonetos, há estudos em desenvolvimento para prospecção de petróleo e gás na costa do Amapá. Na Figura 51, observa-se o tanque de armazenamento de combustível na cidade de Santana.



Figura 50: Exploração de caulim em Vitória do Jari
Fonte: Silva Junior (2023)



Mapa 39: OCORRÊNCIAS DE MINERAIS DO ESTADO DO AMAPÁ



Figura 51: Instalações industriais no Ramal do Elesbão – Santana
Fonte: Magalhães (2021)

3.10 Atrações Turísticas

O Amapá apresenta potencial turístico, sendo a única capital do Brasil banhada pelo rio Amazonas e um conjunto de atrativos. O estado se encontra regionalizado turisticamente em cinco regiões, como mostrado no **Mapa 40: Atrações Turísticas do Estado do Amapá**.

Polo Castanhais: composto por Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. Apresenta vários atrativos no rio Jari, como a Cachoeira de Santo Antônio, com diversas quedas d'água e praias fluviais. Em seu entorno, é possível contemplar a flora amazônica. No município de Mazagão, é possível visitar as construções históricas de Mazagão Velho (Santos, 2023).

Polo Meio do Mundo: constituído por Macapá e seus distritos. A capital amapaense é banhada pelo rio Amazonas, o que lhe confere uma paisagem única, onde é possível desfrutar da gastronomia local e admirar a paisagem na orla macapaense ou na praia da Fazendinha. Outro atrativo é o monumento do Marco Zero do Equador, que marca a linha imaginária que divide o mundo em Norte e Sul. Há, ainda, o Bioparque da Amazônia, que possibilita conhecer um pouco da fauna e flora local. Com monumentos históricos, Macapá apresenta, ainda, a Fortaleza de São José de Macapá, que é a maior e mais bem preservada fortificação da América do Sul (Santos, 2023).

Polo Tumucumaque: inclui os municípios de Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio. O município de Santana é o segundo maior em população, com 107.618 habitantes (IBGE, 2023b) e sua história é ligada diretamente à cidade de Macapá, apresentando como principais atrativos turísticos seus rios e florestas, com destaque para a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Revecom, uma unidade de conservação de domínio privado, que é aberta à visitação e onde é possível conhecer um pouco da biodiversidade amazônica. Banhado pelo rio Amapari e seus igarapés, o município de Serra do Navio possui como atrativos a lagoa Azul e a Mina F12, que é muito usada para *camping* (Almeida, 2022).

Polo Extremo Norte: congrega os municípios de Pracuúba, Amapá, Calçoene e Oiapoque. Poucos conseguiram rodar o país de ponta a ponta, mas quem esteve em um extremo do Brasil, ou no outro, dependendo do ponto de vista, teve o privilégio de conhecer a Amazônia e a fronteira do país com a Guiana Francesa. O município de Oiapoque tem vários atrativos naturais. Dos vários programas que oferece, destacam-se o passeio pelo rio Oiapoque, com suas cachoeiras (destaque para a *Grand Roche*), balneários e densa vegetação, além do vale do rio Uaçá, no qual se localizam as principais comunidades indígenas. Em Calçoene é possível visitar a Praia do Goiabal e os sítios arqueológicos de megalíticos (Figura 52) (Santos, 2023).





Polo Pororoca: compreende os municípios de Ferreira Gomes, Cutias, Tartarugalzinho e Itauba. A região recebeu esse nome, pois nela havia o encontro das águas do rio Araguari com o oceano Atlântico e acontecia o fenômeno da pororoca, que atraía a atenção dos surfistas para a onda mais longa do mundo. Contudo, mudanças recentes na dinâmica fluvial desse polo fizeram com que a maior pororoca que existia no rio Araguari não ocorresse

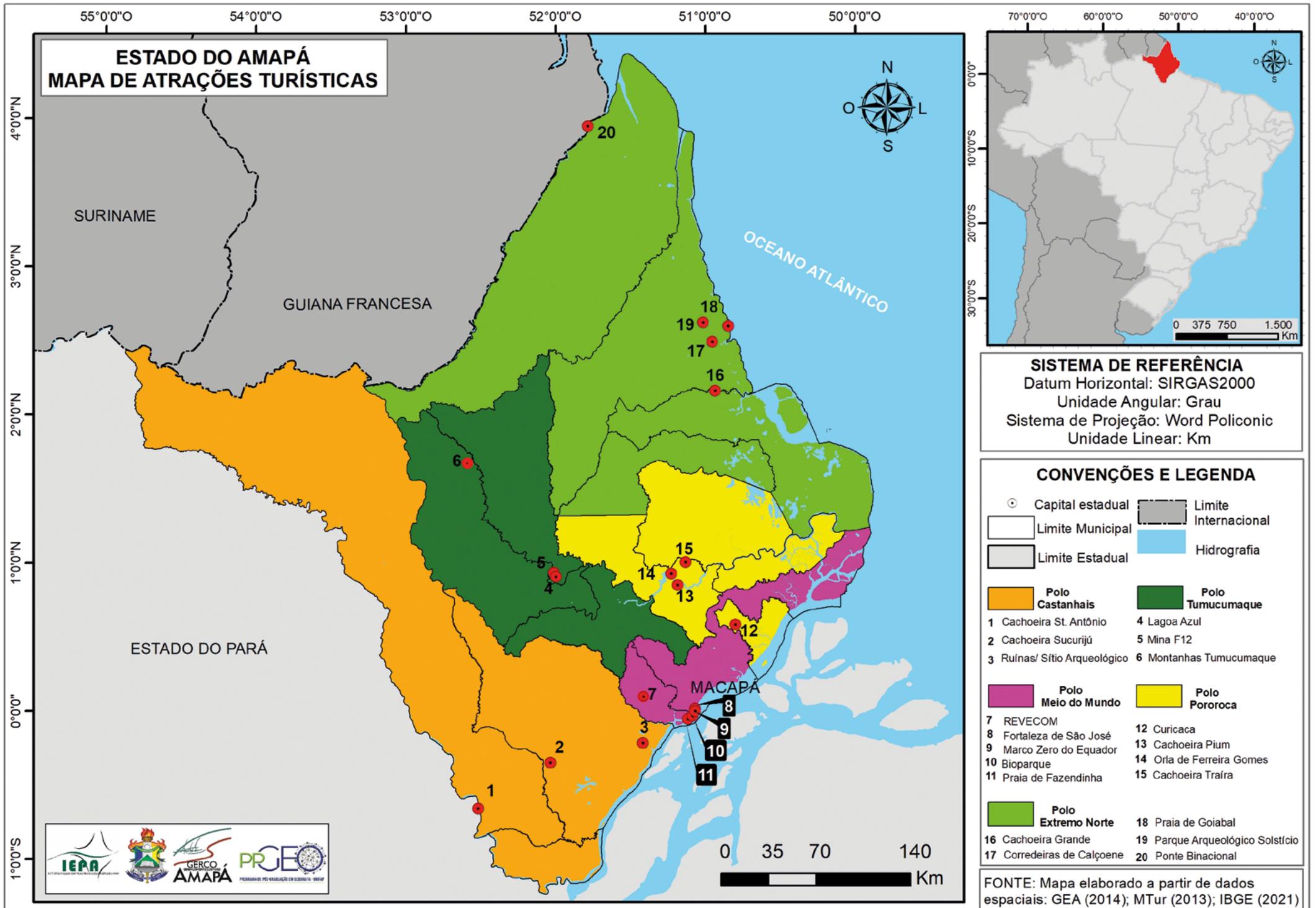
mais, porém o fenômeno ainda pode ser contemplado a jusante de outros rios da Amazônia e do litoral amapaense. Ainda assim, o rio Araguari, com suas corredeiras, mantém seu papel relevante para o turismo, fomentando a consolidação de hotéis voltados ao ecoturismo na área. Nesse polo, também se destacam cachoeiras (Figura 53), igarapés e balneários em Itauba, em especial os localizados na Vila do Curicaca (Santos, 2023).



Figura 52: Parque Arqueológico do Solstício – Calçoene
Fonte: Baia (2021)



Figura 53: Cachoeira do Pium – Ferreira Gomes
Fonte: Silva Junior (2021)



Mapa 40: ATRAÇÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO AMAPÁ



Figura 54: Curiaú
Fonte: Magalhães (2021)

4.1 Unidades de Conservação

O Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006 (Brasil, 2006), que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, inclui no rol de áreas protegidas as UCs, as terras indígenas e os territórios quilombolas. Porém, neste *Atlas*, para melhor visualização, optou-se por trazer um mapa exclusivo para UC; as demais áreas protegidas (terras indígenas e quilombos) foram representadas em outro mapa.

As UCs são espaços territorialmente protegidos nos quais existem recursos naturais relevantes que necessitam de adequada proteção. As UCs podem ser de duas naturezas, a saber: Unidades de Proteção Integral, que têm a finalidade de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e as Unidades de Uso Sustentável, nas quais há compatibilidade entre conservação da natureza e uso sustentável dos recursos naturais (Brasil, 2000).

O estado do Amapá tem (até o presente ano, 2024), vinte e uma UCs, sendo oito Unidades de Proteção Integral e treze Unidades de Uso Sustentável (Brasil, 2024; SEMA/AP, 2024), como é mostrado no **Mapa 41: Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. São elas:

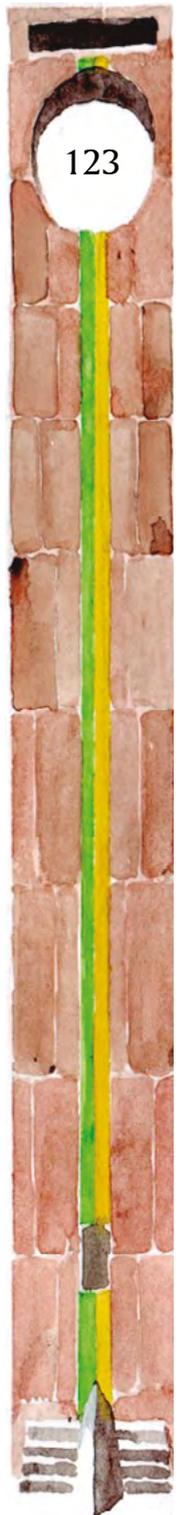
Estação Ecológica (Esec): tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. No estado do Amapá, há duas unidades nessa categoria: Esec do Jari e Esec do Maracá-Jipioca. A área da Esec do Jari se prolonga ao estado do Pará.

Parques Nacionais (Parna) e Parques Municipais (Parmu): têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais

de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Como representantes dessa categoria, há os Parna do Cabo Orange (Figura 55) e Montanhas do Tumucumaque. No município de Serra do Navio fica localizado o Parmu do Cancão.



Figura 55: Imagem de satélite do Parque Nacional do Cabo Orange, extremo norte do Amapá – Oiapoque
Fonte: Sistema LANDSAT - NASA/USGS (2024)



Reserva Biológica (Rebio): tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. No Amapá essa categoria é representada pelas Rebios do Lago Piratuba (federal), Parazinho (estadual) e Ninhal (municipal).

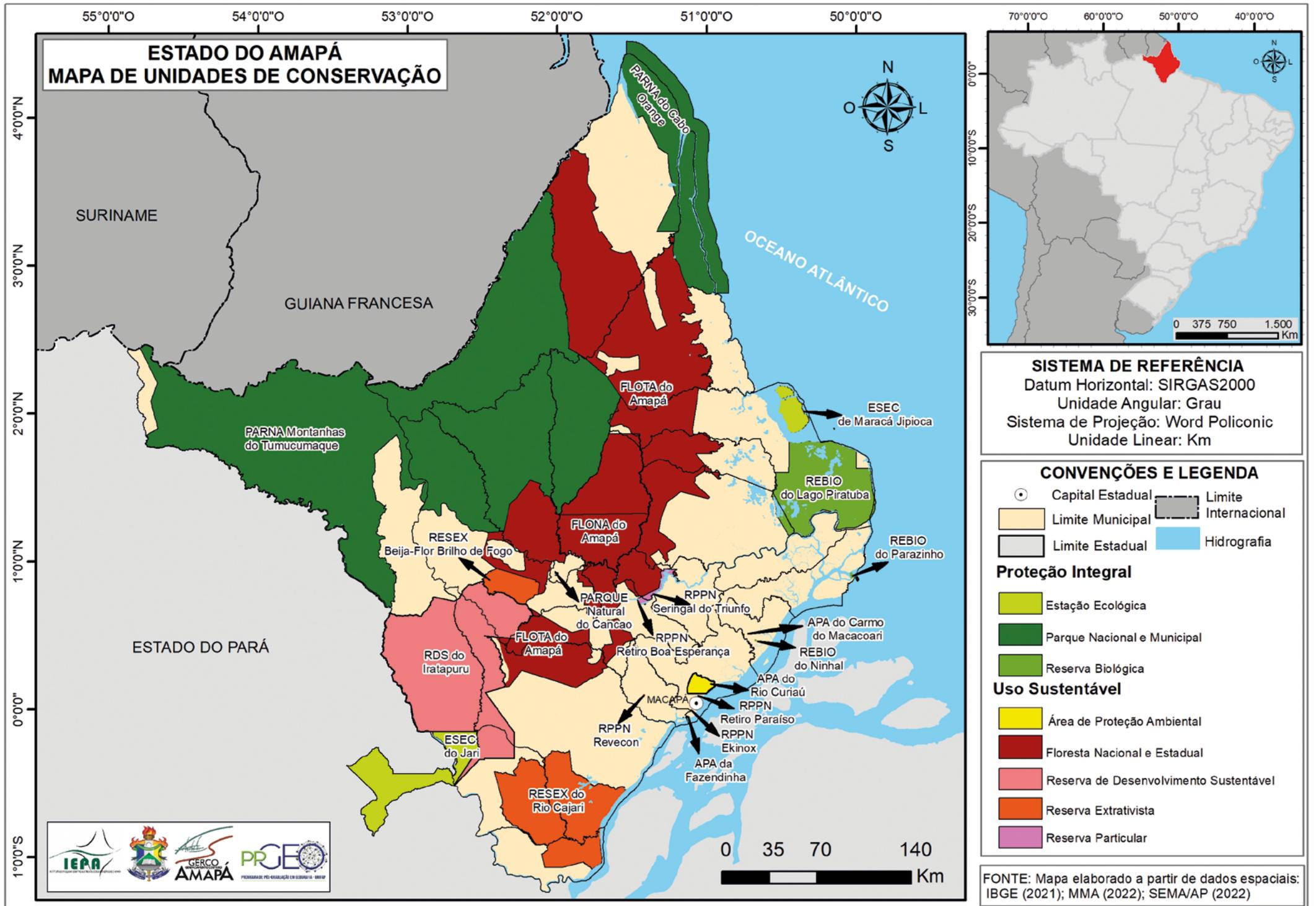
Área de Proteção Ambiental (APA): é uma área, em geral, extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. No município de Macapá, na periferia da área urbana, ficam localizadas as APAs do Rio Curiaú e da Fazendinha, e no município de Itauba, a APA do Carmo do Macacoari.

Floresta Nacional (Flona) e Floresta Estadual (Flota): são áreas com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e têm como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. A Flona do Amapá e a Flota do Amapá são representantes dessa categoria no estado.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS): tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvidas por essas populações. A RDS do Iratapuru, localizada no sul do estado, faz parte dessa categoria.

Reserva Extrativista (Resex): é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência se baseia no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. A Resex do Rio Jari e a Resex Beija-Flor Brilho de Fogo representam essa categoria no estado.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPNs): é uma área privada cujo objetivo é conservar a diversidade biológica. As RPPN Ekinox, Revecom, Seringal do Triunfo, Retiro Paraíso e Retiro Boa Esperança fazem parte dessa categoria.



Mapa 41: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ



4.2 Áreas Especiais

As áreas especiais do Amapá são territórios destinados a usos específicos de determinados grupos humanos, como terras indígenas, territórios quilombolas e assentamentos de reforma agrária (Lomba; Schweitzer; Porto, 2020).

A definição de terras tradicionalmente ocupadas pelas populações indígenas se encontra no parágrafo 1º do artigo 231 da CRFB (Brasil, 1988): são aquelas “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. O artigo 20 da CRFB, estabelece que essas terras são bens da União, sendo reconhecidos aos indígenas a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

O estado do Amapá possui cinco áreas indígenas: Uaçá, Jumina e Galibi, no extremo norte do Estado; e no extremo oeste estão as terras indígenas Waiãpi e Parque Indígena do Tumucumaque. Este último tem a maior parte de sua área no Pará (Sanches, 2020).

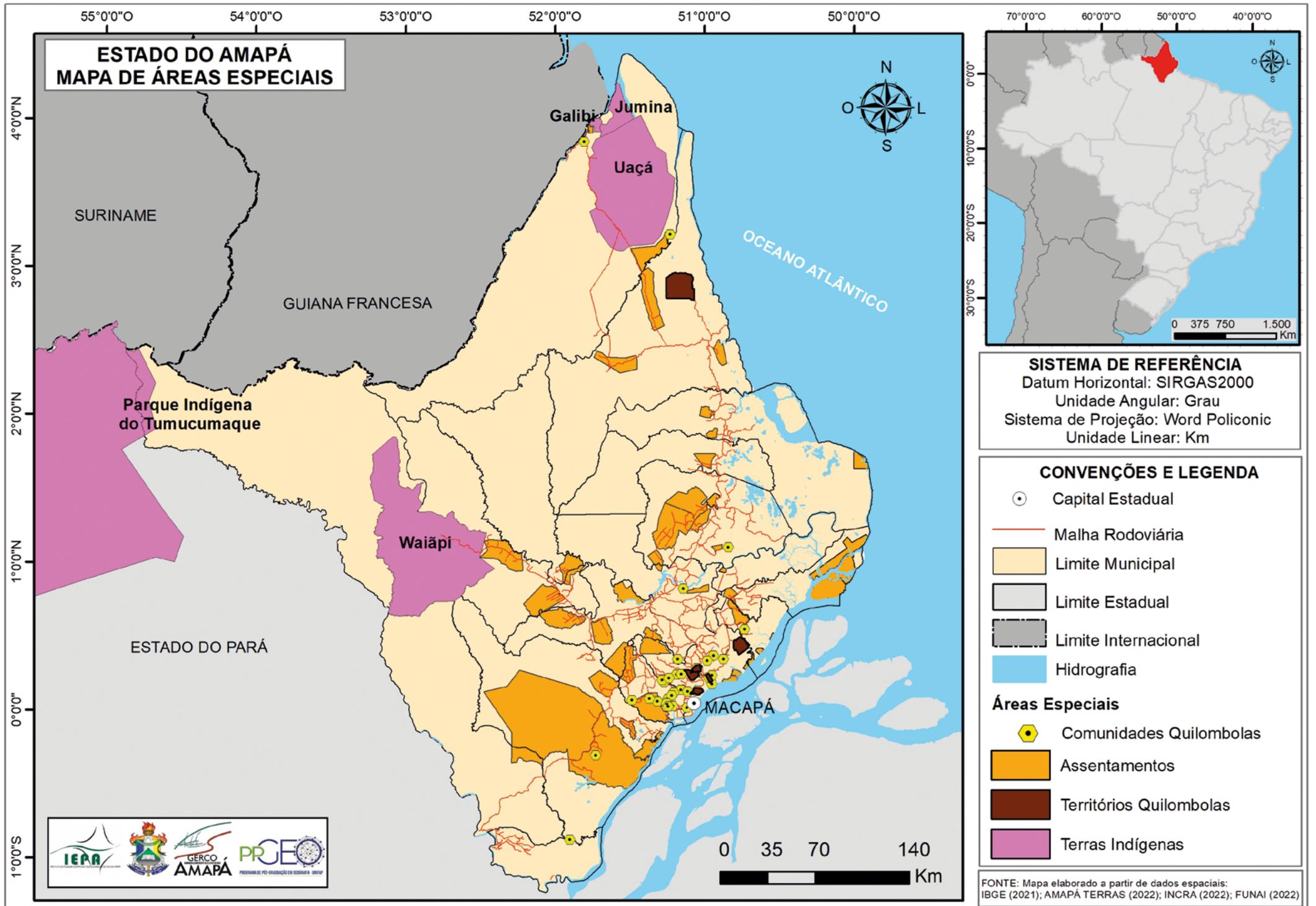
A origem dos territórios quilombolas remonta ao século XVIII, quando se formaram as primeiras aglomerações de escravizados fugidos no Brasil. Na CRFB/1988, os territórios quilombolas foram conceituados como patrimônio cultural brasileiro. Apenas em 2003, com o Decreto Federal n. 4.887,

de 20 de novembro de 2003, houve uma definição mais formal na qual se consideram como quilombolas os remanescentes das comunidades e grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Segundo a Fundação Palmares (2016), existem quarenta territórios quilombolas no Amapá, sendo quatro territórios remanescentes de comunidades quilombolas (TRCQ): Curiaú, Mel da Pedreira, Conceição do Macacoari e São Raimundo do Pirativa; e trinta e seis comunidades remanescentes de quilombolas (CRQ).

No estado, há inúmeros processos que buscam o reconhecimento de outros territórios quilombolas. Contudo, no **Mapa 42: Áreas Especiais do Estado do Amapá**, foram consideradas as áreas que já foram oficialmente reconhecidas, bem como as áreas em processo de reconhecimento.

O assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas instalado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família beneficiada deve residir e explorar o lote com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas. Até o ano de 2024, existiam quarenta e três assentamentos federais; destes, há dez unidades no estado do Amapá.



Mapa 42: ÁREAS ESPECIAIS DO ESTADO DO AMAPÁ



Figura 56: Ensino de Geografia
Fonte: Magalhães (2022)

5.1 Metodologia de elaboração do Atlas

A Cartografia é uma ferramenta que auxilia na elaboração de mapas, cartas, plantas, maquetes e na produção de atlas geográficos. Os mapas elaborados neste *Atlas* são classificados como políticos, físicos e temáticos; eles têm a finalidade de representar fenômenos a partir de um tema específico no espaço geográfico.

Os temas selecionados para representar foram agrupados em quatro assuntos principais: 1) mapas políticos e divisões regionais; 2) mapas de regiões naturais; 3) mapas socioeconômicos; e 4) mapas de áreas protegidas e especiais. O espaço geográfico possui diferentes escalas espaciais, um fenômeno pode ser estudado na escala local, estadual, regional, nacional e mundial. A escala geográfica adotada foi a escala estadual – o estado do Amapá.

As técnicas de análise espacial empregadas incluem o processamento de dados *raster* e vetorial provenientes do IBGE e USGS. Os respectivos dados foram processados em plataformas computacionais de SIGs (Sistemas de Informação Geográfica), como o QGIS e *Google Earth Engine*, permitindo a integração das camadas temáticas e modelagem espacial.

Os mapas políticos e divisões regionais foram elaborados a partir da base de dados espaciais do IBGE (2017), na escala de 1:3.500.000.

Os mapas de regiões naturais foram elaborados a partir da base de dados espaciais do IBGE (2012), dados de desflorestamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

(Inpe, 2019) e bacias hidrográficas com base nos dados espaciais da ANA (ANA; IBGE, 2021).

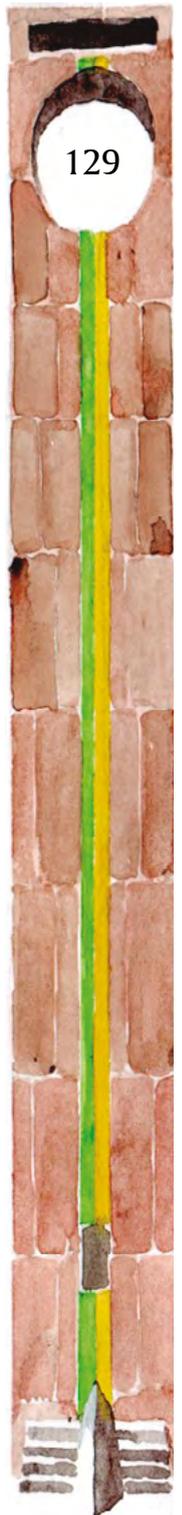
O mapa de bacias hidrográficas foi elaborado na escala 1:3.700.000 para serem representadas as bacias que adentram no território da Guiana Francesa (rio Oiapoque) e no estado do Pará (rio Jari). A sequência de textos e mapas dessa seção foi organizada de forma a mostrar a interdependência dos elementos que a compõem.

Dessa forma, o mapa geológico e o climático precedem o mapa geomorfológico para indicar que o processo de formação e a dinâmica do relevo se relacionam diretamente à interação entre a geologia e o clima do lugar.

Os mapas socioeconômicos foram elaborados utilizando a base de dados espaciais do IBGE (2021) e do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023b).

Este *Atlas* utiliza bases de dados geoespaciais provenientes do IBGE, Ministério do Meio Ambiente e outras fontes governamentais oficiais. Os mapas foram elaborados a partir de dados vetoriais e *raster*, nos formatos *shapefile* (.shp) e *GeoTIFF* (.tif), compatíveis com os principais sistemas de informação geográfica (SIGs). As projeções cartográficas utilizadas seguem o padrão SIRGAS 2000 (Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas 2000), que entrou em operação no ano de 2005 e garante maior precisão posicional nas representações.

Por questão de escala e convenção, os mapas foram construídos nas dimensões de papel 210 x 297 mm, não sendo possível verificar a complexidade de alguns temas. Em função





disso, algumas cores foram adequadas para tornar o mapa mais visível. A elaboração dos mapas segue as diretrizes da Cartografia Temática, conforme a norma do IBGE (1985). A escolha de cores e símbolos foi baseada na semiologia gráfica, garantindo inteligibilidade e padronização. Para mapas topográficos e temáticos, foi estabelecida a classificação de cores estabelecida pelo USGS (*United States Geological Survey*), que é o provedor de imagens do sistema LANDSAT de Sensoriamento Remoto.

Os mapas do meio físico (geologia, geomorfologia, solos e vegetação), inicialmente, não previam trazer o limite dos municípios, porém, na intervenção com os discentes da especialização em Ensino da Geografia, foi solicitada a inclusão dos limites municipais, para que, em cada um desses temas, os alunos dos diferentes municípios do estado pudessem localizar quais classes temáticas estão presentes em sua unidade territorial.

Na Figura 57, são mostrados alguns insumos usados para a confecção de parte dos mapas presentes neste *Atlas*. Em sentido horário: hidrografia, relevo, imagens de satélite e rodovias.

Ainda em relação à metodologia de elaboração do *Atlas*, ocorreu uma avaliação preliminar do material, realizada a partir de uma intervenção no curso de especialização em Ensino de Geografia da Universidade Federal do Amapá, quando o material foi apresentado a 32 professores da educação básica, estudantes do curso, que puderam registrar suas considerações sobre o *Atlas* a partir do diálogo e por meio de respostas a um questionário on-line do *Google Forms* (Silva, 2023).

Ao avaliar o *Atlas*, os docentes da rede básica de ensino levaram em consideração três critérios: o aspecto visual geral

(se o mapa era agradável visualmente ou não); as informações apresentadas na legenda (se estavam de fácil entendimento, intuitivas ou não); e o volume de informações (se o mapa apresentava muitas ou poucas informações sobre a temática) (Silva, 2023). Após a rodada teste, foram feitos os ajustes sugeridos pelos docentes e o material foi encaminhado para revisores de várias instituições do Amapá e de outros estados do Brasil, para fazer uma avaliação técnica dos mapas por áreas. Após concluídas todas as revisões, o material foi enviado para publicação e divulgação (Silva, 2023).

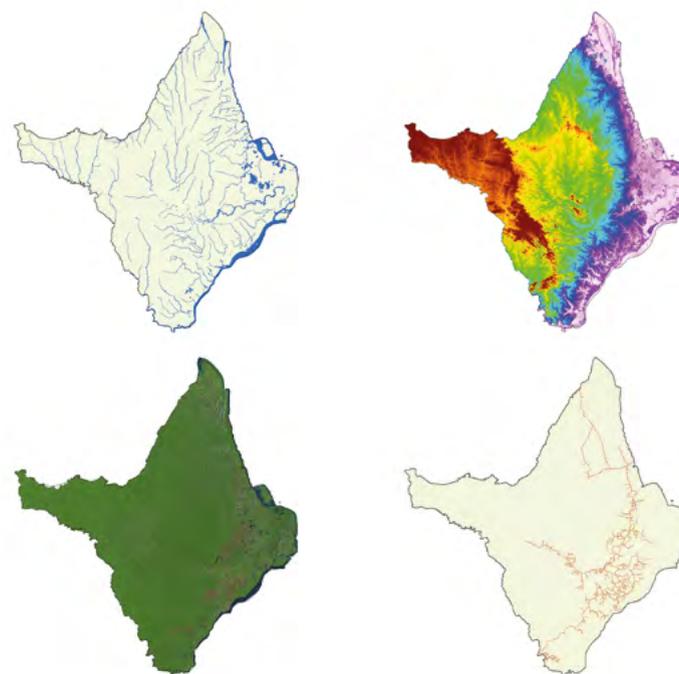


Figura 57: Dados e insumos para a confecção de alguns mapas presentes neste *Atlas*. Em sentido horário: hidrografia, relevo, rodovias e imagens de satélite.

Fonte: Silva Junior (2021)



6 Mapas para exercícios



Acesso ao encarte

Figura 58: Escola Ribeirinha
Fonte: Magalhães (2022)



Figura 59: Praça da Bandeira, Avenida FAB, Macapá
Fonte: Magalhães (2021)



ESTADO DO AMAPÁ
Área: 142.470,762 km²
População (2022): 733.759 hab.
Data de criação do município: 5/10/1988
Região do Brasil: Norte



134



AMAPÁ

Área: 8.454,847 km²

População (2022): 7.943 hab.

Data de criação do município: 22/10/1901

Região intermediária: Oiapoque-Porto Grande



CALÇOENE

Área: 14.117,297 km²

População (2022): 10.612 hab.

Data de criação do município: 22/12/1956

Região intermediária: Oiapoque-Porto Grande



CUTIAS

Área: 2.179,114 km²

População (2022): 4.461 hab.

Data de criação do município: 1/05/1992

Região intermediária: Oiapoque-Porto Grande



FERREIRA GOMES

Área: 4.973,855 km²

População (2022): 6.666 hab.

Data de criação do município: 17/12/1987

Região intermediária: Oiapoque-Porto Grande



ITAUBAL

Área: 1.622,867 km²

População (2022): 5.599 hab.

Data de criação do município: 31/08/1981

Região intermediária: Macapá



LARANJAL DO JARI

Área: 30.782,998 km²

População (2022): 35.114 hab.

Data de criação do município: 17/12/1987

Região intermediária: Macapá



MACAPÁ

Área: 6.563,849 km²

População (2022): 442.933 hab.

Data de criação do município: 4/02/1758

Região intermediária: Macapá



MAZAGÃO

Área: 13.294,778 km²

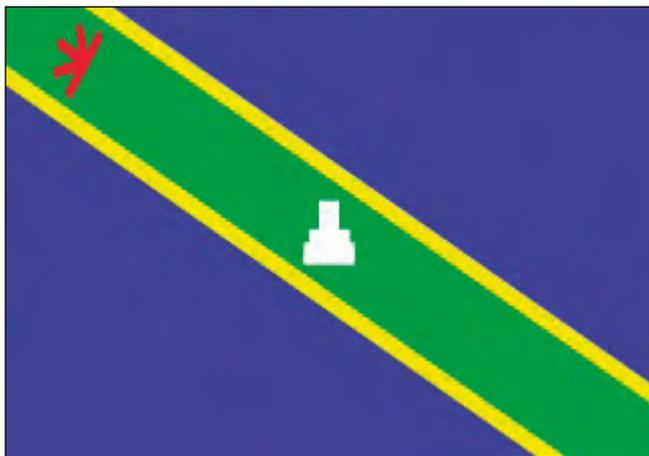
População (2022): 21.924 hab.

Data de criação do município: 23/01/1890

Região intermediária: Macapá



136



OIAIPOQUE

Área: 23.034,392 km²

População (2022): 27.482 hab.

Data de criação do município: 23/05/1945

Região intermediária: Oiaipoque-Porto Grande



PORTO GRANDE

Área: 4.428,013 km²

População (2022): 17.848 hab.

Data de criação do município: 1/05/1992

Região intermediária: Oiaipoque-Porto Grande



PEDRA BRANCA DO AMAPARI

Área: 9.622,29 km²

População (2022): 12.847 hab.

Data de criação do município: 1/05/1992

Região intermediária: Oiaipoque-Porto Grande



PRACUÚBA

Área: 4.948,508 km²

População (2022): 3.803 hab.

Data de criação do município: 01/05/1992

Região intermediária: Oiaipoque-Porto Grande



SANTANA

Área: 1.541,224 km²
População (2022): 107.618 hab.
Data de criação do município: 17/12/1987
Região intermediária: Macapá



SERRA DO NAVIO

Área: 7.713,046 km²
População (2022): 4.673 hab.
Data de criação do município: 1/05/1992
Região intermediária: Norte do Amapá



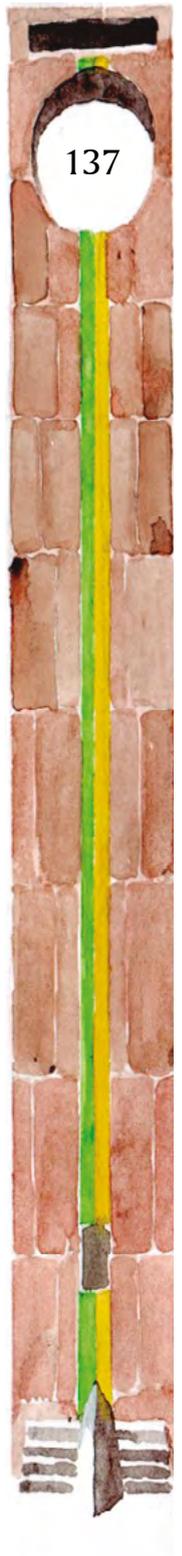
TARTARUGALZINHO

Área: 6.684,705 km²
População (2022): 12.945 hab.
Data de criação do município: 17/12/1987
Região intermediária: Oiapoque-Porto Grande



VITÓRIA DO JARI

Área: 2.508,979 km²
População (2022): 11.291 hab.
Data de criação do município: 8/09/1994
Região intermediária: Macapá



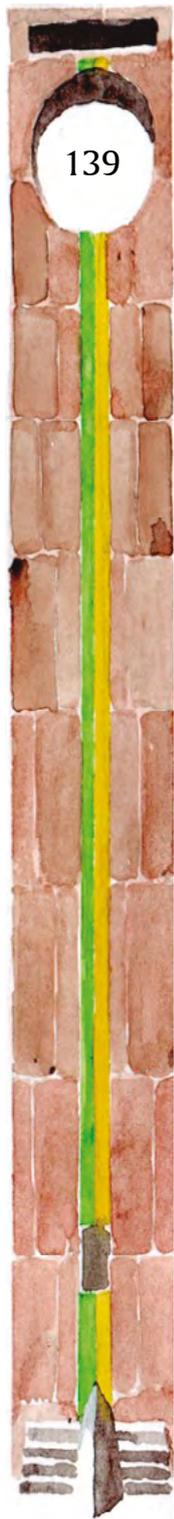
8. TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Dados populacionais dos municípios: população total das regiões intermediárias, imediatas e municípios amapaenses, conforme informações do Censo do IBGE (2022)

Regiões geográficas intermediárias	Regiões geográficas imediatas	Municípios	Pop. total (hab.)	Densidade demográfica	Área (km ²)	Ano de criação
Oiapoque-Porto Grande	Oiapoque	Oiapoque	27.482	1,19	23.034,39	1945
		Calçoene	10.612	0,75	14.117,30	1956
		Amapá	7.943	0,94	8.454,85	1901
		Pracuúba	3.803	0,77	4.948,51	1992
		Tartarugalzinho	12.945	1,94	6.684,71	1987
		Cutias	4.461	2,05	2.179,11	1992
	Porto Grande	Porto Grande	17.848	4,03	4.428,01	1992
		Ferreira Gomes	6.666	1,34	4.973,86	1987
		Pedra Branca do Amapari	12.847	1,34	9.622,29	1992
		Serra do Navio	4.673	0,61	7.713,05	1992
Total	-----	-----	109.280		86.156,08	-----
Macapá	Macapá	Macapá	442.933	67,48	6.563,85	1856
		Santana	107.618	69,83	1.541,22	1987
		Mazagão	21.924	1,65	13.294,78	1890
		Itaubal	5.599	3,45	1.622,87	1992
	Laranjal do Jari	Laranjal do Jari	35.114	1,14	30.783,00	1987
		Vitória do Jari	11.291	4,50	2.508,98	1994
Total	-----	-----	624.479		56.314,70	-----
ESTADO DO AMAPÁ	-----	-----	733.759		142.470,78	1988

Tabela 2: Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado do Amapá por jurisdição e área territorial

Nº	Área protegida	Classificação	Jurisdição	Área total (ha)
1	PARNA Municipal do Cancão	UC proteção integral	Municipal	370,26
2	REBIO Parazinho	UC proteção integral	Estadual	111,31
3	PARNA Cabo Orange	UC proteção integral	Federal	657.318,06
4	ESEC Jarí	UC proteção integral	Federal	227.126,00
5	REBIO Lago Piratuba	UC proteção integral	Federal	392.469,110
6	ESEC Maracá-Jipioca	UC proteção integral	Federal	72.000,00
7	PARNA Montanhas do Tumucumaque	UC proteção integral	Federal	3.846.429,40
8	REBIO Ninhal do Macacoari	UC proteção integral	Municipal	5,37
Área total UCs proteção integral				5.195.829,51
9	RESEX Municipal Beija-Flor Brilho de Fogo	UC uso sustentável	Municipal	68.524,20
10	FLOTA do Amapá	UC uso sustentável	Estadual	2.369,400
11	APA Fazendinha	UC uso sustentável	Estadual	137,00
12	APA Rio Curiaú	UC uso sustentável	Estadual	21.000,00
13	APA do Carmo do Macacori	UC uso sustentável	Municipal	5,58
14	RDS Rio Iratapuru	UC uso sustentável	Estadual	806.184,00
15	FLONA Amapá	UC uso sustentável	Federal	412.000,00
16	RESEX Rio Cajarí	UC uso sustentável	Federal	532.397,00
17	RPPN Seringal Triunfo	UC uso sustentável	Particular	99.996,16
18	RPPN REVECOM	UC uso sustentável	Particular	17,18
19	RPPN Aldeia Ekinox	UC uso sustentável	Particular	10,87
20	RPPN Retiro Paraíso	UC uso sustentável	Particular	46,75
21	RPPN Boa Esperança	UC uso sustentável	Particular	43,02
Área total UCs uso sustentável				1.942.731,16
23	Waiãpi	Terra indígena	Federal	607.000,00
24	Uaçá	Terra indígena	Federal	47.000,00
25	Galibi	Terra indígena	Federal	7.000,00
26	Parque Indígena do Tumucumaque	Terra indígena	Federal	3.071.000,00
27	Juminá	Terra indígena	Federal	42.000,00
Área total Terras indígenas				3.774.000,00
Área total das UCs e Terras indígenas				10.912.560,67



Quadro 1: Comunidades remanescentes de quilombos no estado do Amapá

Nº	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ETAPA ATUAL PROCESSO	Nº DA PORTARIA	DATA DA PORTARIA NO DOU
1	Cunani	Calçoene	Certificada	7/2005	19/04/2005
2	Igarapé do Palha	Ferreira Gomes	Certificada	135/2010	04/11/2010
3	São Miguel do Macacoari	Itaubal	Certificada	162/2010	27/12/2010
4	São José	Laranjal do Jari	Certificada	78/2013	24/05/2013
5	Abacate da Pedreira	Macapá	Certificada	28/2016	07/03/2016
6	Ambé	Macapá	Certificada	11/2006	07/06/2006
7	Campina Grande	Macapá	Certificada	161/2013	19/09/2013
8	Carmo do Maruanum	Macapá	Certificada	176/2013	25/10/2013
9	Conceição do Macacoari	Macapá	Certificada	43/2005	09/11/2005
10	Curiaú	Macapá	Certificada	28/2013	13/03/2013
11	Curralinho	Macapá	Certificada	51/2010	24/03/2010
12	Ilha Redonda	Macapá	Certificada	08/2006	12/05/2006
13	Lago do Papagaio	Macapá	Certificada	28/2016	07/03/2016
14	Lagoa dos Índios	Macapá	Certificada	32/2005	19/08/2005
15	Mel da Pedreira	Macapá	Certificada	43/2005	09/11/2005
16	Porto do Abacate	Macapá	Certificada	15/2006	28/07/2006
17	Ressaca da Pedreira	Macapá	Certificada	59/2010	28/04/2010
18	Rio Pescado	Macapá	Certificada	28/2016	07/03/2016
19	Rosa	Macapá	Certificada	08/2006	12/05/2006
20	Santa Lúzia do Maruanum I	Macapá	Certificada	165/2011	04/10/2011
21	Santo Antônio da Pedreira	Macapá	Certificada	28/2016	07/03/2016
22	Santo Antônio do Matapi	Macapá	Certificada	59/2010	28/04/2010
23	São Francisco do Matapi	Macapá	Certificada	151/2022	30/12/2015
24	São João do Maruanum II	Macapá	Certificada	165/2011	04/10/2011
25	São João do Matapi	Macapá	Certificada	51/2010	24/03/2010
26	São José do Mata Fome	Macapá	Certificada	08/2006	12/05/2006
27	São José do Matapi do Porto do Céu	Macapá	Certificada	135/2010	04/11/2010
28	São Pedro dos Bois	Macapá	Certificada	08/2006	12/05/2006
29	Torrão do Matapi	Macapá	Certificada	221/2013	23/12/2013
30	São Raimundo da Pirativa	Macapá/Santana	Certificada	29/2006	13/12/2006
31	Lagoa do Maracá (Composta pelas Comunidades: Mari, Conceição, Joaquina, Fortaleza e Laranjal do Maracá)	Mazagão	Certificada	78/2013	24/05/2013
32	Kulumbú do Patuazinho	Oiapoque	Certificada	185/2009	19/11/2009
33	Vila Velha do Cassiporé	Oiapoque	Certificada	201/2015	30/12/2015
34	Alto Pirativa	Santana	Certificada	59/2010	28/04/2010
35	Cinco Chagas	Santana	Certificada	59/2010	28/04/2010
36	Engenho do Matapi	Santana	Certificada	185/2009	19/11/2009
37	Igarapé do Lago	Santana	Certificada	91/2011	17/06/2011
38	Nossa Senhora do Desterro dos Dois Irmãos	Santana	Certificada	51/2010	24/03/2010
39	São Tomé do Aporema	Tartarugalzinho	Certificada	59/2010	28/04/2010
40	Tapera	Vitória do Jari	Certificada	78/2013	24/05/2013

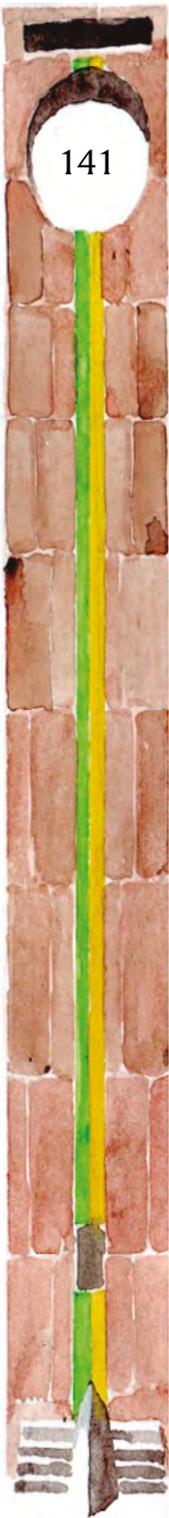
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 Fonte: Fundação Cultural Palmares (FCP, 2016)



Quadro 2: Escala do Tempo Geológico

ÉONS	ERAS	PERÍODOS	ÉPOCA	ACONTECIMENTOS	INÍCIO E FIM	
Fanerozoico	Cenozoico	Quaternário	Holoceno	Desenvolvimento da humanidade e mudanças ambientais provocadas pelo homem.	11 mil anos até os dias atuais	
			Pleistoceno	Surgimento e dispersão da espécie humana pelos continentes.	2 milhões de anos-11 mil anos	
		Terciário	Neogeno	Plioceno	Houve acúmulo de gelo nos polos, o que levou à extinção de muitas espécies. Surgimento dos primeiros hominídeos.	5-2 milhões de anos
				Mioceno	Clima mais ameno e expansão das áreas de campos e savanas.	23-5 milhões de anos
				Oligoceno	Separação da América do Sul da Antártida e grande extinção dos mamíferos primitivos.	34-23 milhões de anos
			Paleogeno	Eoceno	Grande variedade de espécies e de tamanhos de mamíferos.	58-34 milhões de anos
				Paleoceno	Formaram-se grandes vulcões e cadeias montanhosas como a do Andes e a do Himalaia.	65-58 milhões de anos
				Mesozoico	Cretáceo	Aparecimento dos primeiros mamíferos e extinção dos saúrios.
		Jurássico	Surgimento de animais que representam a transição entre répteis e aves.		208-145 milhões de anos	
	Triássico	Presença dos grandes saúrios aquáticos e terrestres.	245-208 milhões de anos			
	Paleozoico	Permiano	Uma série de erupções vulcânicas mudou drasticamente o clima do nosso planeta, causando a extinção das espécies.	299-245 milhões de anos		
		Carbonífero	Houve grandes florestas, que deram origem às jazidas de carvão.	359,2-299 milhões de anos		
		Devoniano	Surgem os insetos mais antigos e os anfíbios.	416-359,2 milhões de anos		
		Siluriano	Apareceram as plantas terrestres mais antigas que se conhecem. Foi marcado por derretimento das calotas polares.	443,7-416 milhões de anos		
		Ordoviciano	Surgimento dos peixes de água doce. Continente de Gondwana.	488,3-443,7 milhões de anos		
		Cambriano	Nesse período, aconteceu a maior diversificação da vida.	540-488,3 milhões de anos		

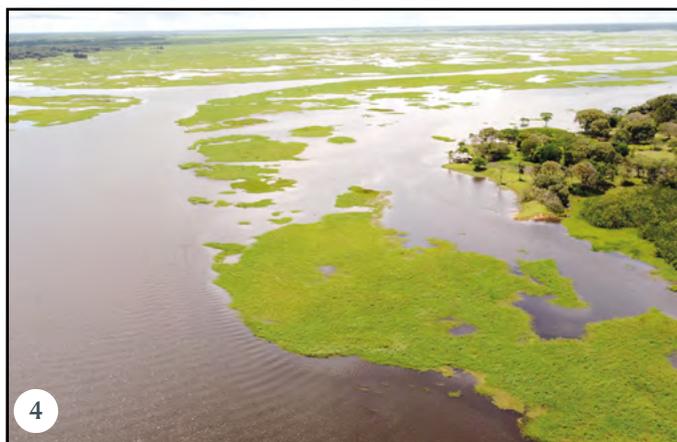
Continua





ÉONS	ERAS	PERÍODOS	ACONTECIMENTOS	INÍCIO E FIM
Proterozoico	Neoproterozoico	Ediacarano	Surgimento de organismos multicelulares simples, algas, esponjas, vermes segmentados e cnidários.	635-540 milhões de anos
		Criogeniano	A “teoria da Terra bola de neve” sugere que o planeta esteve completamente coberto de gelo nesse período.	850-635 milhões de anos
		Toniano	Ampla deposição de sequências sedimentares sobre as áreas recém-estabilizadas.	1 bilhão-850 milhões de anos
	Mesoproterozoico	Steniano	Intensa formação de montanhas por todos os continentes.	1,2-1 bilhão de anos
		Ectasiano	Contínua expansão das plataformas de cobertura.	1,4-1,2 bilhão de anos
		Calymmiano	Caracteriza-se pela “calmaria” tectônica.	1,6-1,4 bilhão de anos
	Paleoproterozoico	Statheriano	Evidências indicam que nesse período, na Terra, o dia possuía 20 horas e o ano 450 dias.	1,8-1,6 bilhão de anos
		Orosiriano	Elevado processo de formação de montanhas nesse período.	2,05-1,8 bilhões de anos
		Rhyaciano	Glaciação mais antiga da qual existem vestígios.	2,3-2,05 bilhões de anos
		Sideriano	Oxigenação dos oceanos e da atmosfera.	2,5-2,3 bilhões de anos
Arqueano	Neoarqueano		A água na forma líquida era predominante, e bacias oceânicas profundas deram origem às formações de ferro bandadas.	2,8-2,5 bilhões de anos
	Mesoarqueano		Os estromatólitos se proliferavam na Terra.	3,2-2,8 bilhões de anos
	Paleoarqueano		Surgiram os primeiros continentes. Bactérias de 3,46 bilhões de anos foram encontradas na Austrália, bem preservadas.	3,6-3,2 bilhões de anos
	Eoarqueano		Fase em que a Terra era ainda muito bombardeada por meteoritos.	3,85-3,6 bilhões de anos

9. FOTOGRAFIAS REPRESENTATIVAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAPÁ



1 **Município de Oiapoque:** rio Oiapoque, com vista para a Ponte Binacional ao fundo.
Fonte: Silva Junior (2024)

2 **Município de Calçoene:** ramal que dá acesso à Praia do Goiabal.
Fonte: Silva Junior (2024)

3 **Município de Amapá:** manguezais na Estação Ecológica (ESEC) de Maracá-Jipioca.
Fonte: Machado (2024)

4 **Município de Pracuúba:** sistemas de lagos próximos à sede municipal.
Fonte: Silva Junior (2024)

5 **Município de Tartarugalzinho:** vista da área urbana de Tartarugalzinho, com as colinas do Amapá ao fundo.
Fonte: Silva Junior (2024)

6 **Município de Ferreira Gomes:** Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes, a primeira hidrelétrica da Amazônia brasileira, rio Araguari.
Fonte: Silva Junior (2024)



144



7



8



9



10



11



12

- 7 **Município de Porto Grande:** plantações de eucalipto na área de savana amapaense.
Fonte: Silva Junior (2024)
- 8 **Município de Pedra Branca do Amapari:** rio Amapari, com destaque para as áreas de floresta e para a área urbana do município.
Fonte: Silva Junior (2024)
- 9 **Município de Serra do Navio:** cidade de Serra do Navio e a presença de montanhas e áreas de floresta.
Fonte: Machado (2024)
- 10 **Município de Cutias:** rio Araguari em frente à cidade de Cutias.
Fonte: Silva Junior (2024)
- 11 **Município de Itaubal:** sistemas de drenagens em área de campos inundados no Igarapé do Braço.
Fonte: Machado (2024)
- 12 **Município de Macapá:** Praia da Boca Velha no arquipélago do Bailique, foz do rio Amazonas.
Fonte: Baia (2024)



13



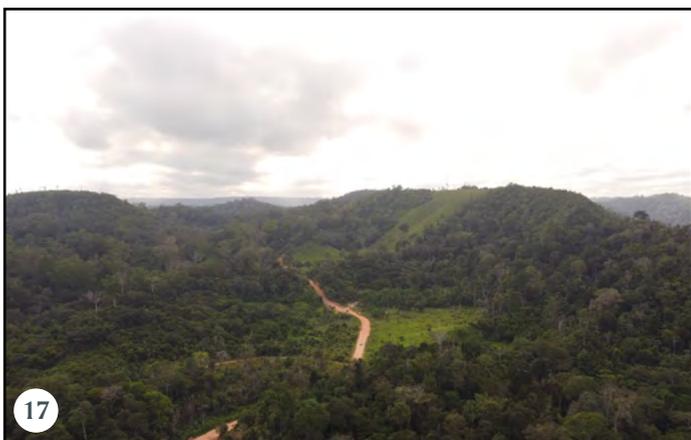
14



15



16



17



18

13 **Município de Macapá:** rodovia AP-070, no trecho que liga São Joaquim à Santa Luzia do Pacuí, distrito de Macapá.

Fonte: Silva Junior (2024)

14 **Município de Santana:** áreas de savana no Assentamento Matão do Piaçacá.

Fonte: Silva Junior (2024)

15 **Município de Santana:** instalações portuárias em Santana, às margens do rio Amazonas.

Fonte: Machado (2024)

16 **Município de Mazagão:** área de savana com afloramentos rochosos nas proximidades da BR-156.

Fonte: Silva Junior (2024)

17 **Município de Laranjal do Jari:** rodovia AP-160, que liga Laranjal à Vitória do Jari, em área de relevo montanhoso.

Fonte: Silva Junior (2024)

18 **Município de Vitória do Jari:** rio Jari, com destaque para a fábrica da CADAM (estado do Pará) e a cidade de Vitória do Jari.

Fonte: Silva Junior (2024)



Referências

ALMEIDA, Lanna M. L. D. de *et al.* Estado atual, atrativos e entraves para o ecoturismo em unidades de conservação do Amapá, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, V. 25e:00061, 2022.

AMAPÁ (Estado). Lei 007 de 1º de maio de 1992. **Diário Oficial do Estado do Amapá**. Macapá, AP, p 4, 1 de maio de 1992. Disponível em <https://seadantigo.portal.ap.gov.br/diario/DOEn0331.pdf?ts=22053112#:~:text=3%C2%0da%20Lei%20Complementar%20n%C2%BA,cipais%20em%20todo%20o%20Pa%C3%ADs..> Acesso em: 25 jul. 2024.

AMAPÁ (Estado). **Lei nº 1089 de 2007**. Dispõe sobre a revisão do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências. Macapá, 2007.

AMAPÁ (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento. **Indicadores socioeconômicos do estado do Amapá: 2016-2020**. Macapá: Seplan, 2021.

AMAPÁ (Estado). Agência de Desenvolvimento Econômico. **Dados geográficos**. Macapá: Agência Amapá, 2024.

AMAPÁ (Município). **História**, [s. l.], 2024. Disponível em: <http://www.amapa.ap.gov.br/conteudo/cidade/historia>. Acesso em: 23 fev. 2024.

ANA. Agência Nacional de Águas, 2016. **Resolução n. 1.190 de 3 de outubro de 2016**. Documento n. 00000.056032/2016-35 Aprova o Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas –PROCOMITÊS e dá outras providências. Brasília, 2016.

ANA; IBGE. **Base de bacias hidrográficas do Brasil**. Escala 1:250.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/3d87216f-e45e-41d8-9837-074c1608fb1e>. Acesso em: 25 jul. 2024.

ANEEL. **Sistema de Informações Geográficas do Setor Elétrico**. Brasília, DF: ANEEL, 2021. Disponível em: <https://sigel.aneel.gov.br/portal/home/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BATISTA, E.D.M.,SOUZA FILHO, P.W.M. ,SILVEIRA, O. F.M.DA.,2009. Avaliação de áreas deposicionais e erosivas em cabos lamosos da zona costeira

Amazônica através da análise multitemporal de imagens de sensores remotos. **Revista Brasileira de Geofísica** 27, 83-96.

BRANCO, Pércio de M. Breve história da Terra. **SGB**, Brasília, DF, 3 dez. 2016. Disponível em: <https://www.sgb.gov.br/breve-historia-da-terra>. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Artigo 14. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, XX, 1988.

BRASIL. Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 17 abr. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Mapa temático e dados geoestatísticos das Unidades de Conservação Federais**. Brasília, DF: MMA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/geoprocessamento/mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-unidades-de-conservacao-federais>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei n. 9.985**, de 18 de julho de 2000.

CABRAL, Mariana P.; SALDANHA, João D. de M. As paisagens megalíticas na Costa Norte do Amapá. **Revista de Arqueologia SAB**, [s. l.], n. 1, v. 21, p. 3-20, 2008.

CALÇOENE. **História**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://calcoene.portal.ap.gov.br/conteudo/municipio/historia>. Acesso em: 23 fev. 2024.

CARVALHO, A. T. F. (2019). Sistemas fluviais e o uso de indicadores de sustentabilidade: discussão sobre a utilização do instrumento para gestão de cursos d'água no Brasil. **Caderno Prudentino De Geografia**, 1(41), 86–99. Recuperado de <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6086>

CAVALCANTI, Iracema F. A. *et al.* **Tempo e clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

CPRM. **Mapa geodiversidade do estado do Amapá**. Escala 1:800.000. [S. l.]: CPRM, 2013.

EMBRAPA. **Atlas do meio ambiente do Brasil: o estado do Amapá**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2009.

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Org. Humberto Gonçalves dos Santos. *et al.* 5. ed. rev. ampl. Brasília, DF: EMBRAPA, 2018.

FILOCREÃO, Antonio S. M. **Formação socioeconômica do estado do Amapá. Formação Socioeconômica da Amazônia**, [s. l.], v. 1, p. 97-172, 2015.

FUNAI. **Limites das Terras Indígenas no Brasil**. Brasília: FUNAI, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atualizacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em: 25 jul. 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQS) atualizada até a portaria n. 104/2016**, publicada no DOU de 20/05/2016, 2016. Disponível <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GEA. **Macapá**, [s. l.], 2023a. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/conheca/macapa>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GEA. **Mazagão**, [s. l.], 2023b. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/conheca/mazagao>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GEA. **Ferreira Gomes**, [s. l.], 2023c. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/conheca/ferreira-gomes>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GEA. **Santana**, [s. l.], 2023d. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/conheca/santana>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GEA. **Laranjal do Jari**, [s. l.], 2023e. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/conheca/laranjal-do-jari>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GEA. **Cutias do Araguari**, [s. l.], 2023f. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/conheca/cutias-do-araguari>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GEA. **Itaubal**, [s. l.], 2023g. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/conheca/itaubal-do-piririm>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GEA. **Serra do Navio**, [s. l.], 2023h. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/conheca/serra-do-navio>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GEA. **Amapá**, [s. l.], 2024a. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/conheca/amapa>. Acesso em: 23 fev. 2024.

GEA. **Oiapoque**, [s. l.], 2024b. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/conheca/oiapoque>. Acesso em: 23 fev. 2024.

GEA. **Calçoene**, [s. l.], 2024c. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/conheca/calcoene>. Acesso em: 23 fev. 2024.

GEA. **Tartarugalzinho**, [s. l.], 2024d. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/conheca/tartarugalzinho>. Acesso em: 23 fev. 2024.

GEA. **Porto Grande**, [s. l.], 2024e. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/conheca/porto-grande>. Acesso em: 23 fev. 2024.

GEA. **Pedra Branca do Amapari**, [s. l.], 2024f. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/conheca/pedra-branca-do-amapari>. Acesso em: 23 fev. 2024.

GEA. **Pracuúba**, [s. l.], 2024g. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/conheca/Pracuúba>. Acesso em: 23 fev. 2024.

GEA. **Vitória do Jari**, [s. l.], 2024h. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/conheca/vitoria-do-jari>. Acesso em: 23 fev. 2024.

HYDROS ENGENHARIA. **Inventário hidroenergético da Bacia Hidrográfica do Rio Jari/PA-AP**. Brasília, DF: Empresa de Pesquisa Energética, 2010. Relatório final, v. 8, n. 9, apêndice D. Estudos Socioambientais. Tomo, 2010.

IBGE. **Mapas de clima do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/informacoes-ambientais/15817-clima.html>. Acesso em: 25 jul. 2024.

IBGE. **Mapa de geomorfologia do estado do Amapá**. Escala 1:750.000. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais (CREN). Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE. **Manual técnico de uso da terra/IBGE**. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. (Manuais Técnicos em Geociências, n. 1).

IBGE. **Manual técnico de Pedologia/IBGE**. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. (Manuais Técnicos em Geociências, n. 4).



IBGE. **Manual técnico de Geomorfologia**. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. (Manuais Técnicos em Geociências, n. 5).

IBGE. **Manual técnico de vegetação brasileira/IBGE**. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (Manuais Geociências, n. 7).

IBGE. 2013. **Manual técnico da vegetação brasileira : sistema fitogeográfico: inventário das formações florestais e campestres: técnicas e manejo de coleções botânicas: procedimentos para mapeamentos**. 2º Edição. 272p. Rio de Janeiro, 2013.

IBGE. **Compreendendo o território através de suas articulações**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/10542-compreendendo-o-territorio-atraves-de-suas-articulacoes>. Acesso em: 25 jul. 2024.

IBGE. **Base de Dados Contínua do IBGE**. Recursos Hídricos. 2021. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html>

IBGE. **Áreas territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 25 jul. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: Amapá**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b.

IBGE. **Cidades e estados: Amapá [município]**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/amapa.html>. Acesso em: 23 fev. 2024.

IBGE. **Cidades e estados: Amapá [estado]**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

IEPA. **Macrodiagnóstico do Estado do Amapá primeira aproximação do ZEE**. 3. ed. Macapá: IEPA-COT-ZEE, 2008.

IEPA. **Zoneamento ecológico econômico da área sul do estado**. Macapá: IEPA, 2000.

IEPA. **Diagnóstico Setor Mineral Estado do Amapá**. 148p. Macapá, 2010.

IEPA. **Atlas de sensibilidade ambiental ao óleo da Bacia Marítima da Foz do Amazonas**. Macapá: IEPA, 2016a.

IEPA. **Diagnóstico socioeconômico do cerrado amapaense: relatório técnico sintetizado destinado ao conhecimento geral do estudo**. Macapá: IEPA, 2016b.

IGC. **Municípios e distritos do estado de São Paulo**. São Paulo: IGC, 1995.

INCRA. **Assentamentos e territórios quilombolas**. Brasília, DF: INCRA, 2021. Disponível em: https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py. Acesso em: 25 jul. 2024.

INMET. **Dados históricos anuais**. Brasília: INMET, 2023.

INPE. **Projeto de Monitoramento Florestal da Amazônia por Satélite – Prodes**. Brasília: INPE, 2019. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 25 jul. 2024.

LOMBA, Roni M.; SCHWEITZER, Alejandro F.; PORTO, Jadson L. R. Ordenamento territorial e conflitos por terra no Amapá–Amazônia–Brasil. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, [s. l.], v. 25, p. 1553-1575, 2020.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. *Novos cadernos NAEA*, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 113-168, 2008.

MONTORIL, Nilson. MATAPI DE FERRO. *Diário do Amapá - Jornal eletrônico*, 2017. Disponível em <https://www.diariodoamapa.com.br/articulas/nilson-montoril/matapi-de-ferro/>. Acesso em 10 fev. 2024.

OIAPOQUE. **História**, [s. l.], 2024. Disponível em: <http://www.oiapoque.ap.gov.br/conteudo/municipio/historia>. Acesso em: 23 fev. 2024.

PEREIRA, L.C.C., DIAS, J.A., DO CARMO, J.A., POLETTE, M., 2009. A zona costeira amazônica brasileira. *Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management* 9, 3-7.

PORTO, Jadson L. R. Os territórios federais e a sua evolução no Brasil. *Presença*, Porto Velho, v. 16, p. 46-52, 2000.

PRACUÚBA. *História*, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://pracuuba.portal.ap.gov.br/conteudo/cidade/historia>. Acesso em: 23 fev. 2024.

RODRIGUES, Marcus R. C.; SILVA JUNIOR, Orleno M. Panorama geral da zona costeira do estado do Amapá. *Revista Brasileira de Geografia Física*, [s. l.], v. 14, p. 1654-1674, 2021.

SANCHES, Antonio E. *Topografia: nivelamento e introdução ao cálculo de volumes*. Manaus: [s. n.], 2019. Disponível em: https://profsanches.com.br/pluginAppObj/pluginAppObj_239_02/Apostila_7_TOPO_Nivelamento.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

SANCHES, Romário D. Variação lexical para os itens calcinha e rouge: um estudo sobre o léxico do português falado pelos Karipuna do Amapá. *MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras*, Belém, n. 55, p. 250-266, 2020.

SANTOS, Christiano R. dos. *As regiões turísticas do estado do Amapá e as políticas públicas*. 2023. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

SANTOS, Fabio. Unidos pelo rio, separados pela ponte: desigualdades entrelaçadas na fronteira franco-brasileira. *Confins*, [s. l.], n. 51, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/39505#ftn1>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SANTOS, V. F. dos; TARDIN, A. T. Tipologia de solos. *In: IEPA. Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro Estuarino: relatórios*. Macapá: IEPA, 2006. cap. 4.

SANTOS, V. F. dos *et al.* Geologia. *In: IEPA. Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro Estuarino: relatórios*. Macapá: IEPA, 2006a. cap. 2.

SANTOS, V. F. dos *et al.* Dinâmica geomorfológica. *In: IEPA. Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro Estuarino: relatórios*. Macapá: IEPA, 2006b. cap. 3.

SEMA/AP. *Limites das Unidades de Conservação do Estado do Amapá*, 2024

SEPLAN. Secretaria de Estado de Planejamento do Amapá. Anuário Estatístico 2023. <https://seplan.portal.ap.gov.br/conteudo/estatistica-do-estado/anuario-estatistico>

SILVA, Wilkson dos Santos. Atlas escolar: contribuições de professores da educação básica para a construção de material didático geográfico sobre o estado do amapá. *Anais do XV ENANPEGE*. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94314>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SILVA, Marcus V. C. da; CRISPIM, Andrea B. *Geologia Geral*. Fortaleza: EdUECE, 2015.

SILVA JUNIOR, Orleno M.; SANTOS, Leonardo S.; RODRIGUES, Marcus R. C. Panorama dos riscos costeiros no estado do Amapá: conhecer para agir. *In: MAGNONI JÚNIOR, Lourenço et al. (org.). Redução do risco de desastres e a resiliência no meio rural e urbano*. 2. ed. São Paulo: Centro Paula Souza, 2020. v. 2. p. 454-472.

SILVEIRA, O. F. M. da; SANTOS, V. F. dos. Aspectos geológicos-geomorfológicos da região costeira entre o rio Amapá Grande e a Região dos Lagos do Amapá. *In: IEPA. Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro Estuarino: relatórios*. Macapá: IEPA, 2006. cap. 2.

TARTARUGALZINHO. *História*, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.tartarugalzinho.ap.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 23 fev. 2024.



150

Glossário

A

afluentes: consistem nos rios menores que deságuam no rio principal e têm a função de abastecê-lo.

altimetria: arte e ciência da medição de alturas ou de elevações, bem como a interpretação de seus resultados. Parte da topografia que tem como objetivo determinar as alturas relativas de diferentes pontos do terreno, isto é, medir as diferenças de nível entre dois ou mais pontos no terreno.

antropismo: área na qual há ocupação pelo ser humano, que exerce atividades sociais, econômicas e culturais sobre o ambiente.

áreas especiais: dentro deste *Atlas*, consideramos áreas especiais aquelas áreas demarcadas no território que possuem um uso específico e restrito, como assentamentos, territórios quilombolas e terras indígenas.

atlas: é uma coleção de mapas que representa diversos dados geográficos, como características físicas, políticas e demográficas de uma determinada região ou do mundo.

B

biodiversidade: variabilidade de organismos vivos de todos os tipos, abrangendo a diversidade de espécies e a diversidade entre indivíduos de uma mesma espécie. Compreende também a diversidade de ecossistemas terrestres e aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte.

C

cabo: é um acidente geográfico formado por uma massa de terra que se estende por um oceano ou mar que lhe está adjacente.

capital: localidade que abriga a sede do governo.

catraia: pequena embarcação.

colinas: pequena elevação de terreno com declive suave e menos de 100 m de altitude.

contíguos: que está muito próximo de algo.

convenções: uma convenção é um conjunto de acordos, padrões estipulados ou geralmente aceitos, normas ou critérios que, nos países anglo-americanos, frequentemente assumem a forma de um costume.

crescimento vegetativo: diferença entre o número de pessoas que nascem (natalidade) e morrem (mortalidade).

D

densidade demográfica: divisão entre a população pela área de um determinado lugar.

divisor de águas: estruturas do relevo que têm o papel de dividir as áreas das bacias. Normalmente são morros, serras, picos, montanhas ou outras estruturas elevadas do relevo.

E

escala cartográfica: os produtos cartográficos foram construídos com uma visão reduzida da realidade. Desse modo, é sempre necessário que mapas, cartas e plantas indiquem a proporção entre a superfície terrestre e a sua representação. Essa proporção, denominada escala, pode ser representada de forma numérica ou de forma gráfica e é definida de acordo com os temas abordados nos mapas.

A escala numérica indica a relação entre as dimensões da área real e da área representada por meio de uma proporção numérica. Por exemplo, em uma escala 1:3.500.000, o numeral 1 indica a medida no mapa, já o numeral 3.500.000 indica a medida no plano real. Assim, quando uma distância entre dois pontos no mapa for exatamente igual a 1 cm, essa distância será de 3.500.000 cm no plano real, o que equivale a 35 km. A escala gráfica possui a mesma lógica da escala numérica, diferenciando-se pela apresentação sobre uma linha reta graduada, apresentando a proporção em centímetros no mapa e em quilômetros no plano real.

A escolha da escala cartográfica considerou a finalidade educativa do *Atlas*, sendo adotadas as escalas de 1:3.500.000 para mapas gerais e de 1:3.700.000 para bacias hidrográficas. A generalização cartográfica foi aplicada por meio de suavização de feições e remoção de detalhes irrelevantes em grandes escalas.

erosão: desagregação, transporte e deposição de solo e rocha em decomposição pelas águas, ventos ou geleiras.

estatística: é o campo da matemática que relaciona fatos e números, em que há um conjunto de métodos que nos possibilita coletar dados e analisá-los, sendo possível fazer alguma interpretação deles.

estuário: é um ambiente aquático de transição entre um rio e o mar. Um estuário sofre a influência das marés e apresenta fortes gradientes ambientais, com águas doces próximas à sua cabeceira e águas salobras e águas marinhas próximas à sua desembocadura.

exploração: processo de uso de informação previamente conhecida, permitindo tirar proveito econômico de determinada área, sobretudo quanto aos recursos naturais.

F

floresta de várzea: vegetação que ocorre principalmente em margens de rios de água barrenta onde, de certo modo, passa a ser regulada pelos regimes de marés. São espécies típicas dessa floresta o açazeiro e o buritizeiro.

foz: é o final da bacia e o local em que as águas encontram o oceano ou deságuam em uma bacia hidrográfica maior. É também conhecida cientificamente como exutório. Pode ser do tipo estuário ou delta.

G

Geologia: ciência que estuda a Terra quanto à sua origem, composição, estrutura e evolução, por meio do entendimento dos processos internos e externos responsáveis por suas transformações.

H

hidrografia: é o estudo e a representação das águas superficiais da Terra, como rios, lagos, mares e oceanos, incluindo sua distribuição, características e relações com o ambiente e a sociedade.

hipsometria: ver altimetria.

L

limítrofes: que se situa ou que vive nos limites de uma extensão, de uma região etc.; que tem limites comuns.

M

macrocefalia urbana: é um fenômeno que acontece em grandes cidades, sobretudo de países ou regiões subdesenvolvidas do mundo, e que pode ser descrito como a concentração espacial desigual de pessoas e de serviços dos mais variados tipos em determinada cidade ou aglomeração urbana.

malha rodoviária: conjunto de vias classificadas e hierarquizadas de acordo com sua funcionalidade dentro de um padrão urbanístico. A função principal das vias é a mobilidade das modais de transporte e do tráfego veicular.

massas de ar: volumes da atmosfera que possuem propriedades em comum, como pressão e temperatura, em virtude da área em que se localizam.

mesorregião geográfica: conjunto de microrregiões geográficas, contíguas e contidas na mesma unidade da federação, definidas com base no quadro natural, no processo social e na rede de comunicações e de lugares/microrregiões.

microrregião geográfica: conjunto de municípios, contíguas e contidos na mesma unidade da federação, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração.

município: unidade de menor hierarquia na organização político-administrativa brasileira. Sua criação, incorporação, fusão ou desmembramento se faz por lei estadual. Essas transformações dependem de aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito. Rege-se por lei orgânica, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na constituição do estado no qual se situa.





N

nascente: local em que se inicia uma bacia hidrográfica. Geralmente é o ponto mais elevado do relevo, também onde se encontra a principal nascente do rio que dá nome à bacia.

P

península: porção de terra quase toda circundada por água, mas que ainda está ligada ao continente por uma faixa estreita de terra.

precipitação: qualquer deposição, em forma líquida ou sólida, derivada da atmosfera.

R

região: certa porção da superfície terrestre que apresenta características similares, sejam elas naturais ou culturais.

rio principal: rio de maior volume e extensão da bacia. Recebe águas dos rios menores, que têm função de abastecê-lo.

S

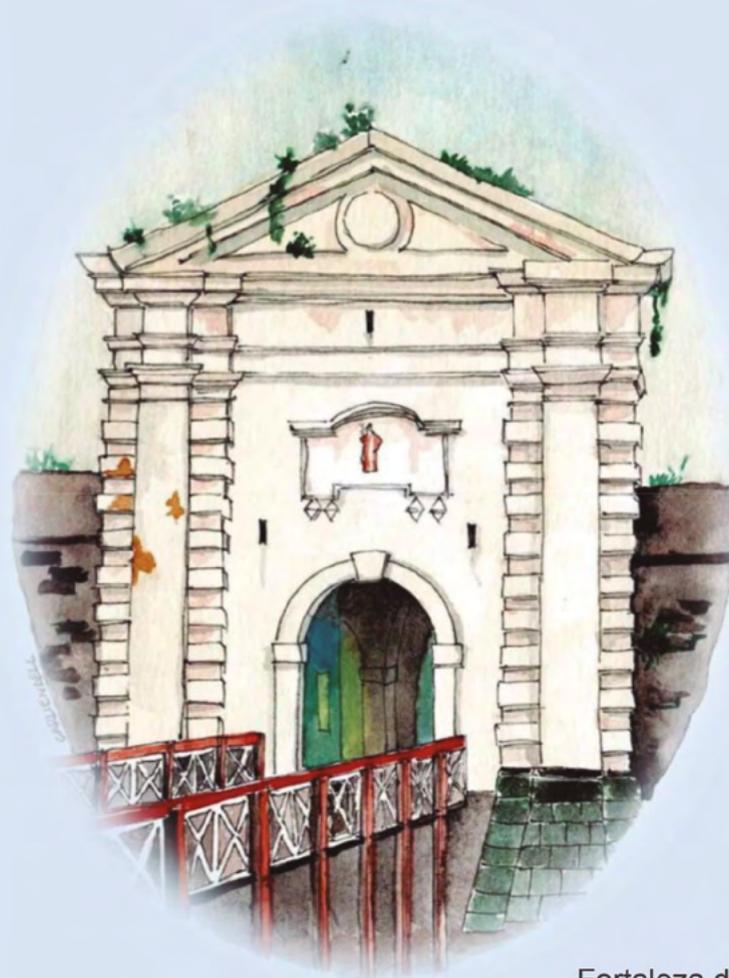
sedimentos: material fragmentário originado por intemperismo e erosão de rochas e solos, que é transportado por agentes geológicos (rio, vento, gelo, correntes...) e que se acumula em morenas, dunas, margens e bocas de rios, sopés de encostas, planícies aluvionares, etc.

T

topográfico: as dimensões e contornos da superfície física da Terra, desconsiderando a curvatura resultante de sua esfericidade, por meio da medição de distâncias, direções e altitudes.

U

unidade da federação: é o nome dado a cada um dos 26 estados brasileiros e ao Distrito Federal.



Fortaleza de São José de Macapá
Fonte: Magalhães (2021).



ISBN 978-65-5273-079-4



Livro digital